

Cleonice Mara Gomes Muffato

**UM ESTUDO INTRODUTÓRIO ACERCA DA VIOLÊNCIA ENTRE
ADOLESCENTES: O CASO DE SÃO JOÃO DEL-REI**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação e Sociedade, do Departamento de Pós-Graduação da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do Título de Mestre em Educação

Área de concentração: Educação e Transdisciplinaridade

Linha de pesquisa: Educação, Tecnologia e Trabalho: Diferenças Socioculturais

Professor Orientador: Dr. Silvio Firmo do Nascimento

Barbacena
Departamento de Pós-Graduação – Mestrado em Educação e Sociedade
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC
2006

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação intitulada: Um estudo introdutório acerca da violência entre adolescentes: o caso de São João del-Rei, da mestranda Cleonice Mara Gomes Muffato, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Membros efetivos:

Professor Doutor Silvio Firmo do Nascimento – Orientador – UNIPAC

Professor Doutor Sebastião Rogério Góis Moreira – UNIPAC

Professora Doutora Rita Laura Avelino Cavalcante – UFSJ

Membros suplentes:

Professora Doutora Raquel Vaserstein Gorayeb – UNIPAC

Professora Doutora Maria Inês Salgado de Sousa – PUC/MG

Barbacena – maio/2006

Dedico o presente trabalho ao meu companheiro de longos anos, pela dedicação, respeito, compreensão e colaboração; aos meus filhos, pela superação à ausência, aos esquecimentos em nome dos estudos, trabalhos, bem como pela possibilidade de participar do desenvolvimento, podendo aprender e crescer junto deles; à minha mãe, pela sabedoria de mostrar o caminho da fé; aos meus irmãos, pela dedicação em suprir um tanto de minha ausência, como filha, tia, irmã; aos cunhados, pela doação às suas famílias; aos sobrinhos, pela possibilidade de observar seus desenvolvimentos.

Dedico também aos jovens e suas famílias que tive oportunidade de conhecer ao longo de minha trajetória profissional, aprendendo, assim, a compreender que cada pessoa tem suas representações, identificações e maneiras de agir e reagir ao que vive.

Agradeço a Deus a inspiração pelo tema escolhido a ser trabalhado, a determinação e persistência em não desistir ao longo das atividades e a lucidez até às considerações finais dos temas propostos.

Agradeço aos corpos docente e discente do Mestrado em Educação e Sociedade com os quais tive oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

Ao Professor Dr. Silvio Firmo do Nascimento e ao Professor Dr. Sebastião Rogério Góis Moreira, pela atenção dispensada e sugestões.

Em especial, agradeço à Professora Doutora Rita Laura Avelino Cavalcante, que não poupou esforços para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, estando sempre disponível a aquietar minha ansiedade e a ampliar a visibilidade da problemática proposta, acrescentando possibilidades de discussões acadêmicas relacionadas ao tema.

Agradeço a Rogerio Lucas, que em tempo hábil colaborou com sua rigorosa revisão do texto.

Agradeço aos Juizes de Direito da Comarca de São João del-Rei/MG: Dr. Carlos Pavanelli Batista, Dr. Hélio Martins Costa e Dra. Rosângela de Carvalho Monteiro, que sempre incentivaram a busca de novas pesquisas, novos conhecimentos, novos horizontes. Ainda, agradeço aos servidores: José Carlos, Bia, Valcilene, Alessandra e Dirce, que em muito colaboraram, tanto na concessão dos livros para consulta quanto no acesso e manuseio às páginas do “SISCOM”, para coleta dos dados analisados.

Tenho que também agradecer ao meu marido Amaury, que foi colaborador, paciente e tolerante, compreendendo a falta de tempo ou disponibilidade, para minha participação em algumas situações da família, enquanto cumpria as obrigações do mestrado e trabalhava na dissertação.

RESUMO

Um estudo introdutório acerca da violência entre adolescentes: o caso de São João del-Rei

O objetivo deste estudo foi o de discutir algumas questões relacionadas à violência cometida por adolescentes no Município de São João del-Rei/MG, a partir dos dados oficiais de alguns períodos (1980, 1995, 1999 e 2004). Nossa proposta foi tentar analisar esses dados tomando como eixo principal desta discussão o volume de crimes cometidos, assim como analisar algumas questões relacionadas ao papel da família e da escola sobre a violência cometida pelos adolescentes. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados oficiais, coletados em livros, fichas e no SISCOM (Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas) do Poder Judiciário na Comarca de São João del-Rei. A pesquisa foi realizada a partir de coleta de dados registrados, processos autuados referentes a atos infracionais na Secretaria da Infância e Adolescência. Pudemos, assim, verificar, a partir dos dados levantados, que, em 1980, foram autuados 18 (dezoito) processos; em 1995, foram autuados 77 (setenta e sete) processos; em 1999, foram autuados 204 (duzentos e quatro) processos; e, finalmente, em 2004, foram autuados 245 (duzentos e quarenta e cinco) processos. Esses resultados vieram mostrar um aumento significativo de crimes cometidos por adolescentes da cidade de São João del-Rei no período analisado. Para ilustrar os dados obtidos, apresentamos relatos de situações vividas por um adolescente em conflito com a lei. Considerando os limites deste estudo, os resultados demonstraram que se faz necessária uma discussão mais profunda acerca dos fatores que levaram a esse aumento. Assim, faz-se necessário alterar a qualidade de vida das crianças, para que de maneira preventiva seja diminuída a incidência de adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: violência, adolescentes, escola, família, Poder Judiciário e derivados.

ABSTRACT

An introductory study about the violence between teenagers: the case of São João del-Rei

The objective of this study is to discuss some questions related to violence committed by teenagers in the council of São João del-Rei, from official numbers of some periods (1980, 1995, 1999 and 2004). Our proposal is to try to analyse these numbers using as principal focal point of this discussion the volume of crimes committed, in the same way some questions related to the family and school role about the violence committed by teenagers. For such, a survey was done with the official numbers, collected from books, records and the SISCOM (Informatization System of County Services) of the Judiciary Department of the County of São João del-Rei. The research was undertaken from the gathering of registered numbers, writ processes referent to infraction acts at the Childhood and Youth Department. We can verify from researched numbers that, in 1980, 18 (eighteen) processes were writ; in 1995, 77 (seventy seven) processes were writ; in 1999, 204 (two hundred and four) processes were writ, and finally in 2004, 245 (two hundred and forty five) processes were writ. These results come to show a significant increase of crimes committed by teenagers of the town of São João del-Rei in the period analysed. To illustrate these figures, we present reports of experiences of a teenager in trouble with the law. Considering the limits of this study, the results come to show that is necessary a more profound discussion about the factors that were considered to this increase, such us a discussion of the proposal of intervention to alter the quality of the life of children, as a kind of preventive measure to decrease the incidence of teenagers in conflict with the law.

Key words: violence, adolescent, school, family e judiciary power.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I – Número de processos autuados nos períodos estudados	p. 57
Figura II – “Crimes” cometidos por adolescentes em 1980	p. 61
Figura III – Número de processos autuados, referente a adolescentes em conflito com a lei, segundo a idade em São João del-Rei em 1980	p. 61
Figura IV – Número referente aos processos autuados, de acordo com os tipos de infração em São João del-Rei em 1980	p. 62
Figura V – Número de processos autuados, referente a adolescentes em conflito com a lei, 1995, por idade	p. 64
Figura VI – Relação entre o número de processos autuados e a identificação do Artigo – 1999	p. 64
Figura VII – Número de adolescentes, por idade, que tiveram processos autuados em 1999	p. 65
Figura VIII – Identificação do artigo referente às infrações - 1999	p.65
Figura IX – Número de processos autuados, em 1999, referente a infrações cometidas nos anos identificados	p. 67
Figura X – Ação em conjunto dos adolescentes – 1999	p. 68
Figura XI – Artigos presentes nos processos autuados, referentes a delitos cometidos por adolescentes em duplas – 1999	p. 69
Figura XII – Artigos presentes nos processos autuados, referentes a delitos cometidos por adolescentes em trios – 1999	p. 69

Figura XIII – Artigos presentes nos processos autuados, referentes a delitos cometidos por quatro e oito adolescentes em conjunto – 1999	p. 69
Figura XIV – Número de processos autuados, referente a adolescentes em conflito com a lei, ano 2004, por idade	p. 73
Figura XV – Relação do número de processos autuados referente ao tipo de artigo – 2004	p. 73
Figura XVI – Número de processos autuados em 2004, referente a delitos cometidos nos anos respectivos	p. 75
Figura XVII – Identificação do número de processos autuados em que os adolescentes agiram em grupos – 2004	p. 75
Figura XVIII – Instrução/ocupação dos adolescentes identificados nos processos autuados – 2004	p. 76
Figura XIX – Número de processos e sentença judicial – 2004	p. 76
Gráfico I – Comparação entre o número de processos autuados nos anos indicados por idade dos adolescentes	p. 84
Gráfico II – Comparação de infração cometida por adolescentes em conjunto, nos anos pesquisados	p. 85
Gráfico III – Aumento de incidência de determinados artigos ao longo dos anos estudados	p. 86
Figura XX – Dos dados levantados, referentes a processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência da cidade de São João del-Rei – MG	p. 90

Figura XXI – Dos processos autuados, nos anos levantados, referentes a adolescentes de 17 anos de idade e artigo da infração

p. 91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – ADOLESCÊNCIA – ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	10
CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA: ALGUMAS PONTUAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS	25
2.1 Violência	25
2.2 Legislação Brasileira e suas implicações na adolescência	44
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	49
CAPÍTULO IV – A VIOLÊNCIA ENTRE OS ADOLESCENTES DE SÃO JOÃO DEL-REI UMA BREVE ANÁLISE DOS DADOS OFICIAIS	55
DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES: LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	87
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

A escolha da temática deve-se a uma inquietação pessoal, social, profissional e acadêmica quanto ao quadro de violência na cidade de São João del-Rei, em especial entre os adolescentes, constatada pela relevância no aumento do número de processos que foram autuados na Secretaria da Infância e Adolescência no período de 1980 a 2004, referentes a atos infracionais. Embora a lei resguarde aos adolescentes e crianças atendimento em suas necessidades, constatamos, ao longo dos atendimentos no dia-a-dia, que infelizmente estamos em uma ciranda na qual parece estar a sociedade desacreditada na lei, não atendendo, assim, ao que seria direito dos sujeitos em desenvolvimento:

“... o estatuto é uma das leis mais evoluídas do mundo, garantindo vida, liberdade, educação, cultura e dignidade à criança e ao adolescente. Sua maior inovação foi, sem dúvida, instituir um sistema participativo de formulação, controle e fiscalização das políticas públicas entre estado e sociedade civil, por meio dos conselhos, em seus diversos níveis (...) o estatuto ainda não é compreendido de forma legítima, pois mais de mil municípios em todo o país não organizaram até hoje seus conselhos tutelares, que têm a função de receber denúncias e assegurar o cumprimento da lei” (Deputado Fábio Avelar (PTB) em reunião especial comemora 15 anos do ECA – Notícias – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – <http://www.almg.gov.br>).

“Avançamos muito, mas ainda não conseguimos atingir a necessária universalidade dos direitos previstos pelo ECA a todas as nossas crianças e adolescentes, e sem a universalização dos direitos, continuaremos a reproduzir o modelo social excludente que tem como centro o capital, e não o ser humano” (subsecretário de Direitos Humanos e do Adolescente, João Batista de Oliveira, na reunião acima referida – <http://www.almg.gov.br>).

O jornal local, *Folha das Vertentes* (p. 3), com tiragem quinzenal, em sua segunda edição referente ao mês de abril de 2006, apresentou o dado de terem ocorrido, durante o ano de 2006, 19 (dezenove) homicídios em São João del-Rei e Santa Cruz de Minas, sendo os agentes e as vítimas adolescentes e, infelizmente, uma criança inclusive.

Em agosto de 2005, a Fundação João Pinheiro – FJP – apresentou um relatório denunciando o aumento da violência cometida por adolescentes no interior de Minas

Gerais. Podemos constatar que São João del-Rei colaborou para tal resultado, tendo em vista a frequência de delitos cometidos por adolescentes, mais significativa a partir de 1998, com seu auge de 2003 em diante com consecutivos homicídios cometidos por adolescentes entre 14 e 17 anos, tendo como vítimas outros adolescentes na mesma faixa etária.

De acordo com pesquisa realizada por Felícia Reicher Madeira (2002) do SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo –, o aumento do número de adolescentes entre 15 e 19 anos, o desemprego nessa faixa etária e o aumento do número de jovens na escola, pela superlotação, são fatores significativos ao se considerar a violência. De acordo com a pesquisadora, a literatura mundial já demonstra que a concentração de jovens superior a 20% gera tensão e conflito.

A partir da redução de óbitos na primeira infância na década de 80, passou a ser significativo o aumento de jovens em todo o país. É como se tivéssemos uma terceira geração de adolescentes em número elevado. Segundo Guida Debert (2002), professora da Unicamp, a sociedade está passando por um processo de adolescentização da vida adulta. A juventude vai depender, de acordo com a autora, do estilo de vida e de consumo que a pessoa tiver. Sendo hoje uma população maior de adolescentes, existe a previsão de que quando estes estiverem envelhecendo, os problemas serão para atender a tais idosos, ou seja, a sociedade precisa se preocupar com o destino dos mais velhos previsto para 2030 a 2040.

Um estudo sobre violência é importante no sentido de compreender os fatores desencadeantes de tais atos violentos com o objetivo de fornecer subsídios para a discussão de plano de trabalho ou projeto de intervenção, com vistas à tentativa de recuperação dos adolescentes infratores, e ainda trabalhar em prevenção para diminuir o crescimento de adolescentes em situação de risco neste município. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, existiriam os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, que defenderiam os interesses das crianças e adolescentes. No entanto, podemos perceber que, apesar da implementação do Estatuto, a constituição dos referidos Conselhos ainda está em processo de implantação, assim como a constituição e implantação

de Conselhos Tutelares. Em São João del-Rei, o Conselho Tutelar foi constituído e implantado em 1996.

“Segundo informações do IBGE, até 1999, foram criados, além do Conselho Nacional e de todos os 27 Conselhos Estaduais, 3.948 Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, o que corresponde a 72% das cidades brasileiras. A falta de infra-estrutura, ao longo destes anos, tem dificultado a implantação de Conselhos Municipais e contribuído para a falta de entendimento do significado e da importância destes órgãos para a infância e adolescência... De 1979 a 1999, o número de homicídios aumentou de 1.018 para 6.373, entre os meninos, e de 212 para 678, entre as meninas” (ONU, 2006).

Se, como coloca Adorno (1995), “a história da sociedade brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência” (p. 303), o recrudescimento da criminalidade geral e a multiplicação de suas faces e dimensões, atingindo em especial e inexoravelmente crianças e adolescentes, possibilitam dizer que estamos diante de uma nova fase dessa história. Uma fase de mudança quantitativa e qualitativa, caracterizada pelo aumento e agravamento dos episódios de violência. Uma fase de crise no processo civilizatório, na qual impera a lei do mais forte, numa tragédia fãustica, que exige esforços consideráveis no sentido de atenuar e sublimar os efeitos desse mal.

É interessante esclarecermos que a educação de crianças e adolescentes tem sido foco de nossa atenção, investigação e investimento pessoal e profissional desde 1985; inicialmente, no magistério no ensino infantil; posteriormente, atuando como Psicóloga, Psicanalista, Psicóloga Judicial e Psicóloga Escolar.

A partir da conclusão do curso superior, em Psicologia, com licenciatura plena (1990), pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, hoje UFSJ, e aprovação em concurso público do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1994) no cargo de Psicólogo Judicial, além do olhar analítico e educacional, passamos a ter acesso a situações processuais, em que a escuta psicanalítica permaneceu. O olhar educacional trouxe ao exercício da prática critérios diferenciados de ações e atos nos atendimentos e intervenções, pois a demanda passou a ser diferenciada, com público envolvido em ações judiciais, muitas das vezes crianças e/ou adolescentes em situações de risco social ou cometendo delitos.

É interessante observar que, no início do exercício do cargo na Psicologia Judicial, poucos processos referentes a atos infracionais eram autuados e, nos tempos de hoje, o número é expressivo, bem como o número de ações promovidas pelo Ministério Público e Conselho Tutelar em pedidos de providências, que são iniciados a partir de denúncias, pela população, de situações de risco vividas por crianças e adolescentes.

A partir de tais práticas, aconteceu sempre o empenho em estudos específicos, pontuais e participação em Congressos, Encontros, Simpósios, Supervisões, Grupos de Estudo, Pós-Graduações (Psiquiatria Forense – ESMIG/FHEMIG entre 1993/1994 – e Psicopedagogia – UNIPAC entre 2003/2004 – e finalmente a proposta da Especialização *stricto sensu* – Mestrado em Educação e Sociedade – UNIPAC no período de 2004 e 2006). O foco dos estudos ou análises sempre estiveram voltados à tentativa de se compreender um pouco melhor como se dá o desenvolvimento afetivo das pessoas, suas representações, suas ações, seus contextos familiares e sociais e a violência (física, oral, afetiva) que vivem e/ou cometem.

Com a implementação da Lei número 8.069, em 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, observamos que alterações significativas passaram a ocorrer no que diz respeito à possibilidade de atendimento a crianças e adolescentes. No entanto, não existia infra-estrutura para aplicação adequada da referida lei à época de sua implementação. É certo que cerca de 15 anos se passaram e por incrível que pareça o Poder Judiciário ainda não conta com a operacionalização do Poder Executivo na possibilidade de aplicação de várias medidas contidas no texto do Estatuto. A constituição do próprio Conselho Tutelar, de acordo com pesquisa realizada pela Telemig Celular em 2002, denunciou que parte significativa dos municípios de Minas Gerais ainda não havia composto o referido Conselho. A título de exemplo, temos as cidades da Comarca de São João del-Rei: Conceição da Barra e Lagoa Dourada, que tiveram instalados os conselhos tutelares apenas em 2003, e Santa Cruz de Minas, em 2004.

No exercício profissional, referente ao desempenho do cargo de Psicóloga Judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foram realizados cerca de 10.500 (dez mil e

quinientos) atendimentos a partir da realização de cerca de 700 (setecentos) Pareceres ou Estudos Psicológicos entre 1994 e agosto de 2005, referentes a situações processuais que tramitam nas Varas Cíveis da Comarca de São João del-Rei (Ações de Família), Vara Criminal e Infância e Adolescência. Cerca de 800 (oitocentos) encaminhamentos foram realizados em parceria com o Serviço Social Judicial, atendendo ao Juizado Especial Criminal, Vara Criminal e Vara da Infância e Adolescência em colocação de prestadores de serviços na comunidade para cumprimento de pena alternativa e/ou mediada sócio-educativa a partir de crimes ou infrações, cometidos por adultos ou adolescentes (esta última prática se deu entre 1998 a 2001).

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a partir de 2004 com a Resolução 407/2003, regulamenta o “Projeto Conciliação”, criado pela Portaria Conjunta número 004/2000, e que institui as Centrais de Conciliação, implantou as Centrais de Conciliação nas Comarcas do Interior de Minas Gerais, sendo da competência do Psicólogo Judicial supervisionar as Audiências de Conciliação nas Ações de Família. Em São João del-Rei, a Central passou a funcionar em setembro de 2004, sendo que até agosto de 2005 foram realizadas mais de 500 (quinhentas) audiências com a média de acordos por volta de 67% (sessenta e sete por cento) entre as pessoas envolvidas.

A partir de tais situações observadas, analisadas do ponto de vista pessoal, profissional e social, tentaremos percorrer por autores que discutem as referências de constituição afetiva das pessoas, de acordo com seus significantes e significados da concepção, passando pelo nascimento, infância, adolescência até vida adulta, tendo em vista a importância de constituição de referências ou modelos positivos para o saudável desenvolvimento dos sujeitos. Ao longo das práticas citadas, ocupamos lugar de observador das situações vividas pelas pessoas, conduzindo-nos, assim, ao interesse pela pesquisa.

“Queremos enfatizar o papel do observador e sua participação construtiva no processo de observar. Não se pode mais eliminar o observador de cena. Ele passou a ser visto como eixo configuracional do conhecimento, participando necessariamente do fenômeno estudado, determinando a concepção de ser o conhecimento uma construção da experiência estruturada hermeneuticamente, de tal maneira a não se ter somente uma ordem única, mas, em que muitos mundos

são possíveis, tantos quantos forem os observadores. Daí decorre a verdade ser múltipla. Ligada ao contexto onde o conhecimento se dá e historicamente localizada” (FERREIRA, 2002, p. 15).

No desenvolvimento afetivo, a representação da família e a significação do lugar do Pai e da Mãe, dentre outras referências positivas e negativas, serão analisadas. Considerações teóricas quanto ao contexto social também serão tecidas, tendo em vista a interferência que sugere na formação, constituição e atuação de crianças, adolescentes e pessoas, de maneira geral, em suas ações no cotidiano. O contexto social atual tem se mostrado adoecido. Os sintomas aparecem na violência, no uso abusivo de substâncias químicas (dos tranquilizantes recomendados por orientação médica, no uso de bebida alcoólica e outras drogas), nas psicopatologias que as pessoas têm desenvolvido com fundo emocional, como síndrome do pânico e depressão. Os sintomas sempre se referem a sofrimentos, a conflitos vividos pelas pessoas, que têm produzido doenças, pois não têm conseguido falar, serem ouvidas, necessitando transpor, em atos consigo ou com os outros, as questões que não conseguem elaborar pela experiência de situações, representações ou através do discurso, da fala. Existe relação direta entre o que recebemos no passado, o que passamos para novas gerações no presente e o que os componentes dessa nova geração viveram em sociedade.

“Devemos educar contra a barbárie, o que significa colocar o presente numa situação crítica e compreender que o passado não precisaria ter sido o que foi, o presente pode ser diferente do que é e o futuro pode mudar a direção que parece inevitável” (KRAMER, 2000, p. 137).

A importância do tema proposto é significativa pela percepção constante na prática profissional da presença da violência a partir de observações de que o contexto das situações tende a ser agravado se não acontecer intervenção seguida de mudança significativa e pontual nas vidas, nas referências dos sujeitos. A violência vivida entre adolescentes na Comarca de São João del-Rei vem aumentando assustadoramente e necessita ser analisada de maneira objetiva, prática, contextualizada no cenário brasileiro e mundial, mas com recorte particular, tendo em vista a queda significativa da referida cidade no quesito de qualidade de vida. As transformações sociais e históricas vividas pelos jovens desta cidade histórica são reflexos das infâncias vividas com referências superficiais de

suas identificações e banalização da violência afetiva, familiar, social, inclusive a televisiva.

“As crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados por contradições das sociedades em que vivem. A criança não é filhote do homem, ser em maturação biológica; ela não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Defendo uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nelas produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância. Pode nos ajudar a aprender com elas” (KRAMER, 2000, p. 138).

Enfocando a situação de violência vivida entre adolescentes no município de São João del-Rei, tomaremos como referências dados oficiais do Tribunal de Justiça em alguns períodos, quais sejam: 1980, 1990 (quando a coleta de dados ficou prejudicada, como será explicado posteriormente), 1995, 1999 e 2004.

Portanto, o objetivo geral do presente estudo é discutir algumas questões, pontuais e precisas, relacionadas à violência cometida por adolescentes no Município de São João del-Rei/MG. Foram considerados pontos referentes à idade dos adolescentes em conflito com a lei, em cada ano referido; os artigos nos quais são enquadrados; e a ação dos mesmos em conjunto. Tais dados foram coletados a partir dos dados oficiais dos períodos de tempo citados, procurando corroborar o quadro da violência vivida por adolescentes em Minas Gerais. Nossa proposta é tentar analisar esses dados tomando como eixo principal dessa discussão o volume de delitos cometidos, bem como os fatores, levantando algumas questões relacionadas ao papel da família e da escola sobre a violência cometida pelos adolescentes.

As questões centrais aqui colocadas são: qual o volume e os tipos de delitos cometidos pelos adolescentes em São João del-Rei? Em qual período houve um aumento da delinquência em São João del-Rei? Os tipos de delitos cometidos em 2004 são os mesmos

de 1980? Enfim, que quadro podemos construir sobre a violência em São João del-Rei nas duas últimas décadas?

Para tentar responder a essas e outras questões foi realizada uma pesquisa no Tribunal de Justiça com referência aos processos autuados na Secretaria da Criança e do Adolescente em São João del-Rei. Os anos escolhidos foram: 1980, 1995, 1999 e 2004, contendo, nas respectivas autuações, como autores de infrações, adolescentes menores de 21 anos de idade. Os dados levantados foram referentes à idade dos adolescentes em conflito com a lei, ao tipo de delito cometido e ao volume dos processos autuados em cada ano. Dados com relação à ocupação e ao fato de o delito ter sido cometido individualmente ou em grupo também foram discutidos em alguns dos períodos de tempo trabalhados.

No Capítulo I, foi trabalhado o que seria a adolescência, de maneira breve, sob o ponto de vista do desenvolvimento psicossocial. Arminda Aberastury foi visitada com relação às suas considerações sobre o desenvolvimento afetivo. Elisabeth Badinter foi lembrada quanto à sua perspectiva relacionada ao fato de o “amor materno” ser cultural e construído, Philippe Ariès foi citado quanto ao seu entendimento da representação do desenvolvimento da criança à velhice. Todos os autores marcando que necessariamente “o quê vivido” na infância reflete nas etapas posteriores de desenvolvimento. Assim, passamos à visibilidade de contexto maior que seria a família, para Friedrich Engels, percorrendo também Jacques Lacan sobre a significação dos integrantes na família, com o desdobramento, então, em questões que elucidam brevemente as representações sociais de acordo com Serge Moscovici sob o olhar de Mary Jane Spink e Jovchelovitch, todos propondo recorte multidisciplinar para análise dos acontecimentos dos intrigantes “fenômenos sociais”. Finalmente, Njaine e Minayo ilustram comportamentos dos adolescentes no Brasil em suas pesquisas, bem como Juan Mario Fandino Marino.

No Capítulo II, foram apresentadas algumas considerações quanto à violência no contexto atual, interacional e psicopatologia dos pais e ou dos filhos, televisão, videogames e situação socioeconômica como elementos relacionados a condutas agressivas. Foram consideradas pesquisas realizadas por Stela Nazareth Meneghel, Elsa Guigliani e Olga

Falceto, seguidas de breve histórico com relação à legislação brasileira e suas implicações na adolescência. O entendimento de Candau sobre violência também foi considerado. Simone Assis colaborou, denunciando em sua pesquisa o preocupante agravamento da mortalidade por causas violentas entre crianças e adolescentes brasileiros. Gallo e Willianms, então, já passam a ser citados, considerando a situação de adolescentes em conflito com a lei, dentre outros autores em outras pesquisas significativas sobre o tema relacionado à violência e adolescentes. Assim, uma breve e simples evolução quanto aos procedimentos legais com relação aos adolescentes que agem de maneira inadequada em suas vidas no contexto social e/ou familiar foi apresentada de acordo com o trabalho desenvolvido por Daniel Henrique Pereira Espindula e Maria de Fátima de Souza.

No Capítulo III, foi apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, privilegiando o olhar de Sérgio Vasconcelos Luna.

No Capítulo IV, A Violência entre os jovens de São João del-Rei: uma breve análise dos dados oficiais, são apresentados números referentes aos processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência em São João del-Rei/MG, em 1980, 1995, 1999 e 2004. A partir de tais dados, são apresentados e comparados dados a respeito das idades dos adolescentes, dos tipos de delitos cometidos, ação dos mesmos em conjunto e sua instrução e ocupação.

No Capítulo V, estão as Considerações Finais, apresentando resultados de pesquisas afins desenvolvidas nas últimas décadas, tanto dos autores citados quanto de outros. Enfim, dados referentes a análises e pesquisas da Fundação João Pinheiro e anuários ou comunicações sociais do IBGE são apresentados, bem como trabalhos da ANPED, cujos temas apresentam afinidade com o tema proposto no presente trabalho.

CAPÍTULO I

ADOLESCÊNCIA – ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

Da Psicologia, temos a colaboração que nos esclarece um tanto do percurso dos sujeitos no desenvolvimento psíquico. O desenvolvimento se dá de acordo com a infância, as referências que o sujeito traz, ou seja, uma infância tranqüila, assistida, pode gerar uma adolescência um pouco mais suave. É um período em que o sujeito vive uma série de lutos, pelas perdas seja do corpo de criança, pelos pais de criança, pela quietude do próprio corpo que agora é tomado por um turbilhão de transformações hormonais, movendo nele insatisfações, tentativas de contestações e de estabelecimento de novos padrões em suas representações.

“Se pensarmos no que há de essencial na adolescência, naquilo que seria seu signo, diríamos que é a necessidade de entrar no mundo do adulto. A modificação corporal, essência da puberdade, e o desenvolvimento dos órgãos sexuais e da capacidade de reprodução são vividos pelo adolescente como uma irrupção de um novo papel, que modifica sua posição frente ao mundo e que também o compromete em todos os planos de convivência.

Creio que ante a iminência das primeiras mudanças corporais e a ansiedade que estes provocam, o adolescente faz uma fuga progressiva do mundo exterior e busca um refúgio em seu mundo interno.

As características deste mundo interno haverão de determinar em sua maior parte a qualidade da crise. O mundo exterior, aceitando ou rechaçando sua riqueza crescente, permitir-lhe-á ou o impedirá de desenvolver o que considero típico do pensamento e da ação do adolescente.

No temor do crescimento e na angústia de entrar no mundo adulto, os sentimentos de rivalidade e invalidez, que assinalarei mais tarde, desempenharão um importante papel, e devo também assinalar que a criança nesse momento já sabe como e em que não quer ser como um adulto, mesmo que grande parte de si mesma aspire a sê-lo de um modo total.

É como se, um pouco aterrorizado ante uma metamorfose com a qual não está muito de acordo e à qual se sente impulsionado por forças desconhecidas atuantes dentro dele, **buscasse desesperadamente, mediante uma série de planos e reformas do mundo externo, assegurar-se de que ele poderia pôr limites à ação do adulto no caso de ser necessário.**

O entrechoque e a distância entre mundo interno e realidade exterior determinarão a duração e a qualidade de sua crise emocional...

(...)

O adolescente sente que deve planejar sua vida (controlar as mudanças), surgindo nele, paralelamente, a necessidade de adaptar o mundo externo a suas necessidades imperiosas. Daí sua ânsia de reforma social.

(...)

Mas nos perguntamos: que é o que define a qualidade desse plano de vida e de reformas? Podemos ver que consiste na transposição para o mundo externo das primeiras relações com seus pais. **Quanto mais harmônica e feliz é a vida de uma criança, quanto mais estável e em paz é seu desenvolvimento interno, menor será seu ressentimento familiar e social.**

(...)

A qualidade do processo de maturação e crescimento dos primeiros anos, a estabilidade nos afetos, a quantia de gratificações e frustrações e **a gradual adaptação às exigências ambientais vão marcar a intensidade e a gravidade destes conflitos**” (grifos nossos) (ABERASTURY, 1986, p. 227-230).

Apesar dos conceitos apresentados, a adolescência tem ocupado expressiva parte nos noticiários televisivos, escritos e/ou falados, denunciando que tem passado por crise ou dificuldades que de certa maneira ainda não foram traduzidas científica ou popularmente, apesar de diversas frentes empreenderem dedicação, estudos e esforços em transformar algo que nos parece estar transformado e sabemos que a adolescência naturalmente precede a infância.

Pelo percurso natural do desenvolvimento humano, após a concepção existe o desenvolvimento da pessoa intra-uterino, que tem como referência tanto a herança genética quanto é significativo o estado físico da gestante em matéria de sua saúde e bons hábitos, tudo já vai se tornar significativo na constituição do corpo do sujeito. Considerando o aspecto afetivo, o lugar emocional que a criança vai ocupar também é desenhado antes mesmo da concepção de maneira inconsciente, mas que refletirá significativamente em seu desenvolvimento intra e extra-uterino.

Com o nascimento, novo momento de adaptação passam as crianças e seus pais, dentre os demais familiares. Como grande parte dos mamíferos, o ser humano exige cuidados específicos, diários e constantes, que geralmente deveriam ser ministrados pelas mães e/ou cuidadoras, tanto nos aspectos de higiene e saúde como na própria alimentação. Após o aleitamento materno, nova perspectiva se abre à criança, pois não necessariamente a pessoa que amamenta necessita estar por perto como cuidadora. Com o ingresso de outra possibilidade de alimentação e sobrevivência, o leque vai se abrindo, permitindo a participação de outras referências, de outras pessoas na simbiose vivida até então com a

“figura materna” – Estágio do Espelho. A concepção de cuidados e atenção destinados às crianças atualmente não foi sempre assim. Em outras palavras, de acordo com a época, os cuidados com as crianças vai sendo alterado ou transformado, ora as crianças são cuidadas por amas, ora são cuidadas pelas próprias mães, ou parentes, como avós e tias, ora são cuidadas por babás ou vizinhos...

Sabendo que a infância precede a adolescência, consideremos os aspectos relacionados à infância. A mortalidade infantil no séc XVIII era significativa. Elisabeth Badinter (1986) esclarece a evolução da significação das crianças na evolução dos tempos e justifica o não apego das mães às crianças. A questão da amamentação era vista do ponto de vista da beleza e saúde da mulher, além da questão da ordem social e moral que era ponderada e utilizada: “Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (BATINTER, 1986, p. 96).

Até a primeira metade do séc. XIX, a finalidade da educação da mulher era fazer delas esposas crentes, donas de casa eficientes. Algumas mulheres mais ousadas e da nobreza subvertiam e buscavam em visitas a mulheres cultas ou em aulas em salão sabedoria rudimentar da ciência e filosofia.

“No séc. XVII e sobretudo no séc. XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue o mesmo ritual: a colocação em casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato” (BATINTER, p. 119).

No fim do séc. XVIII, uma revolução das mentalidades acontece. O amor materno passa a ser considerado como um valor natural e social, favorável à espécie e à sociedade (até valor mercantil). Rousseau, em dois textos: *Encyclopédie* (distingue diferentes graus da autoridade dos pais e mães, que deve evoluir junto com a criança) e *Contrato Social* (teoria radicalmente nova da família), favoreceu a revolução da mentalidade (*idem*, p. 162-164, 169). Fundado na liberdade, o novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura – a procriação passa a ser uma das doçuras do casamento (p. 178). No séc. XX, com a Teoria

Psicanalítica, o conceito de responsabilidade materna se transformou em culpa materna. A família se fecha e se volta para si mesma.

As transformações, pelas quais passaram a família e a sociedade foram moldando para a mulher lugar e possibilidades diferenciadas, nas quais ela necessita se conduzir como mulher, ser identificada, singular, com sua construção e personalidade; precisa dar conta de uma produtividade, colocar em ascensão uma carreira profissional, precisa viver uma vida afetiva com um companheiro; a partir daí, procriar e dar conta de olhar e cuidar dos filhos, da casa, do marido. Alguns olhares acabam por não ficarem completos. Aparecem as falhas. Se no relacionamento afetivo, ele é terminado. Se na carreira profissional, ela é alterada ou modificada. Se for no olhar dos filhos, estes se transformam em sintomas, apresentando comportamentos incompatíveis com o que é transmitido conscientemente, mas respondendo a ordens do inconsciente. Contudo, a mulher ocupa um dos lugares na composição de famílias mais significativos, sendo que parte dessas representações, manifestadas, também dizem respeito aos homens, ou deveriam ser desempenhadas por eles, tamanhas são as diferenças entre homens e mulheres. Muitas pesquisas têm sido realizadas a respeito dos gêneros. Aqui, não vamos entrar em detalhes frente a riqueza que o conteúdo sugere.

Voltando ao estágio do espelho, ao crescimento das crianças, estas, então, passam a ser inseridas no contexto familiar e social de forma diferenciada. De certa maneira, sua comunicação passa a ser estabelecida não apenas através do choro de desconforto, fome, dor, ou simplesmente do interesse em estar junto, afagado. Sua comunicação também se dá através de gestos, sons emitidos, expressões corporais e verbais que passam por processo de decifração, decodificação, e certamente os sinais passam a representar os significantes, significados, e signos que vão compondo as representações das pessoas até que a comunicação possa ser estabelecida através da palavra falada.

Atualmente, tal momento já vem marcado pelo ingresso na vida escolar; muitas vezes, até mesmo antes do controle do próprio corpo em seus esfíncteres.

A situação vivida pelas crianças, segundo Philippe Ariès, foi sendo sempre alterada na vida das pessoas. Analisando os quadros da Renascença, ele constatou que crianças eram vestidas como adultos. Usando intuitivamente materiais como diários testamentos, igrejas e túmulos, ele desenvolveu um quadro da lenta transformação da criança e sua família. De acordo com suas análises, tem-se a impressão que a cada época corresponderia uma idade privilegiada: “a ‘juventude’ é a idade privilegiada no século XVII; a ‘infância’, do século XIX; e a ‘adolescência’, do século XX” (p. 35).

“Os textos da idade média sobre esse tema são abundantes. Le Grand Propriétaire de toutes choses trata das idades em seu livro VI. Aí, as idades correspondem aos planetas, em número de 7: ‘A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino. Após a infância, vem a segunda idade... chama-se pueritia e é assim chamada porque nessa idade a pessoa é ainda como menina do olho, como diz Isidoro, e essa idade dura até os 14 anos.

Depois segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que termina, segundo Constantino, em seu viático, no vigésimo primeiro ano, mas, segundo Isidoro, dura até 28 anos... e pode estender-se até 30 ou 35 anos. Essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar, disse Isidoro. Nessa idade, os membros são moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E por isso a pessoa cresce nessa idade toda grandeza que lhe é devida pela natureza [O crescimento, no entanto, termina antes dos 30 ou 35 anos, e até mesmo antes dos 28. Certamente, devia ser ainda menos tardio numa época em que o trabalho precoce mobilizava mais cedo as reservas do organismo.].

Depois segue-se a juventude, que está no meio das idades, embora a pessoa aí esteja na plenitude de suas forças, e essa idade dura até 45 anos, segundo Isidoro; ou até 50, segundo os outros. Essa idade é chamada de juventude devido à força que está na pessoa, para ajudar a si mesma e aos outros, disse Aristóteles. Depois segue-se a senectude, segundo Isidoro, que está a meio caminho entre a juventude e a velhice, e Isidoro afirma que esta é a chama de gravidade, porque a pessoa nessa idade é grave nos costumes e nas maneiras; e nessa idade a pessoa não é velha, mas passou a juventude, como diz Isidoro. Após essa idade segue-se a velhice, que dura, segundo alguns, até 70 anos e, segundo outros, não tem fim até a morte. A velhice, segundo Isidoro, é assim chamada porque as pessoas velhas já não têm os sentidos tão bons como já tiveram, e caducam em sua velhice... A última parte da velhice é chamada sentes em latim, mas em francês não possui outro nome além de *vieillesse*... O velho está sempre tossindo, escarrando e sujando [ainda estamos longe do nobre ancião de Greuze e do Romantismo], até voltar a ser cinza da qual foi tirado” (ARIÈS, 1978, p. 36-37).

Daí a constatação de que o olhar destinado ao desenvolvimento de crianças passa por transformações, o que, conseqüentemente, refletirá na continuação do desenvolvimento, ou seja, a fase seguinte, que é a adolescência. Em outras palavras, podemos dizer que o que é vivido na infância pelo sujeito certamente será refletido em seu comportamento nas demais fases de seu desenvolvimento.

A adolescência, independente da idade cronológica, do amadurecimento hormonal, da caracterização em números de anos no Direito, está diretamente relacionada às representações psíquicas constituídas pelo sujeito até então.

Com varreduras constantes em leituras sobre adolescência referentes ao desempenho da atividade profissional, constatamos que existem vários estudos sobre Família, Educação e Sociedade como lugares onde estão os adolescentes. São estudos desenvolvidos pela Psicologia, Educação, Sociologia, Direito, Filosofia e Antropologia. Existe unanimidade entre eles no discurso da necessidade de boa formação do sujeito para o desempenho do bem. A família, diz Morgan (*apud* ENGELS, 1984):

“é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. Karl Marx acrescenta: ‘O mesmo acontece, em geral, com os sistemas políticos, jurídicos, religiosos e filosóficos’” (p. 65).

A questão de as transformações estarem acontecendo sempre com o passar do tempo nos mostra que os conceitos vão se ampliando ou se modificando. Já o campo jurídico tenta regulamentar as situações vividas pela sociedade, pela família e até pela educação. Assim, a família ainda poderia ser definida como:

“um conjunto de pessoas ligadas pelo vínculo da consangüinidade, cuja eficácia se estende ora mais larga, ora mais restritamente, segundo as várias legislações. Outras vezes, porém, designam-se por família somente os cônjuges e a respectiva progênie” (BEVILÁQUA, 1976, p. 16).

Além das relações através dos corpos, existem os vínculos afetivos, ou seja:

“Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, preside esta organização das emoções segundo tipos condicionados pelo meio ambiente, que é a base dos sentimentos, segundo Shand; mais amplamente, ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência” (LACAN, 1990, p. 13).

As relações entre os sujeitos constituindo famílias são calcadas em representações (ou significações) inconscientes que, ao longo do tempo, vão eliciando comportamentos e crenças que às vezes fogem ao controle dos corpos dos sujeitos, ocorrendo atos que são difíceis de serem compreendidos conscientemente. É nessa composição representativa inconsciente que os sujeitos vão se formando, se informando e se constituindo através da linguagem, e não apenas através dos corpos. No entanto, muitas das representações simbólicas são reais e imaginárias, estabelecendo e fazendo prevalecer seus vínculos positivos e negativos de amor ou de ódio e no saber inconsciente que existe em cada sujeito.

“Todo amor se baseia numa certa relação entre dois saberes inconscientes... Se anunciei que, a transferência, é o sujeito suposto saber que a motiva, isto é senão aplicação particular, especificada, do que está aí por experiência... Falei em suma do reconhecimento, do reconhecimento a signos sempre pontuados enigmaticamente, da maneira pela qual o ser é afetado enquanto sujeito do saber inconsciente” (LACAN, 1985, p. 197).

Os sentimentos estão presentes nos relacionamentos. Assim, a diversidade na qual está inserida a adolescência, em suas amplas relações, requer saber dinâmico de várias ciências para melhor compreensão de seu desenvolvimento, funcionamento e manifestações. Serge Moscovici colabora com as referências multidisciplinares, do que, de maneira breve, abordamos alguns pontos.

Atualmente, o estudo das Representações Sociais (RS) constitui-se num campo muito vasto de pesquisa. Engloba uma ampla variedade de temas, por relacionar-se a qualquer objeto social, podendo ser transmitido através da comunicação e tendo, por isso, importância para o grupo e para as práticas cotidianas.

Spink, no livro que organizou: *O Conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social* (1993, p. 22, 34) assegura que, se tomarmos uma representação como algo que é elaborado de forma coletiva a partir das trocas e práticas dentro de um contexto histórico, podemos supor que a representação é responsável por fornecer os subsídios para os julgamentos e atitudes. Ela é responsável por dar sentido coerente ao universo vivido, expresso em várias formas de comunicação, servindo, assim, como referencial para as atitudes dos indivíduos. Considera-se a representação social um sistema de interpretação capaz de conduzir a nossa relação com o mundo e com os outros. Ela capacita a orientar e organizar as condutas e comunicações sociais. O estudo das representações permitiria, então, compreender o conjunto de significados atribuídos por um determinado grupo social a um objeto, bem como aos comportamentos relativos a esse objeto.

As representações se caracterizam como um conjunto de significados que resistem às mudanças. Essa estrutura possui uma parte que é um agrupamento de elementos composto de certas regularidades, que resistem às transformações pequenas e imediatas e que fazem parte do contexto, e uma outra parte, que é capaz de se adaptar facilmente às alterações cotidianas do meio, ou seja, às alterações que ocorrem no contexto social mais imediato.

Dessa forma, cada grupo constrói um significado partilhado sobre algum fato ou ocorrência, e esse significado é relativamente capaz de se adaptar ao contexto imediato, mas, ao mesmo tempo, é suficientemente estável para não aceitar que o significado já atribuído a uma dada situação sofra alterações importantes diante de alguma variação.

Spink (1993) se refere a Jodelet (1989), que nos apresentou uma revisão no conceito de Representação Social enfocando a noção de Ciências Sociais, Psicologia Cognitiva e Psicologia Social. Os elementos constitutivos da ideologia definidos como sistema de representações vêm das

“Ciências Sociais, a ideologia como objeto central de pesquisa, na instância abstrata (ou seja, inconsciente), e o acesso a ela se dando por meio de representações que ela estrutura; (...) a Psicologia Cognitiva enfatiza as propriedades estruturais das representações, focaliza o que é conhecido, como é conhecido, mas ignora quem conhece e de onde conhece, estudos sobre a cognição social tendem a abordar a representação como processo não social; já a Psicologia Social, ao focar as representações sociais, busca entender as marcas sociais do cognitivo e as condições cognitivas do funcionamento ideológico. Pensando as representações como uma forma de conhecimento prático, busca entender seu papel na instituição de uma realidade consensual e sua função sócio-cognitiva de integração da novidade e de orientação das comunicações e das condutas” (p. 22).

Nessa perspectiva, as Representações são essencialmente dinâmicas; são produtos de determinações tanto históricas como do aqui-e-agora e construções que têm uma função de orientação: conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo e definem sua identidade social – o seu modo de ser particular, produto de seu ser social.

“As representações em que estou interessado não são as de sociedades primitivas, nem nas reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores – ciências oficiais, religiões, ideologias – e às mudanças pelas quais eles devem passar, a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum” (MOSCOVICI *apud* SPINK, 1993, p. 22).

Entenda-se, então, realidade consensual como Representação Social, porém dos universos reificados. Para Moscovici (1976), a interferência dos meios de comunicação tem sido significativa.

“No real, a estrutura de cada representação nos aparece desdobrada; ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Nós escrevemos que: Representação figura, entendendo por isso que ela faz compreender
significação
em toda figura um sentido e em todo sentido uma figura.

(...)

Ao representar qualquer coisa não se sabe jamais se se mobiliza um índice do real ou um índice convencional, social ou afetivamente significante. Somente uma evolução ulterior, um trabalho consciente dirigido, seja além do convencional, em direção ao intelecto, seja além do figurado, em direção do real, permite sanar essa incerteza. Por essa razão, essas formas de

conhecimento que são as representações (...) são, ao menos no que se refere ao homem, primordiais. Os conceitos e as percepções são elaboradas em estilizações secundárias, umas a partir do sujeito e as outras a partir do objeto.

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são lugares onde todos querem se sentir em casa, a salvo de qualquer risco de atrito ou disputa. Tudo o que é aí dito e feito apenas confirma crenças e interpretações adquiridas, corrobora mais do que contradiz a tradição. (...) No todo, a dinâmica dos relacionamentos é uma dinâmica de familiarização, onde objetos, indivíduos e eventos são percebidos e compreendidos em relação a encontros ou paradigmas prévios. Como resultado, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, as imagens sobre a 'realidade'” (*idem*, p. 34-36).

Uma realidade social, como a entende a teoria das Representações Sociais, é criada apenas quando o novo ou não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais. A ancoragem que é necessária é a relação entre uma representação anterior e a representação atual, bem como a classificação e a denominação, um tanto similar ao processo de aprendizagem descrito por um autor, chegando à objetivação que consiste na operação imaginante e estruturante.

“Aqueles [palavras] que, devido à sua capacidade para serem representadas, tiverem sido selecionadas, (...) são integradas ao que eu chamei de um padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduz visivelmente um complexo de idéias (...). Uma vez que a sociedade tenha adotado tal paradigma ou núcleo figurativo, fica mais fácil falar sobre qualquer coisa que possa ser associada ao paradigma e, por causa desta facilidade, as palavras referentes a ele são usadas mais freqüentemente.

(...) a imagem é totalmente assimilada e o que é percebido toma lugar do que é concebido [este] vê o resultado lógico de tal estado de coisas. Se as imagens existem, se elas são essenciais para a comunicação e compreensão sociais, isto é porque elas não são (e não podem ser) sem realidade tanto quanto não pode haver fumaça sem fogo. Desde que elas devem ter uma realidade, nós encontramos uma para elas, não importa qual. Assim, por uma espécie de imperativo lógico, as imagens se tornam elementos de realidade mais do que elementos de pensamento” (*idem*, p. 40-41).

A teoria das Representações Sociais possui (conduz) um modo de olhar a Psicologia Social que exige a manutenção de laço estreito entre as ciências psicológicas e as ciências sociais. O conceito de Representação Social ou coletiva nasceu na sociologia e na antropologia (Dukheim e Levi-Bruhn) e desempenhou papel análogo na teoria da linguagem de Saussure, representações infantis de Piaget e desenvolvimento cultural de Vigotsky – esse

conceito continua presente nesse tipo de teorias. Os fenômenos sociais são como conversações dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum.

“O papel que a teoria das Representações Sociais confere à racionalidade da crença coletiva e sua significação, portanto, às ideologias, os saberes populares e o senso comum” (MOSCOVICI, 1994, *apud* JOVCHELOVITCH, 1994, p. 11).

Dessa forma, as relações compõem sistemas coerentes de signos. A Representação Social é racional não por serem sociais, mas por serem coletivas, de modo que toda psicologia das formas de pensamento ou de linguagem deve necessariamente ser social. Considerando que não existe sujeito sem sistema ou sistema sem sujeito, a noção de conflito se torna essencial na Representação Social. Em se tratando de transformações cognitivas ou comunicação pública, não é possível compreender o dinamismo da sociedade ou as mudanças de qualquer uma das partes que a compõem. Por estarmos em época de mudanças tanto intelectuais como sociais, o pesquisador necessita ser criativo, aproveitando o que cada método de pesquisa possa lhe oferecer e criando oportunidades de conhecimento.

“Não há ‘métodos’ para um campo de conhecimento que tenha um verdadeiro conteúdo intelectual. O objetivo é encontrar a verdade. Como chegar até lá, ninguém o sabe. Os métodos experimentais, os matemáticos, as diversas técnicas, não são métodos de trabalho para descobrir a verdade. Jamais alguém tornará criativo um físico ou um biólogo, dizendo-lhe: eis aqui os métodos, experimente-os num novo organismo. Fazem isso os que não sabem o que dar para os estudantes fazerem. É uma confissão de fracasso.

Espera-se de um cientista que ele descubra novos princípios, novas teorias, novos métodos de verificação (...). Isso não se aprende com um método” (*idem* p. 16).

A teoria da Representação Social busca tanto dentro da Psicologia como fora dela as possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica e metodológica, propondo, assim, o específico da Psicologia Social, que é o empreendimento interdisciplinar. Existe certo fracasso em teorizar a dialética entre o sujeito individual e a sua sociedade. A Representação Social centra seu olhar sobre a relação entre o indivíduo e sua sociedade. Recupera o sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto – mundo –, constrói tanto o mundo como a si próprio. O mundo social revela papel central na Representação Social.

Se pudéssemos fazer uma síntese teórica sobre Representação Social, poderíamos considerar a dimensão cognitiva, afetiva e social na construção de saberes sociais. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque, como sujeitos sociais, empenham-se em entender e dar sentido ao mundo. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição quanto os afetos estão presentes nas Representações Sociais; portanto, encontram sua base na realidade social.

“O modo mesmo de sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais é quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações sociais são formadas. Os meios de comunicação de massa, particularmente, têm sido um objeto de investigação para a teoria” (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 20).

Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Como tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada.

“Matar e morrer – qualquer um: crianças, jovens velhos – é uma atividade quase banal no Brasil, e essa banalidade e trivialização do trágico devem nos alertar para a necessidade de não deixar levar pelo que Hannah Arendt uma vez chamou de ‘banalidade do mal’” (*idem*, p. 21).

Percebemos que estamos atravessados pela violência concreta de relações sociais desiguais. Não é menos verdadeira a consideração de que também estamos atravessados pela força impressionante da palavra. A noção de que o símbolo se constrói apenas como máscara de estruturas sociais desiguais deve ser colocada em questão. A realidade social – representada por outros – desempenha um papel constitutivo na gênese das representações da atividade simbólica e do próprio sujeito individual. A Representação Social não se centra no sujeito individual, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social:

“As Representações Sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, aonde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público (...). A objetivação e a ancoragem são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social” (p. 81).

Atualmente, percebemos a preocupação constante de se defender a vida em comum, que nos parece ameaçada pela miséria, violência e desigualdade. Para sua defesa, há também a necessidade de se recuperar o pensamento, a palavra e a plena possibilidade da construção dos saberes sociais. Só assim se constrói a democracia com o exercício da cidadania (em que os sujeitos políticos poderiam se encontrar) na ação e no discurso.

As Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam. Portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Através da linguagem, podem figurar como mediação e podem ser tomadas como forma de conhecimento e de interação social. Podem ser consideradas matéria-prima para análise do social e também para ação pedagógica, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade. No entanto, necessitamos ser cuidadosos com a leitura das Representações Sociais que freqüentemente têm seus registros na linguagem:

“A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Cada época, cada grupo têm seu repertório de formas de discurso, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Assim, a palavra é a arena onde se confrontam interesses contraditórios, veiculando e sofrendo os efeitos das lutas de classes, servindo ao mesmo tempo como instrumento e como material” (BAKHTIN, 1986, p. 36-37).

Assim, as palavras não apenas dizem, mas representam. As Representações Sociais geralmente podem ser explicadas através das condições socioestruturais e sociodinâmicas

de um grupo, podem sofrer resistências e, a partir dos movimentos dinâmicos da sociedade, vão sendo reescritas de acordo com as transformações pelas quais vão passando as organizações das comunidades. Dessa maneira, o discurso tem que ser analisado. No entanto, a situação sócio-econômico-cultural das pessoas também tem que ser considerada.

“Mas é necessário dizê-lo: as Representações Sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir” (JODELET *apud* SPINK, 1993, p. 61).

“O segundo ponto liga-se à questão metodológica. A Representação Social permite desenvolver estudos descritivos populacionais analisados estatisticamente, e também estudos individuais-dinâmicos. Nesse caso, as Representações Sociais são os dados empíricos dos quais se parte para um procedimento de análise que os insere no movimento histórico (tanto individual como social), permitindo assim chegar às categorias constitutivas do psiquismo humano” (SPINK, 1993, p. 70-71).

Tendo considerado brevemente a adolescência no sentido psicossocial, e sua realidade nos tempos atuais de acordo com o recorte multidisciplinar proposto por Serge Moscovisci, sob o entendimento de Spink (1993), esclarecemos que daqui por diante nos ateremos ao recorte significativo de adolescentes em conflito com a lei. O tema da pesquisa realizada em São João del-Rei/MG é trabalhado em capitais do Brasil pela expressividade do comportamento adolescente nos tempos atuais. Como exemplo, ilustramos a realidade vivida por alguns adolescentes, de acordo com pesquisa realizada por Njaine e Minayo:

“A década de 1980, na verdade, marca uma inflexão no aumento da mortalidade por violência e da criminalidade urbana, em todas as faixas de idade e especialmente entre os jovens. Entre 1980 e 1988, a proporção de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos mortas violentamente no Rio de Janeiro cresceu em 79,5%. Na faixa dos 15 aos 19 anos, o crescimento foi da ordem de 45,3%, sendo a principal causa de óbito neste grupo etário (Souza, Assis e Silva, 1997). Houve também grande incremento no número de jovens envolvidos em atos infracionais. Estudos recentes de Assis (1999) e Cruz Neto *et al.* (1999) têm demonstrado que o crescimento dos números e das taxas de delitos se deu, no caso do Rio de Janeiro, principalmente pela inserção de crianças e adolescentes no mercado varejista do tráfico de drogas, enquanto, no país, a face mais exposta da delinqüência juvenil é representada pelos roubos, furtos e, de forma pouco significativa, por homicídios ou tentativas de homicídio. Às transgressões desse grupo social, a imprensa tende a reagir, qualificando-os como ‘pequenos predadores’, ‘pivetes’, ‘futuros bandidos’” (VOLPI, 1997, *apud* NJAINE e MINAYO, 2002, p. 285-297).

Observa-se, assim, que a violência entre os adolescentes passa a tomar espaço diferenciado na sociedade, o que é preocupante, pois, embora as medidas preconizadas pelo Estatuto estejam sendo implementadas pelo poder judiciário, houve pouca modificação no que se refere aos equipamentos sociais que dariam suporte às ações determinadas por ele. Agravando esse fato, encontra-se a frágil atuação de muitos Conselhos de Defesa e Tutelares, instâncias de proteção também previstas pelo ECA. Assim, o estado real de precariedade do cumprimento das medidas sócio-educativas contribui para o quadro atual de questionamento, discriminação e, por vezes, rejeição por parte de vários segmentos da sociedade às propostas constitucionais de direitos das crianças e dos adolescentes.

As vozes dos adolescentes raramente foram e são ouvidas e nunca suas razões são tratadas seriamente nas reportagens.

“Porém, se queremos chegar a um diagnóstico mais profundo e articular soluções de raiz, condizentes com a dimensão abrangente das tendências históricas observadas, é necessário ultrapassar o tratamento apenas dos sintomas visíveis, e tratar do problema em um nível de abstração maior, onde encontramos o seu aspecto unitário. Uma delimitação tipológica mais restrita *a priori* do fenômeno iria, portanto, contra o nosso objetivo aqui, que é estabelecer ligações e/ou transformações entre manifestações agregadas do fenômeno. Assim, a especificação tipológica do nosso objetivo de análise é feita ao longo da exposição” (FANDINO MARINO, 2004, p. 31-38).

Faz-se necessário, assim, o desenvolvimento de políticas públicas que possam atender às necessidades das pessoas de maneira geral, principalmente das que estão em desenvolvimento, a fim de que na ocasião de sua autonomia tenham referências positivas para se manifestarem e comporem a história de suas vidas de maneira positiva e adequada.

“Concluindo, a questão-chave da presente fase da eliminação da violência e da hegemonização da democracia está na articulação de uma perspectiva de sucesso da superação do dualismo de exclusão pelas vias legítimas, baseada em alguma agenda concreta. Ora, esta tarefa de reconstrução, ou melhor dito, de constituição (sócio)moral do continente e de sua paz social não depende da imposição de ‘moralismos’ confessionais, mas sim de um contrato social, com seus componentes políticos, sociais, econômicos e legais, conquistável só na base da rejeição da violência, do diálogo democrático e do poder curativo, nas palavras de Durkheim, do maior anseio e prazer do indivíduo — o de pertencer a uma comunidade moral” (*idem*).

CAPÍTULO II

VIOLÊNCIA: ALGUMAS PONTUAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS

2.1 Violência

Quando nos dispomos a analisar a questão relacionada à violência, temos que suportar o eco do que é enunciado nos discursos, sejam eles falados, escritos ou vividos. Nos discursos falados, temos constantemente ameaças, discussões que, em grande parte das vezes, têm sido abreviadas, levando os sujeitos a agirem antes mesmo de emitirem algum tipo de fala, é o ato prevalecendo ao diálogo. Nas escrituras cada vez mais informatizadas permanecem e prevalecem o descuido e o descaso com o sujeito, podendo ele estar ou não inscrito em um grupo familiar ou social. Nos atos dos sujeitos, percebemos relatos comuns que denunciam faltas significativas relacionadas a questões materiais, mas implicitamente relacionadas a questões afetivas, éticas.

Ao propor trabalhar com o tema da violência, nosso objetivo está em traçar esclarecimentos com relação ao que se refere o termo, aos tipos de violência que as pessoas se submetem e cometem, às marcas deixadas pelo sofrimento causado pela situação de violência vivida, bem como discutir acerca de diversos trabalhos realizados dentro do tema, principalmente quanto à violência vivida por e entre adolescentes, custando-lhes muitas das vezes a própria vida, principalmente nos últimos 20 (vinte) anos.

A conduta agressiva entre crianças e adolescentes é influenciada por fatores individuais, familiares e ambientais. Entre os fatores individuais, encontramos a questão do temperamento, do sexo, da condição biológica e da condição cognitiva. A família influencia através do vínculo, do contexto interacional (das interações entre os membros),

da eventual psicopatologia e/ou desajuste dos pais e do modelo educacional doméstico. A televisão, os videogames, a escola e a situação socioeconômica podem ser os elementos ambientais relacionados à conduta agressiva.

“Autores da linha psicanalítica (Chess e Hassibi, 1982; Osório, 1982) tentaram identificar aspectos determinantes da agressividade na adolescência. Alguns consideram que o problema acontece devido a uma carência emocional experimentada pela criança que se sente ferida; outros acreditam que a criança não teve fixados os seus limites. Perceberam que crianças e adolescentes desvantajados, expostos ao abandono, morte ou doença dos pais, ou submetidos à intensa ansiedade gerada pelo ambiente das ruas, podem apresentar conduta agressiva (Fagan e Wexler, 1987). Quando os pais ferem-se mutuamente, abandonam as famílias ou ameaçam suicidar-se, a ansiedade dos filhos é esmagadora. Eles podem desenvolver um padrão crescentemente agressivo em suas relações familiares, escolares e sociais (Wolff, 1985). Foi encontrada associação entre privação emocional na infância, agressão física entre os pais, depressão materna, quebra precoce do vínculo mãe-filho, negligência ou rejeição materna, número elevado de substitutos maternos, abuso físico e sexual e conduta violenta em adolescentes (Forchand, 1991; Assis, 1991). Histórias de abuso físico e sexual têm sido relatadas por adultos e adolescentes que apresentam auto-imagem negativa, dificuldades de relacionamento e vazão inapropriada de impulsos agressivos (Dodge *et al.*, 1991; Gil, 1990; Oates, 1984; Blomhoff *et al.*, 1990)” (*apud* MENEGHEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

A agressividade é um sintoma que reflete uma conduta desadaptada e os fatores implicados na agressão e violência seriam a pessoa e o meio. A pessoa que, além de ser agressiva ainda traz outro tipo de sintoma, torna o caso mais grave, ao passo que, quando não demonstra outros sintomas, seu caso fica relativamente mais tranquilo. De acordo com

“visões mais psicodinâmicas do problema, como faz Paulo Ceccarelli, consideram a delinqüência infanto-juvenil relacionada ao aumento do sentimento de desamparo, típico da nossa modernidade cultural, onde a descrença generalizada nos valores tradicionais, como a família, igreja, escola etc. leva a uma intensa busca do prazer pessoal e do individualismo em detrimento dos ideais coletivos” (BALLONI, 2001, p. 6).

Os adolescentes podem estar comprometidos em várias formas, seja com álcool, com drogas legais ou ilegais. É comum serem experimentados álcool ou drogas no período da adolescência. Infelizmente, os adolescentes não percebem as relações entre seus atos hoje e suas conseqüências amanhã, sentem-se indestrutíveis. O uso de álcool e cigarros pode levar ao consumo de drogas. Alguns adolescentes que experimentam um pouco, ou algum tipo de droga, podem continuar usando ocasionalmente e podem ter problemas significativos.

Outros ficam dependentes, chegam a drogas perigosas e causam danos significativos neles mesmos e nos outros.

A adolescência é tempo de se provar coisas novas. Assim, os adolescentes usam álcool e drogas por várias razões, inclusive a curiosidade, para se sentirem bem, para reduzir o estresse, para sentirem-se adultos ou para pertencerem a grupos. Histórico familiar de abuso de substâncias tóxicas, deprimidos, sem amor próprio, ou com pouca auto-estima são fatores que favorecem o mau hábito. Em decorrência dos maus hábitos, as conseqüências podem ser fracasso escolar, risco de acidentes, violência, relações sexuais não planejadas e arriscadas e suicídio, dentre outras.

Certamente, a violência não é um fenômeno social recente. No entanto, é possível afirmar que suas manifestações se multiplicam, assim como os atores nelas envolvidos. Na atualidade, adquire diversas formas, algumas mais graves, com incidência crescente chegando a ser identificada como “cultura da violência”, assim como o envolvimento de pessoas cada vez mais jovens. Através dos meios de comunicação, percebemos diariamente notícias que são colocadas de maneira tal que banalizam e neutralizam a gravidade da situação por nós vivida.

A violência está presente na sociedade de maneira geral, seja na miséria, exclusão, corrupção, desemprego, concentração de renda e poder, autoritarismo e desigualdade, entre outros problemas da nossa sociedade. A violência, então, aparece na amplitude das relações entre as pessoas. A problemática da violência só pode ser compreendida partindo-se de sua complexidade e multicausalidade, não podendo ser reduzida às questões relativas à desigualdade e exclusão social, criminalidade, crise do Estado e das políticas públicas, especialmente na área social, falta de ética etc. Por isso, a violência tem dimensão estrutural e cultural.

Podemos entender violência como manifestação de agressividade, conflito ou indisciplina. A opinião pública e meios de comunicação associam violência à criminalidade e à agressão

física. É um tema que causa preocupação quando algum fato dessa natureza causa especial impacto na vida social.

“Nesta perspectiva, Bottomore, no Dicionário do Pensamento Marxista (1988) afirma:

Por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária. (...) A intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir (...) A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra (...) ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo; uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é o alvo da ação violenta” (CANDAUI, 2006, p. 1291).

Existem redes visíveis e invisíveis que vinculam a sociedade e as diferentes formas de violência no dia-a-dia dos cidadãos. A violência parece estar aumentando do ponto de vista quantitativo e qualitativo, tem aparecido na maior diversidade, bem como tem sido mais intensa, aparentando reflexo da violência social.

Os tipos de violência mais presentes podem ser verbais ou físicas, como propõe Guimarães (1998, *apud* CANDAUI, 2006):

“A questão fundamental, então, é se Estado e sociedade serão capazes do esforço necessário para alçar esses jovens às condições de cidadania compatíveis com as exigências atuais, considerando toda a complexidade de que se reveste esse processo em sociedades em que coexistem diferentes lógicas sociais (...), fazendo da escola uma das instâncias fundamentais para a instauração desse processo ou, ao contrário, se multiplicar-se-ão as práticas sociais voltadas para a consolidação de uma juventude cada vez mais segregada, socializada de forma sistemática ou intermitente por acontecimentos e grupos sociais particulares, como as quadrilhas, as seitas religiosas, os bailes, os DJs, cuja ação – através de gincanas e práticas de grupos que fazem do exercício da violência um estilo de vida” (p. 224-225).

Uma preocupação da comunidade com relação à questão da violência sob a ótica das pessoas é a falta de iniciativa e envolvimento do governo, bem como a corrupção, a falta da prática de leis que já estão, teoricamente, asseguradas e a falta de punição para aqueles/as que não as cumprem.

A presente manifestação aborda a questão geral da violência. Nossa posição é que, de fato, a problemática da violência contemporânea precisa de definições e interpretações novas, condizentes com a natureza nova do mundo social contemporâneo e condizentes também com as novas visões epistemológicas e ontológicas. Porém, não é menos verdade que, com relação à problemática do terceiro mundo, não podemos abandonar a visão macroscópica, pois é nesse nível que se apresentam os nossos objetivos de mudança.

Cabe registrar também que a dimensão macroscópica de análise permite um tratamento muito mais abrangente do fenômeno violência. Com frequência, ouve-se falar da necessidade de analisar esse fenômeno de forma segmentada, de acordo com os diferentes tipos que apresenta:

“Por exemplo, num estudo recente sobre a violência na Colômbia, os autores explicitamente indicam que ‘não parece adequado procurar as mesmas raízes para fenômenos tão díspares, como o homicídio ocasional produzido por uma briga ou por um ‘ajuste de contas’ ou ‘queima de arquivo’ e a confrontação política armada ou a ação de gangues organizadas de seqüestradores (Camacho *et al.*, 1997, p. 25). É verdade que há certos tipos de crime e violência cuja incidência escapa a determinantes contextuais. Mesmo assim, grandes parcelas da criminalidade violenta, aparentemente sem ligações entre si, como a violência anômica e a violência política, apresentam sob escrutínio sociológico mais aprofundado uma unidade subjacente decisiva na sua compreensão, como pretendemos demonstrar” (FANDINO MARINO, 2004, p. 31-38).

A desigualdade na esfera econômica, a “desintegração”, ou melhor, talvez, a “in-integração” social entendida basicamente como a ausência relativa de “um” corpo básico de normas, formais e informais, internalizadas e compartilhadas pelo conjunto da população, e de onde as comunidades regionais e nacionais derivam a força do exercício da sua autoridade e legitimidade, a concentração e falta de “fluidez” do capital simbólico com que trabalham essas comunidades, esses três fenômenos apresentam-se na forma de um “dualismo” de classe, que resulta decisivo na conformação das rotas da violência:

“Começamos pela desigualdade na esfera econômica. Contrariamente ao marxismo clássico, com relação à América Latina e ao Terceiro Mundo em seu conjunto, e para ir ao fundo da questão, invocamos a teoria do sistema mundial de Wallerstein (1983), salientando o dualismo inerente a ela, incluindo, de um lado, os segmentos incorporados e, de outro, os ‘ainda’ não incorporados pelo ‘capitalismo histórico’. Considerando-se então que enormes contingentes da

população permanecem à margem da relação salarial e do emprego, ou participam destes de forma apenas indireta ou ‘informal’, a noção de classe social desatrela-se da tradição marxista clássica, ampliando sua base para incluir o fenômeno mais abrangente da ‘apropriação de recursos’ (tecnológicos, de propriedade física, militares etc.), no sentido do trabalho de Wright *et al.* (1992). Ora, não se trata aqui simplesmente de argumentar que, em última instância, a pobreza e a desigualdade econômica estão por trás da violência. Mesmo porque a pobreza e a miséria, historicamente, provocam também outras reações, do cristianismo da escravatura em Roma até a Índia de Gandhi. Esta relação de pobreza e desigualdade com a violência tem de ser especificada em termos de: como, quando e em que condições a pobreza e as desigualdades simbólicas bourdianas tem gerado (ex-post) quais tipos de violência? Dentro de uma perspectiva metodológica ex-ante: como, quando e em que condições a pobreza e as desigualdades simbólicas bourdianas podem gerar quais tipos de violência? É evidente, pois, que o pano de fundo deste tipo de análise é a desigualdade social histórica no continente. Ora, a compreensão desta desigualdade não se esgota na esfera econômica, precisando de elementos sociais e culturais, de vida e dinâmica próprias” (*idem*).

A questão da “in-integração” social é explicada como decorrência dos tipos de contatos e de redes de comunicação (gravidade social), que resultam em formas progressivas de divisão do trabalho; estas, por sua vez, vêm acompanhadas de “densidades morais” (volume, abrangência e força compulsória ou internalização das normas e pautas sociais), cuja forma e consolidação dependem, com muita frequência, da equidade e da harmonia da própria divisão do trabalho.

“O conceito bourdiano de ‘capital simbólico’, o nosso terceiro elemento-chave. Este é entendido em termos dos seus três componentes básicos (social, cultural e econômico), distribuídos desigualmente ao longo dos ‘campos de poder’. Ora, mesmo que em Bourdieu esse capital simbólico careça de uma teorização suficiente que permita tratar da sua origem e dinâmica histórica e dos termos da sua ‘convertibilidade’ (Calhoun, 1993), no contexto do nosso dualismo sociocultural drástico, podemos afirmar que o capital simbólico não é apenas desigualmente distribuído e adquirido ou ‘acumulado’, mas é também rotineiramente excludente, especialmente dos grupos ligados à matriz pré-colombiana da configuração histórica em questão. Neste sentido, cabe formular o condicionamento da desigualdade exercido pelo que podemos chamar de ‘poder simbólico diferencial’ das culturas amalgamadas, aspecto que se refere especificamente ao hiato ou lacuna social resultante da ligação forçada entre o mundo europeu e as sociedades pré-colombianas e africanas, no caso específico da América Latina. Esta ligação resulta, finalmente, na configuração de uma estrutura com fortes tendências ao ‘dualismo de classe’, não só econômico como também simbólico geral e, portanto, com barreiras mutuamente reforçadas ao acesso a recursos e poderes simbólicos dominantes. Esta concentração da propriedade e do capital simbólico no terceiro mundo tem como consequência lógica uma ‘violência disposicional’, discutida mais adiante. Portanto, longe de uma simples policromia cultural, o continente emerge no cenário histórico nos séculos XVI e XVII com uma nítida ‘formação cultural de classe’, dual e

antagônica, bem mais profunda que a previsível em função apenas das relações econômicas do capitalismo marxista. Esta diferenciação cultural de classe tem então desdobramentos mais dramáticos e visíveis por seu caráter excluyente do que pela simples ‘apropriação de excedentes de trabalho’. A exclusão em questão, por seu lado, envolve aspectos tão ou mais profundos que a concentração da propriedade dos meios de produção e a própria relação assimétrica do sistema salarial, a saber, os componentes cultural e social do capital simbólico” (*idem*).

A violência sobre crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana desde os mais antigos registros. Inumeráveis são as formas pelas quais se expressa, adaptando-se às especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico. Os diversos tipos de violência costumam se expressar associadamente, conformando uma rede em que se interligam as várias violências oriundas do sistema social com aquelas praticadas no nível das relações interpessoais. Ademais, as vítimas podem se tornar agressoras, evidenciando a complexa e infundável trama existente.

O conhecimento que hoje se possui a respeito da violência ainda está em processo de construção em função da complexidade do tema.

A criança vista não apenas pela violência que sofre, mas pela que também pratica, é outro drama muito vivenciado e documentado. O tema da infração juvenil já preocupa a sociedade.

As violências cometidas e sofridas pelos adolescentes atualmente representam apenas uma pequena parcela daquelas vivenciadas através dos séculos. Todavia, com o passar do tempo, estas e tantas outras violências continuam presentes na vida cotidiana das crianças de todos os países do mundo. Naqueles em que o desenvolvimento da cidadania e a conscientização dos direitos se deram mais precocemente, alguns tipos de violência foram minorados; porém, não foram de forma alguma extintos.

No Brasil, país em que apenas recentemente se iniciou uma conscientização a esse respeito, agregam-se, às violências, características deste tempo e desta sociedade excluyente e desigual.

“O estudo da violência contra crianças na sociedade brasileira atual deve ser abordado por duas vertentes. A primeira, mais mensurável, se refere aos eventos fatais, denominados causas externas (ou violentas), entre as quais se incluem os homicídios, suicídios e acidentes. Na segunda vertente encontram-se variadas formas de violência que, embora potencialmente levem à morte, comumente não o fazem. O perfil da infância e da adolescência brasileiras, desafortunadamente no que se refere à violência, assemelha-se a uma teia em que, ao se puxar um fio, percebe-se sua ligação com toda a unidade” (ASSIS, 1994, p. 126-134).

Na sociedade brasileira entre as décadas de 80 e 90, foram realizados diversos trabalhos que ilustraram a situação da mortalidade de crianças e adolescentes por causas violentas, que vêm crescendo nas últimas décadas, devido à ação dos acidentes de trânsito e aos homicídios. Yunes (1993) afirma que, para o ano de 1986, de cada 100 mortes por causas violentas, 35,9% ocorreram até a faixa dos 24 anos. No período compreendido entre 1979 e 1986, as taxas de mortalidade por essas causas cresceram 14% na faixa etária dos 10-14 anos e 46% entre adolescentes dos 15-19 anos (Yunes e Rajs, 1994).

Outro estudo (Souza, 1994) demonstra esse crescimento também entre crianças até 10 anos. No Brasil, de 1980 a 1989, o percentual de causas violentas cresceu 65,2% entre crianças de 0-4 anos; 20,8% dos 5-9 anos; 16,9% dos 10-14 anos; e 19% nos adolescentes entre 15-19 anos. Esses dados indicam, portanto, a elevação do proporcional dos óbitos por essas causas em toda a infância e adolescência, especialmente na faixa etária mais jovem, o que, no entanto, perfazia, em 1989, apenas 3,8% de óbitos por causas violentas no total das mortes infantis até 4 anos. Nas crianças de 5-9 anos, as mortes violentas respondem por 47% do total; 54,6% dos 10-14 anos; e a elevada percentagem de 70,8% entre adolescentes de 15-19 anos.

Já no que se refere à mortalidade por homicídios, esta foi francamente crescente no Brasil no período estudado, chegando a 82% dos 10-14 anos e 136% dos 15-19 anos (Yunes e Rajs, 1994).

Mello Jorge (1988), analisando as mortes de crianças e adolescentes no município de São Paulo em 1985, também observa a elevação dos homicídios nas últimas décadas e a importância das mortes de crianças até 1 ano. Os homicídios de recém-nascidos

caracterizaram-se, sobretudo, pelo encontro de bebês nos depósitos de lixo. As crianças foram sufocadas ou estranguladas, espancadas ou esfaqueadas. Foram também encontrados casos de crianças mortas por maus tratos dos pais, principalmente espancamento e esganadura. A autora aponta, entretanto, o perfil distinto dos adolescentes vítimas de homicídios, em que predominam o atraso e a evasão escolar, o trabalho infanto-juvenil e o uso de fumo, álcool e drogas. Esse perfil indica a violência fundamental a que esses adolescentes estão submetidos: a da exclusão social.

“No Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1990, as mortes por causas violentas ocuparam o primeiro lugar entre as causas de óbitos infanto-juvenis (0-19 anos). A relevância da violência se expressa, primordialmente, na mortalidade de adolescentes. No ano de 1990, de todos os óbitos por causas violentas, 70,3% ocorreram entre os jovens de 15 a 19 anos e 29,7% entre as idades de 0 a 14 anos. Essas mortes violentas ocorrem predominantemente no sexo masculino, com uma relação de cerca de seis homens para cada mulher de 0 a 19 anos (Claves, 1993).

O perfil de crianças e adolescentes assassinados, segundo a Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPC) do Rio de Janeiro, ratifica os dados de Mello Jorge. São, na sua maioria (cerca de 90%), adolescentes, de 12 a 17 anos, do sexo masculino – 90,4% em 1992 e 92% em 1993 (Claves, 1993). Já o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP – (1993) informa que, quanto às ocupações, as vítimas, na sua maioria, eram estudantes ou possuíam ocupações marginais, como avião/traficante e assaltante. Entretanto, ressalta que 60% das vítimas fatais de violência da Capital não tinham indicações de envolvimento com a criminalidade.

Estes estudos confirmam o preocupante agravamento da mortalidade por causas violentas entre crianças e adolescentes brasileiros, ainda mais quando se sabe que estes casos representam apenas o ápice de uma pirâmide em que a base, os casos não-fatais estão em sua maioria encobertos. Para efeito de esclarecimento, Mello Jorge (1979) cita uma estimativa norte-americana em que, para cada morte por acidente de trânsito, ocorreriam 200 casos não-fatais. Inúmeros são os obstáculos para identificar e quantificar os múltiplos tipos de violência que não levam à morte, mas que atingem de forma danosa a saúde infantil. Desta forma, apontar e dimensionar a morbidade por violência é um conhecimento ainda em formação” (ASSIS, 1994, p. 126-134).

As crianças e adolescentes, como seres humanos que são, relacionam-se com a violência, reproduzindo a díade vítima-agressor. Tratá-las primeiramente como vítimas é fundamental, pela fragilidade que possuem e pelo descaso que sempre lhes foi dirigido. Entretanto, uma análise mais aprofundada não pode deixar de perceber reações violentas, mesmo na criança de tenra idade. A violência entre irmãos e colegas pode ser vislumbrada com facilidade. Essas crianças e adolescentes envolvidos em crimes contra a pessoa

perpetram uma elevada proporção de lesão corporal, contrariando a crença popular de que se tratam de grandes assassinos.

“Os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes registrados em outra fonte – a Segunda Vara da Infância e Adolescência –, no período de 1986 a julho de 1993, revelam que a grande maioria dos atos infracionais são os crimes contra o patrimônio, o envolvimento com entorpecentes (incluindo uso, tráfico e apreensão de tóxicos) e as contravenções (porte ilegal de armas e falta de habilitação para o trânsito) (Claves, 1993). A grande maioria dos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes foi contra o patrimônio. Em 1992, do total de atos, 76,3% foram desta natureza, sendo 46% furtos e 30,3% roubos” (*idem*).

No Brasil, a década de 80 trouxe o começo da sensibilização e da atuação da sociedade como um todo frente ao problema. As medidas mais voltadas para a atuação sobre os casos, bem como aquelas de reabilitação, são ainda pouco praticadas, nesses países, na maioria das formas de violência. Instala-se, então, a noção de prevenção à violência, que se torna o tema de destaque para os estudiosos do assunto.

Franco (1993) aponta uma primeira dificuldade ao lidar com a violência, que é o seu reconhecimento. Afirma que uma sociedade só esboça uma reação frente ao problema quando o identifica e quando conhece sua magnitude, sua dinâmica, o perfil das vítimas e dos agressores e o que cada instituição e segmento da sociedade pode fazer. A sensibilização e o reconhecimento da violência em suas mais distintas formas são o passo primordial da prevenção. O autor enfatiza, ainda, a necessidade da redução das desigualdades, da criação de uma escala de valores, na qual a vida seja o valor supremo, e do compartilhamento da responsabilidade de ação por cada grupo social.

Mercy *et al.* (1993) sugerem medidas específicas para cada tipo de violência, as quais, no entanto, devem propiciar mudanças do ambiente físico e social, bem como no nível do conhecimento e em atitudes individuais.

Essas mudanças, necessárias para o enfrentamento da violência, requerem medidas que se contrapõem aos interesses econômicos e políticos, como também a conceitos profundamente fincados. Os interesses mencionados contribuem para a precária qualidade

das estatísticas (especialmente as de morbidade) existentes, que impossibilitam a sociedade conhecer sua própria fragilidade; a insustentável desigualdade social, geradora de inúmeras formas de violência (miséria, famílias vivendo nas ruas, prostituição, delinquência e abandono, entre outras); o não-controle do tráfico de armas e drogas, fomentador das mais temíveis violências; os homicídios e as infrações juvenis; a omissão da sociedade; e o descaso criminoso com que o Estado repudia as crianças abandonadas, condenando-as a viver em “prisões”, sem expectativas positivas de vida.

“Perspectiva de Jovens do Rio de Janeiro e seus Familiares, realizado por um grupo de pesquisadores da FIOCRUZ, tinha como objetivo compreender como os adolescentes em conflito com a lei e seus familiares vivenciam o período de restrição de liberdade e como pensam o futuro do jovem após o término do cumprimento da medida sócio-educativa.

O trabalho foi desenvolvido no mês de outubro de 2002, como um aprofundamento do estudo nº 1, em cinco unidades de cumprimento de medida sócio-educativa de restrição de liberdade existentes no Estado do Rio de Janeiro, pertencentes ao Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – DEGASE.

Em cada uma das cinco unidades, foram feitos: um grupo focal (entrevistas em grupo) com adolescentes internados e um com familiares de adolescentes em restrição de liberdade, totalizando dez encontros, que foram gravados, transcritos e analisados. Participaram dos grupos trinta adolescentes (seis do sexo feminino), vinte e cinco mães, dois pais e três avós.

A noção de ‘cadeia’ revela a falha sistemática em relação à proposta sociopedagógica. Por outro lado, as falas dos jovens, que se repetem nos depoimentos dos familiares, refletem, de um lado, a realidade com que são tratados durante a passagem pelo sistema; de outro, a visão punitiva cristalizada na sociedade e exercida por um segmento de funcionários das unidades. Todas as imagens das famílias estão imersas em expressões utilizadas no universo prisional. O perfil predominante das percepções dos pais entrevistados é o de que o período passado na instituição seria uma chance de o adolescente refletir sobre seus atos e mudar a orientação da sua vida.

Quando indagados sobre o que pensam fazer quando saírem da instituição, a grande maioria dos adolescentes não consegue traçar metas para o futuro. A expectativa dos pais quanto ao retorno dos filhos a casa restringe-se à busca de trabalho e à reintegração à vida escolar, não deixando tempo para ‘bater perna fora de casa e aprontar novamente’ e ‘fazendo-os criar juízo’. Poucos responsáveis demonstraram conhecimento sobre instituições sociais que possam receber os filhos ao retornarem ao convívio da família.

Para as pesquisadoras, ‘do ponto de vista estrutural ficam evidentes a falta de um plano estratégico que dê sustentação às ações educativas, que não permita determinados tipos de comportamento e que incentive atividades concretas, capazes de dar respostas positivas ao crescimento e desenvolvimento dos jovens sob o abrigo da medida sócio-educativa de internamento e de semiliberdade’.

Registram ainda outros elementos estruturais: dificuldades dos pais em acompanhar o desenvolvimento dos filhos; postura burocrática e distanciada da realidade dos operadores de direito e dos funcionários do sistema; e cultura repressiva, punitiva e cruel com que são tratados os jovens.

Do ponto de vista conjuntural, pode-se perceber um movimento de mudança positiva, dando sinais de que é possível, ainda que não introduzindo um revolucionário choque de cultura, atingir objetivos estabelecidos no ECA (PAIVA, 2003).

Outro nível de abordagem, talvez ainda mais difícil de ser modificado, é o dos comportamentos humanos. O que vem dando resultado nos países que já desenvolvem a prevenção há mais tempo é principalmente o enfoque educativo. Este foi altamente eficaz na modificação de certas atitudes, como a utilização de cintos de segurança, levando à redução de acidentes de trânsito, e o crescente número de notificações de casos de violência doméstica, a qual deixa de ser vista apenas como um problema do espaço circunscrito do lar. Contudo, ainda está muito longe de transformações mais profundas nos comportamentos humanos.

A necessidade humana de poder e o sentimento da posse, aliados à carência de amor e afeto, são campos propícios para o surgimento da violência.

O conhecimento científico que hoje temos acumulado sobre a violência é fruto do sofrimento de homens, mulheres e crianças, relatado nos documentos históricos de mais de 3.000 anos. As elaboradas teorias científicas contemporâneas (sociais, biológicas e psicológicas, entre outras) que procuram definir as causas da violência associam-se, por nenhuma conseguir isoladamente explicar o fenômeno. A questão da interdisciplinaridade, no enfrentamento ao problema, é a aquisição recente mais importante, em conjunto com a “descoberta” da importância da participação de toda a sociedade, indiscriminadamente, para se alcançar medidas preventivas eficazes. A luta pela prevenção dos mais diversos tipos de violência, em todos os níveis, assim como pela reabilitação dos casos já ocorridos, deve ocupar posição privilegiada na enorme tarefa que se apresenta. Os estudos indicam que muitos fatores interferem no comportamento violento dos adolescentes. Gallo e Williams (2005) afirmam o seguinte:

“O artigo apresenta uma revisão dos fatores de risco associados à prática infracional em adolescentes. A revisão abrangeu publicações científicas publicadas entre 1997 e 2003, sendo efetuada a pesquisa com base nos seguintes unitermos em português e inglês: adolescentes em conflito com a lei, adolescente infrator, fatores de risco e medidas sócio-educativas. Inúmeras pesquisas apontam para fatores de risco relacionados com a prática infracional. Entre eles, as condições da família com baixos níveis de afeto, pouca coesão e ausência de monitoramento das atividades dos filhos, indiferença generalizada e vínculo pouco afetivo nas relações interpessoais, nível sócio-econômico reduzido, influência de colegas como a associação com pessoas agressivas ou usuários de drogas, distanciamento de pessoas que não se comportam criminalmente, atitudes pessoais, valores, crenças e alta tolerância às infrações, história comportamental de exposição a risco, problemas familiares, presença de psicopatologias e problemas escolares, além de fatores fisiológicos e cognitivos” (p. 81-95).

Daí compreendermos a necessidade da interdisciplinaridade para tratamento da questão, pois, com os fatores apresentados, apenas com diversas disciplinas se torna possível a intervenção significativa.

Na busca de explicação para o aumento da violência nas sociedades modernas, tem-se apontado o aprofundamento das desigualdades sociais, com repercussões sobre o modo de vida, e a crise de valores ou a crise “moral” dos nossos dias.

Frioli (1997) apresenta em sua pesquisa vários fatores que podem ser associados ao surgimento do conflito ou sua acentuação em determinadas ocasiões: *fatores relacionais*, como a rejeição de colegas, busca de aceitação social do grupo de referência ou o risco de perder a amizade; *fatores físicos*, como fonte escassa de recursos, inclusive de espaço; e outros, como sexo, idade, grau de amizade, identidade cultural e ambiente. Um aspecto relevante na síntese elaborada por essa autora é a afirmação de que as crianças incluem como características de amigo a possibilidade de brigar tanto em atividades livres como dirigidas.

Costa (2003) que afirma ser a violência “*um artefato da cultura e não seu artífice*. Ela é uma particularidade do viver social, um tipo de ‘negociação’, que através do emprego da força ou da agressividade visa encontrar soluções para conflitos que não se [deixam] resolver pelo diálogo e pela cooperação” (p. 62 e grifos do autor).

Para Peralva (1997), a juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação. Assim sendo, os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil.

Pais (1990, p. 140), ao examinar um conjunto expressivo de autores que se dedicaram ao tema da juventude na sociologia, realiza um esforço de sistematização, configurando, ao menos, dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos: o primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; para outros, a temática estaria subsumida no interior de outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe.

A partir da década de 80, as pesquisas sobre gangues ocupam o interesse dos estudiosos não só em virtude do decréscimo da visibilidade das manifestações anteriores, como em decorrência da escalada de violência juvenil que atingiu o país.

“A agressividade entre crianças e adolescentes parece estar aumentando, porém este comportamento pode ser resultado de uma conduta menos repressiva em relação a este fenômeno. Por outro lado, os adolescentes podem estar mais violentos como resposta à violência estrutural da sociedade” (STITH, 1993, *apud* MENEGUEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

As demandas da sociedade civil por maior segurança e melhores condições de vida contrastam com a miséria crescente e a multiplicação das ocorrências de violência em todas as esferas da vida social. A dificuldade dos aparelhos de Estado em conter ou amenizar o incremento do crime, dos atentados ao patrimônio e à própria integridade física do cidadão comum acabam por colocar segmentos significativos da população em estado de pânico e temor.

“Agressão é qualquer forma de conduta direcionada visando prejudicar ou ferir outra pessoa (Kaplan e Sadock, 1993). A agressividade faz parte do processo de conhecer, pode mediatizar-se, está dentro do nível simbólico, ao passo que a agressão não está mediatizada e, muitas vezes, encontra-se a serviço da destruição

do pensamento” (FERNANDEZ, 1992, *apud* MENEGUEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

Pesquisadores passaram a desenvolver trabalhos no sentido de compreender de maneira mais abrangente a questão denunciada através dos comportamentos dos adolescentes cada vez mais preocupantes e complexos. Como exemplo, citamos:

“Nesta pesquisa optou-se pelo conceito que caracteriza a violência como um fenômeno em ‘rede’. Entender a violência nesta dimensão significa percebê-la em suas múltiplas facetas, onde cada manifestação particular se articula com as outras: a violência dos indivíduos e dos pequenos grupos deve ser relacionada com a violência do Estado; a violência dos conflitos, com a ordem estabelecida (Minayo, 1990a). As instituições socializadoras, como família, escola, sistema judiciário, perpetuam os comportamentos violentos, na medida em que são responsáveis pela manutenção de papéis que condicionam os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimento. ‘Tome-se como exemplo o assassinato de adolescentes supostamente delinquentes’. Há que articulá-los com a violência estrutural que lhes nega o possível social; com a violência do Estado, cuja face repressiva é quase a única que esses jovens conhecem; com a violência organizada dos grupos organizados de narcotráfico, que lhes possibilita realizar seus sonhos de afirmação, heroísmo e consumo, nutrindo-os com vantagens imediatas; com a violência individual de cada um que tenta se defender e se salvar sozinho numa sociedade onde os direitos humanos são, para a maioria da população, um ideal a conquistar” (Minayo, 1990b; p. 291, *apud* MENEGUEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

“A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano em que as patologias não são tão frequentes, ou seja, espera-se que a morbidade neste grupo não seja elevada. Quanto à mortalidade, aproximadamente 70% dos óbitos nesta faixa etária são devidos a causas externas (SSMA, 1996). Os jovens do sexo masculino e negros são as vítimas preferenciais para mortes por homicídio, o que apresenta tendência ascendente principalmente nos grandes centros (Minayo, 1993). Comportamentos juvenis considerados agressivos incluem desde atos que os adultos classificam como criminosos, tais como roubo e assalto, até transgressões que têm relação estrita com a idade, como corridas de automóveis, brigas de rua e bebedeiras. Além disso, a valorização destes episódios irá variar de acordo com a cultura e as classes sociais. O DSM-IV (APA, 1994) não incluiu a categoria agressividade dentro dos distúrbios de conduta, que compreendem predominantemente violação a regras sociais. A agressividade, nesta última edição do DSM, faz parte da categoria transtorno no controle dos impulsos, definido como fracasso em resistir a um impulso ou tentação de executar um ato perigoso para si ou para os outros, resultando em agressões sérias ou destruição de propriedades, podendo estar associado à suspensão escolar ou detenções legais” (MENEGUEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

As violências ganham forma, cor, corpo, lugar e manifestações. Na atualidade, vemos suas expressões cada vez mais explicitadas no interior da escola e com o agravante de ter a mesma expressividade das experiências travadas no interior da nossa sociedade.

O sujeito dessas práticas é cada vez mais e na maioria jovens. No Brasil, os grupos de jovens têm modificado seus comportamentos, indicando o surgimento de novos sujeitos sociais, cuja constituição funda-se na noção de pertencimento por intermédio do uso da força, na territorialidade e na necessidade de reconhecimento pelo grupo de pares. Esses pressupostos nos instigam a interpretar o fenômeno das violências na escola por vários ângulos: histórico institucional, socioeconômico, político e cultural.

De acordo com Zaluar (1995), “os jovens brasileiros de 15 a 18 anos morrem mais de assassinato do que de qualquer outro motivo” (p. 397).

Foi realizada pesquisa em Ribeirão Preto com relação ao aumento significativo de homicídios cometidos por adolescentes, sendo analisados os fatores associados aos acontecimentos. De acordo com Kodato e Silva (2000), em

“um levantamento de processos de adolescentes autores de atos infracionais que tiveram envolvimento com o Juizado da Infância e Juventude no município, durante o período de 1984 a 1996, foi o homicídio doloso a infração que mais cresceu, aumentando 40 vezes.

Considerando-se o processo de aumento no número de homicídios no município, tanto os praticados pelos adolescentes como aqueles em que eles figuram como vítimas, que fatores estariam neste fenômeno articulados? Quem são os adolescentes vítimas dos homicídios atuais? Por quais motivos, em que circunstâncias e por quem são cometidos tais assassinatos? Haveria associações entre a prática de atos infracionais, a passagem por instituições de internamento e a vitimização?

A fim de levantar indícios que possibilitem melhor refletir e compreender estas e outras questões é que foi realizado este trabalho. Pretende-se, com ele, a partir do conhecimento de determinadas condições que contribuem para a ocorrência dos homicídios, fornecer subsídios para a possibilidade de ações preventivas e/ou remediativas que atenuem o problema” (p. 505-515).

Constatamos, então, que é como se a violência estivesse ficando impregnada nos sujeitos. Como afirma Violante (1997):

“ao sair da infância, o Eu deve poder auto-investir e projetar-se no futuro, na esperança de ter, então, alcançado seus ideais (...) Para constituir-se, o Eu exige realidade: prazer real, significação e reconhecimento advindo de, pelo menos, um outro Eu que lhe sirva de ponto de apoio, modelo identificatório e suporte de investimento (...). ‘Marcados por um momento em que a modernidade apresenta frutos impossíveis de serem alcançados, e, pela ausência de modelos que

contrariem o dito popular que ‘o crime não compensa’, o modelo identificatório dos adolescentes passa facilmente a ser o do traficante, poderoso e bem-sucedido” (p.58).

A pesquisa realizada em São Paulo, ocorreu no Centro de Vigilância Epidemiológica, Secretaria Estadual da Saúde, SP, esclarecendo exatamente a preocupação com o tema: Homicídios e desigualdades Sociais no Município de São Paulo:

“OBJETIVO: A relação entre renda e mortalidade por violência vem sendo estudada nos últimos anos. A Síntese de Indicadores Sociais 2002, lançada pelo IBGE, refere que o traço mais marcante da sociedade brasileira é a desigualdade. O propósito do estudo é testar a associação entre as taxas de homicídios e alguns indicadores de saúde e socioeconômicos.

MÉTODOS: Estudo ecológico, de corte transversal. Foram analisados dados do Município de São Paulo, ano 2000, quanto a coeficientes de homicídios e cinco indicadores: taxa de mortalidade infantil, renda média do chefe de família, percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que não freqüentavam a escola, percentual de adolescentes grávidas de 14 a 17 anos e densidade demográfica. Para testar essas associações foram utilizados o coeficiente de correlação de Pearson e a regressão linear múltipla.

RESULTADOS: O coeficiente de homicídios foi 57,3/100.000. A correlação entre taxas de homicídios e renda média foi negativa e forte ($r=-0,65$). Maiores coeficientes foram encontrados nos distritos com menor renda e menores naqueles com maiores rendas. Para o percentual de adolescentes que não freqüentavam a escola ($r=0,68$) e para o percentual de adolescentes grávidas ($r=0,67$), a associação encontrada foi positiva e forte. Para a taxa de mortalidade infantil, a correlação encontrada foi $r=0,24$ (para todos $p<0,05$). A densidade demográfica não apresentou correlação significativa com o coeficiente de homicídios. Na análise de regressão linear múltipla foram significativas somente as variáveis renda média (negativa), trabalhada com o seu logaritmo, e percentual de adolescentes que não freqüentavam a escola (positiva) (para ambos indicadores: $p<0,01$).

CONCLUSÕES: Os achados apontam para o problema dos homicídios e sua relação com as disparidades socioeconômicas do Município de São Paulo. O desenvolvimento econômico e a redução das iniquidades podem ter impacto nas taxas de mortalidade violenta” (GAWRYSZEWSKI e COSTA, 2005, p. 191-197).

Entendemos que a preocupação com o tema acima é extremamente significativa e pertinente ao presente trabalho, tendo em vista os dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde:

“Adicionalmente, a questão dos homicídios no Brasil virou questão pública. Isso se deve ao aumento progressivo das taxas de mortalidade que vem sendo verificado no país, especialmente a partir do início da década de 80. Esse problema é particularmente mais grave nos grandes centros urbanos. Exemplifica tal fato o Município de São Paulo que experimentou aumento de 335% em seus coeficientes entre 1980 e 2000” (dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, 2002).

Foi desenvolvido também um trabalho com o título: “Um estudo etnoepidemiológico da violência urbana na cidade de Salvador, Bahia, Brasil: os atos de extermínio como objeto de análise”, por Mônica Nunes e Jairnilson Silva Paim (2005), do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

“O presente estudo, reunindo uma vertente epidemiológica e uma vertente antropológica, permitiu evidenciar os significados sociais subjacentes a dados indicados pela comparação do monitoramento de diferenciais da distribuição das taxas de mortalidade por homicídios em um bairro de Salvador, realizados em dois períodos: o primeiro situado entre 1988 e 1994 e o segundo, entre 1994 e 2000. O estudo etnográfico indicou que, no primeiro período, ocorreu o extermínio de muitas pessoas consideradas delinquentes e o assassinato de muitos moradores no bairro, o que, no estudo epidemiológico, corresponde a um aumento na taxa de mortalidade por causas externas. Já entre 91-94, observa-se um decréscimo na taxa de mortalidade, coincidindo, no trabalho de campo, com o período considerado de ‘acalmia’. Na segunda metade da década de noventa, observa-se um novo aumento da taxa de homicídios na área de estudo, embora os moradores revelem uma imagem pacífica do bairro. O presente estudo realiza uma hermenêutica da violência nesse bairro, especialmente dos atos de extermínio e das dinâmicas sociais que a envolviam nos seus diversos períodos.

Objetivo da presente investigação é analisar os significados sociais relacionados à variação da mortalidade por homicídios em um área da cidade do Salvador, a partir do monitoramento de diferenciais intra-urbanos nos períodos de 1988 a 1994 e de 1994 a 2000.

Resultados

O número total de óbitos de residentes em Salvador passou de 11.366 em 1997 para 13.505 no ano 2000. No entanto, o número de mortes violentas decresceu, em igual período, de 1.805 para 1.539. Isto significa que a mortalidade proporcional por causas externas desceu de 14,0%, em 1997, para 11,4% em 2000, enquanto os respectivos coeficientes reduziram no período de 80,7 para 64,5 óbitos por 100 mil habitantes (queda de 21,1%).

No que diz respeito aos homicídios, 760 óbitos do total de causas externas (1.805) em 1997 foram devido a este tipo de violência (42,1%), correspondendo a uma taxa de 33,9 por 100 mil habitantes. Já em 2000, de um total de 1.539 óbitos de residentes em Salvador, 521 foram por homicídios, ou seja, 33,8%, correspondendo a uma taxa de mortalidade de 22,4 por 100 mil habitantes.

(...) os diferenciais intra-urbanos dos homicídios em Salvador, cujas taxas foram calculadas para cada zona de informação da cidade. Desse modo, foi possível ‘microlocalizar’ o risco de morrer por homicídios para populações que residem nas diferentes zonas de Salvador e assim circunscrever uma área de abordagem etnográfica” (p. 459-468).

Sérgio Adorno, do Departamento de Sociologia, FFLCH/USP – Núcleo de Estudos de Violência da USP, em 2002, realizou um trabalho com relação à Exclusão socioeconômica

e violência urbana, no qual trabalhou reunindo conceitos e situações de exclusão socioeconômica:

“Este texto aborda as relações entre violência e exclusão socioeconômica a partir de um caso determinado: o caso brasileiro. Traça um quadro das características e tendências mais recentes da violência. Examina três causas que comparecem ao debate público: mudanças nos padrões de violência e criminalidade, crise no sistema de justiça criminal, e desigualdade social e segregação urbana. Em particular, quanto a este último aspecto, procura, de modo geral, comentar as principais ‘teses’ que sustentam ou contestam a chamada violência estrutural.

Recente estudo sobre as tendências do homicídio, para o país em seu conjunto, constatou que: a) o número de homicídios causados por armas de fogo vem crescendo desde 1979; b) esse número cresceu mais rapidamente do que o crescimento da população. Em Brasília (Distrito Federal), em 1980, a taxa de homicídios era de 13,7 por cem mil habitantes; em 1991, isto é, onze anos depois, saltou para 36,3 (Dillon Soares, 2000). Em algumas capitais brasileiras, as taxas encontram-se, no ano de 1997, muito acima da média nacional: Recife, capital do Estado de Pernambuco (105,3/100.000 hab); Vitória, capital do Estado do Espírito Santo (103,40/100.000 hab.); Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro (65,79/100.000 hab.); São Paulo, capital do Estado de São Paulo (56,69/100.000 hab.). Em torno de 21% de todos os homicídios registrados, no Brasil, no ano de 1998, concentraram-se apenas em duas capitais brasileiras, as duas mais populosas do país: Rio de Janeiro e São Paulo. As respectivas regiões metropolitanas seguem padrão idêntico. Enquanto a taxa de homicídio cresceu 209% no Brasil, no período de 1980 a 1998, nas doze regiões metropolitanas cresceu 262,8%. Nessas regiões, viviam, em 1998, 36,7% da população brasileira. No mesmo ano, respondeu por 57,7% do total de mortes resultantes de homicídios voluntários ou agressões (cf. Mesquita Neto, 2001).

Em todo o país, o alvo preferencial dessas mortes compreende adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada em inúmeros estudos sobre mortalidade por causas violentas (Mello Jorge, 1981, 1982 e 1986; Soares e outros, 1996; Yazabi e Ortiz Flores, 1988; Zaluar, 1994; Assis, 1997; Saad e outros, 1998). No município de São Paulo, no período de 35 anos (1960-1995), o coeficiente de homicídios para adolescentes, do sexo masculino, na faixa de 15-19 anos, passou de 9,6 para 186,7/100000 habitantes, vale dizer um crescimento da ordem de 1800% (Mello Jorge, 1998). Pesquisa realizada no início da década passada estimou em 2,7/dia o número de jovens assassinados no Estado de São Paulo, no ano de 1990. Este mesmo estudo revelou que a grande maioria das vítimas havia sido morta mediante emprego de arma de fogo, circunstância indicativa da intencionalidade na consumação da morte” (CASTRO, 1993, *apud* ADORNO, 2002, p. 84-135).

Tudo nos levando a constatar que a violência observada no interior das Minas Gerais, aumentada significativamente entre os adolescentes, retrata fenômeno que vem acontecendo no país e vem sendo analisada com o objetivo de traçar metas de planejamento

e intervenção com vistas a colaborar com o decréscimo dos índices atuais referentes à violência entre adolescentes.

Buscando na história a questão do adolescente em conflito com a lei, esta vem sofrendo alterações significativas, que a nosso ver acaba por interferir no comportamento atual dos adolescentes, “que agem cada vez mais fora da lei”. É o que propomos brevemente elucidar com rápido percurso sobre o tema.

2.2 Legislação Brasileira e suas implicações na adolescência

O termo adolescente tem diversas significações de acordo com o campo ou a área que tenta defini-lo. No Direito, a discussão envolve idade cronológica, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Seria a etapa do desenvolvimento humano de 12 a 18 anos. O novo Código Civil prevê capacidade relativa para maiores de 16 anos. Na Medicina, a adolescência é considerada também de acordo com o desenvolvimento físico, alterações hormonais que transformam os corpos de crianças em corpos fisicamente amadurecidos, inclusive do ponto de vista sexual, que possibilitam a eles o ingresso em atividades sexuais. Do ponto de vista da Psicologia, consideram-se os contextos acima referidos. No entanto, trata-se também e principalmente do nível relativo ao amadurecimento afetivo do sujeito que tem na adolescência a possibilidade de desenvolver habilidades para adaptação emocional tanto na família quanto na sociedade, agora não mais como sujeito infante, passível de subordinação e adestramento de seus comportamentos, mas como sujeitos de relativa autonomia em seus atos, compositores de suas histórias, escritores de suas vidas.

Utilizamos como base para elucidação das transformações da lei o artigo científico escrito por Daniel Henrique Pereira Espindula e Maria de Fátima de Souza (2004, p. 357-367).

Segundo os autores, no aspecto jurídico, na abordagem de delinqüente e/ou menor infrator, temos: em 1916, foi elaborado no Brasil o código civil que vigorou até o ano de 2003. Esse código foi responsável por regular os direitos individuais, o direito da propriedade e o

direito da família. É no direito da família que estão especificadas as obrigações dos pais em relação aos filhos. Entre essas obrigações, temos o direito à filiação, à sucessão no nome e na herança, à alimentação, à educação e à saúde. O Estado entraria apenas a título complementar, caso faltasse a proteção familiar.

Não obstante, o que veio a consolidar toda uma legislação sobre crianças, até então originária de Portugal, do Império e da República, foi o Código de Menores, em 1927. Esse código consagrou o sistema de atendimento à criança, atuando especificamente sobre os chamados efeitos da ausência, atribuindo ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado e aqueles cujos pais fossem tidos como ausentes, tornando disponíveis seus direitos de pátrio poder.

Os chamados direitos civis, compreendidos como os direitos relativos à criança inserida numa “família-padrão”, seguindo os moldes socialmente aceitáveis, continuaram no Código Civil sem que houvesse alterações substanciais. Nos casos em que houvesse o descumprimento de quaisquer das obrigações estipuladas aos pais, ou conduta “anti-social” da criança ou do adolescente, justificava-se a passagem da tutela dos pais para o juiz e do Código Civil para o Código de Menores.

O Código de Menores de 1927 visava legislar sobre crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em estado de abandono, quando não possuíssem moradia certa, tivessem pais falecidos ou que fossem declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem vagabundos, mendigos, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir a necessidade de seus filhos.

O Código classificou os menores de sete anos como expostos e os menores de 18 como abandonados. Dessa forma, os meninos em situação de rua passaram a ser vadios, aqueles que pediam esmolas ou vendiam coisas nas ruas eram mendigos e aqueles que freqüentavam prostíbulos, libertinos.

Somente o artigo 68 do Código se ocupou do então denominado menor delinqüente; diferenciou os menores de 14 anos daqueles com idades entre 14 completos e 18 incompletos, evidenciando a competência do juiz para determinar todos os procedimentos em relação a eles e a seus pais. Estabeleceu ainda a obrigatoriedade da separação dos menores delinqüentes dos condenados adultos.

Em 1940, foi promulgado o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/40), consagrando a inimputabilidade criminal do menor de 18 anos, regulamentada em seguida pelo Decreto-Lei nº 3.914/41. Para os delinqüentes que fossem maiores de 16 anos, criou-se a possibilidade de liberdade vigiada, na qual a família ou os tutores seriam responsáveis pela sua regeneração, com a obrigação de reparação dos danos causados e de apresentação mensal do menor em juízo. O Código de Menores também estendeu a autoridade do juiz sobre os jovens de 18 a 21 (termo que ainda se mantém no ECA), concedendo-lhes atenuante frente ao Código Penal, mas determinando seu recolhimento em espaços correcionais pelo prazo de um a três anos.

Continuam os autores, a passagem do código de 1927 para o de 1979 deu-se mediante a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). As Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEMs – e a FUNABEM foram criadas, a fim de terem autonomia financeira e administrativa, incorporando todas as estruturas do Serviço de Assistência ao Menor dos Estados, incluindo aí o atendimento tanto aos carentes e abandonados quanto aos infratores.

Importante ressaltar que as FEBEMs e a FUNABEM foram criadas durante uma ampla reforma ocorrida no período do golpe militar de 1964, fazendo com que a política nacional de atendimento ao menor passasse a ser tratada sob o âmbito da Doutrina de Segurança Nacional. Foi sob essa percepção que o menor voltou a ser figura de destaque, passando também a ser efetivamente tratado como um problema de ordem estratégica. Saiu da esfera de competência do Poder Judiciário e foi para a do Executivo. Nessa perspectiva, o Brasil adotou uma sistemática de internação de carentes e abandonados até os 18 anos e de tratamento dos infratores com a adoção da política dos muros retentores.

Com o fim do regime militar, o conseqüente reordenamento jurídico do país e a promulgação da Constituição de 1988, a pauta dos direitos humanos voltou a ser tema de discussão, sobretudo no que diz respeito à proteção à mulher, à família, à criança e ao adolescente. Entretanto, foi no artigo 227 que se fez necessária a criação de uma lei específica, surgindo daí o ECA, aprovado em 13 de julho de 1990. A partir do ECA, todas as prescrições dos códigos de menores de 1927 e 1979 que normatizavam a inimputabilidade penal, com normas claras e objetivas quanto ao tratamento reservado aos adolescentes que cometessem atos infracionais, foram reformuladas, a fim de conceber esse jovem agora como necessitado de cuidados e garantias especiais.

Essa mudança de concepção da criança e do adolescente como menor em situação irregular para pessoa que necessita de cuidados protetivos marca a passagem da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral. Crianças de até 12 anos e adolescentes de até 18 passaram a ser definidos como cidadãos, possuidores de direitos, na condição peculiar de pessoas em fase de desenvolvimento, eliminando, assim, a rotulação de menor, infrator, carente, abandonado etc. e classificando todos como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a garantir-lhes os direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades que possibilitassem o desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade.

De acordo com Espindula e Souza (2004), não obstante uma parcela significativa da sociedade brasileira acredita que o ECA, ao estabelecer limites ao exercício da autoridade familiar, jurídica, institucional e policial sobre a criança e o adolescente, reforçou também a impunidade dos delitos cometidos por eles. Esses limites são percebidos como uma interferência indevida na família, sem levar em consideração que esses limites são coerentes com a Doutrina de Proteção Integral e que a esses adolescentes são prescritas diversas medidas, tanto preventivas quanto sócio-educativas e repressivas, como a privação da liberdade pelo período máximo de três anos, por exemplo.

Para as crianças menores de 12 anos que se tornem autoras de atos infracionais, o ECA estabelece que o Conselho Tutelar aplique medidas de proteção e sócio-educativas. Aos maiores de 14 até os 18, o juiz pode aplicar medidas de liberdade assistida, de semiliberdade ou de internação com privação de liberdade por um período máximo de três anos. Esse último tipo de medida é aplicável a jovens autores de atos infracionais graves, obedecendo aos princípios de brevidade, excepcionalidade, em respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Será apresentada pesquisa teórica com relação aos temas: adolescência e violência, elucidando como tem sido a definição ou identificação dos dois pontos no meio acadêmico ou científico.

“Uma revisão teórica, em geral, tem o objetivo de circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo” (LUNA, 1999, p. 83).

Posteriormente, serão apresentados dados oficiais que se referem a número de processos autuados na Comarca de São João del-Rei/MG, na Secretaria da Infância e Adolescência nos anos 1980, 1995, 1999 e 2004.

“O reconhecimento do poder relativo da metodologia tem por trás outra decorrência da evolução do pensamento epistemológico: a substituição da busca da verdade pela tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Neste contexto, o papel do pesquisador passa a ser o de intérprete da realidade pesquisada, segundo os instrumentos conferidos pela sua postura teórico-epistemológica. Não se espera, hoje, que ele estabeleça a veracidade das suas constatações. Espera-se, sim, que ele seja capaz de demonstrar – segundo critérios públicos e convincentes – que o conhecimento que ele produz é fidedigno e relevante teórica e/ou socialmente. Defendo o compromisso social do pesquisador em sua atividade científica, mas a história da ciência mostra que seria ingênuo cobrar de todas as pesquisas, o tempo todo, uma aplicação social imediata” (*idem*, p. 14).

A pesquisa mencionada obedecerá ao seguinte roteiro: revisão literária sobre adolescência, representatividade social e violência; e apresentação dos dados referentes aos processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência com relação aos atos infracionais cometidos por adolescentes em 1980, 1995, 1999 e 2004. Para ilustrar alguns dados, serão apresentados alguns relatos de situações vividas por um adolescente em conflito com a lei. Enfim, apuração da pesquisa documental, com análise associada e comparada a dados

referentes a pesquisas similares relativos à violência entre adolescentes nas capitais e no país.

“O documento como fonte de informação, assume diferentes formas: literatura pertinente a um assunto, anuários estatísticos e censos, prontuários médicos, legislação etc. são todos exemplos de fontes documentais. Como ocorre em relação às demais fontes, as informações obtidas em documentos podem ser diretas e indiretas. No caso particular de documentos, essa distinção costuma assumir a denominação de fontes primárias (diretas) e secundárias (indiretas). As obras originais de um autor são consideradas como primárias, enquanto as traduções e comentários sobre esse autor já são consideradas fontes secundárias” (*idem*, p. 53-54).

As pesquisas documentais se fazem significativas, considerando as transformações ocorridas entre os adolescentes da cidade pesquisada entre décadas, quanto ao número de ocorrências de delitos, ao tipo de delinquência cometida e a idade dos infratores, dentre outros dados, marcando a significativa transformação da sociedade do final do século XX ao início do século XXI.

Uma restrição ao universo estabelecido na coleta de dados, ou seja, trabalho por amostragem, prejudicaria a significação do trabalho ou comprometeria a análise dos resultados, uma vez que a idade cronológica dos adolescentes, referente ao número total de adolescentes em conflito com a lei, tem diminuído; o tipo de artigo em que são enquadrados, ou acusados, também sofreu significativa mudança, bem como o número de processos autuados cresceu significativamente: “algumas áreas de pesquisa podem exigir a consulta de documentos antigos ainda em vigor, independente do volume de literatura na área” (p. 94).

Para serem significativos, optamos em relacionar os dados referentes:

- ao número de processos autuados em cada ano;
- à idade dos adolescentes;
- aos atos infracionais mais cometidos (artigos que foram acusados);
- aos dados dos anos 1999 e 2004 referentes à ocupação dos adolescentes.

Os dados deste estudo serão comparados com as informações pesquisadas em institutos de pesquisas, assim como com os estudos precedentes sobre o tema, dando mostras que o fenômeno da violência se configura como um problema social vivido nas metrópoles e que vem se desenvolvendo no interior de Minas Gerais.

“O que se pretende é enfatizar, o máximo possível, a idéia de que as decisões no processo de pesquisa encadeiam-se (mesmo que possam ou devam ser revistas ao longo dele): informações são coletadas porque encaminham respostas a perguntas formuladas; fontes são selecionadas porque representam a melhor (mais autorizada, possível, viável...) forma de se obterem as informações necessárias” (*idem*, p. 57-58).

Após o levantamento dos dados, será realizada análise comparativa entre os mesmos, para comprovação do significativo aumento da delinquência entre os adolescentes em São João del-Rei e a partir daí serem elaboradas políticas públicas educacionais para atendimento das necessidades das crianças e adolescentes.

“o conhecimento passa a ser validado não mais por seu valor de verdade, e sim pelo seu valor de uso e por sua funcionalidade.

Desse modo, os cientistas são produtos de épocas e contextos sociais específicos e não estão ‘apenas engajados na formulação ou construção ativa das características desse mundo’ (Woolgar, 1988, p. 15). Assim, o conhecimento científico deixa de ser considerado como simples expressão do caráter efetivo do mundo mas, mais que isso, reflete simultaneamente as relações sociais, sistemas de crenças e valores das comunidades científicas.

(...)

Santos (1989) propõe um modelo de aplicação do conhecimento científico, ao qual denomina de ‘aplicação edificante’ e, dentre algumas de suas características, ressaltamos as seguintes: (1) os conhecimentos científicos devem voltar-se para uma situação concreta onde ‘quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto de sua aplicação’ (p. 158); (2) as aplicações decorrentes do conhecimento científico devem procurar novas alternativas de realidade e, para isso, as formas institucionalizadas devem ser questionadas, pois tendem a promover violência em vez de argumentação, o silenciamento em vez de comunicação, o estranhamento em vez de solidariedade; (3) a aplicação dos conhecimentos tem de ser contextualizada tanto pelos meios como pelo fins, daí decorrendo dever o cientista falar como cientista e cidadão, simultaneamente, no mesmo discurso” (FERREIRA, 2002, p. 248).

A pesquisa quantitativa não exclui consideração qualitativa, são complementares. A interpretação qualitativa dos dados quantitativos analisados ampliarão a visibilidade do fenômeno social.

“... além dos métodos quantitativos, já bem sistematizados e aceitos pela comunidade de cientistas, os métodos qualitativos passam a ser cada vez mais desenvolvidos, principalmente no campo da psicologia social” (FERREIRA, 2002, p. 248).

O levantamento bibliográfico sobre os temas trabalhados: adolescência e violência se deu entre julho de 2004 até os dias finais da pesquisa. Os dados levantados nos arquivos do Tribunal de Justiça se deram entre julho e dezembro de 2005. A organização dos dados para posterior análise se deu entre janeiro e março de 2006, sendo a análise final dos mesmos e elaboração do relatório em março, abril e maio de 2006.

Com relação aos dados referentes a São João del-Rei, foram colhidos na Secretaria da Infância e Adolescência, Comarca de São João del-Rei e Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referentes aos processos autuados na referida Secretaria nos períodos 1980, 1995, 1999 e 2004, de acordo com os documentos arquivados em cada ano, observando que a cada ano o registro quanto à autuação dos processos se deu de uma maneira diferente, tendo em vista o progresso, rigor e exigências nos distintos anos de acordo com alterações no registro que foram ocorrendo, inclusive com a informatização no registro dos processos autuados.

Os demais dados oficiais para comparação e tratamento foram colhidos em tomos do IBGE e/ou em comunicações na internet, também do IBGE, no Instituto de Pesquisas João Pinheiro, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Comarca de São João del-Rei, que foram significativos no intervalo de tempo estabelecido.

“os documentos aportam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los... Onde, nesse caso, traçar o limite entre a coleta e a análise? Pois atribuir um código, associar a uma categoria, já é analisar, ou até interpretar. Para simplificar, pode-se concluir que a coleta da informação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes. A seqüência depende da análise de conteúdo.

(...) repertórios como o Anuário Estatístico da UNESCO e o Anuário do IBGE apresentam dados já tratados e organizados, muitas vezes com textos que analisam vários aspectos das realidades econômicas, políticas ou sociais e sua evolução. É, aliás, uma das vantagens de tais repertórios: como são publicados a intervalos regulares, permitem seguir a evolução dos fenômenos e das situações no tempo” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 167-168).

Os dados levantados foram os que disseram algo a respeito dos indivíduos componentes da população analisada, bem como referências significativas com relação ao contexto de suas famílias e da sociedade.

Como objeto de nossa pesquisa, temos os dados referentes a processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência na Comarca de São João del-Rei e outros dados referentes à violência entre adolescentes em outros Estados e no país. Os sujeitos são os adolescentes que cometeram os delitos ou infrações. “O objeto e o sujeito, abandonados cada um a si próprio, são conceitos insuficientes... surgindo o grande paradoxo: sujeito e objeto são indissociáveis” (MORIN, 1995, p. 61).

Assim, os dados foram coletados, tratados, analisados, descrevendo a realidade vivida por adolescentes em São João del-Rei, buscando nos capítulos iniciais e teóricos compreensão e entendimento do fenômeno que parece se instalar na comunidade. Associando-se teoria e prática:

“alguns entendem por pesquisa o trabalho de coletar dados, sistematizá-los e, a partir daí, fazer uma descrição da realidade. Outros fixam-se no patamar teórico e entendem por pesquisa o estudo e a produção de quadros teóricos de referência, que estariam na origem da explicação da realidade. Descrever restringe-se a constatar o que existe. Explicar corresponde a desvendar por que existe. Outros mais acreditam que pesquisar inclui teoria e prática, porque compreender a realidade e nela intervir formam um todo só, tornando-se vício oportunista ficar apenas na constatação descritiva, ou apenas na especulação teórica” (DEMO, 1995, p. 11).

É de fundamental importância o desenvolvimento de tal trabalho tendo em vista a validação do conhecimento quanto ao tema proposto pelo seu valor de uso e profundidade. É necessário o entendimento refletindo, dessa forma, sobre as relações sociais, sistemas de crenças e valores das comunidades científicas:

“Desse modo, os cientistas são produtos de épocas e contextos sociais específicos e não estão ‘apenas engajados na descrição passiva de fatos preexistentes sobre o mundo, mas, também, estão engajados na formulação e construção ativa das características desse mundo’ (Woolgar, 1988, p. 15). Assim, o conhecimento científico deixa de ser considerado como simples expressão do caráter efetivo do mundo, mas, mais que isso, reflete simultaneamente as relações sociais, sistemas de crenças e valores das comunidades científicas” (FERREIRA *et al.*, 2002, p. 248).

CAPÍTULO IV

A VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS DE SÃO JOÃO DEL-REI: APRESENTAÇÃO E BREVE ANÁLISE DOS DADOS OFICIAIS

Optamos em desenvolver a pesquisa de campo na Microrregião do Campo das Vertentes, que tem São João del-Rei como cidade pólo.

O Campo das Vertentes pertence à Região de Planejamento nº I, ou seja, à Região Central, sendo considerada como uma das regiões mais desenvolvidas do Estado, embora ainda exista nesta macrorregião pequenas áreas em condições intermediárias, e até mesmo precárias, em termos de desenvolvimento.

Fazem parte dessa microrregião quinze municípios: Conceição da Barra de Minas, Lagoa Dourada, Piedade do Rio Grande, Ritópolis, Coronel Xavier Chaves, Madre de Deus de Minas, Prados, Santa Cruz de Minas, São Tiago, Resende Cosa, Itutinga, Ibituruna, Ingaí, Tiradentes e São João del-Rei, sendo este último o município sede da Associação dos Municípios do Campo das Vertentes (AMVER).

Era preciso delimitar uma vez mais o campo empírico, pois a microrregião é muito grande. Foi escolhido o município de São João del-Rei, com vocação voltada para o turismo e para a agropecuária, considerado cidade pólo de negociações e escoamento da produção do leite e dos excedentes agrícolas. Além dos serviços básicos de comércio, bancos, saúde e educação, a maioria dos municípios conta apenas com um ambulatório médico, ficando em São João del-Rei os dois maiores hospitais da região, quais sejam: Santa Casa de Misericórdia e Hospital das Mercês, e as duas instituições de ensino superior: a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e o Instituto Presidente Tancredo Neves (IPTAN), que é uma faculdade particular vinculada à UNIPAC.

São João del-Rei é o maior município da microrregião do Campo das Vertentes com uma área de 1.469,45 km², dividido em seis distritos, a saber: a sede, Emboabas, Rio das Mortes, São Gonçalo do Amarante, São Sebastião da Vitória e São Miguel do Cajuru.

São João del-Rei é uma Comarca do Tribunal de Justiça de Minas Gerais abrangendo as cidades de Santa Cruz de Minas, Conceição da Barra de Minas, Tiradentes, São Tiago, Lagoa Dourada, Nazareno e Ritópolis.

De acordo com Ávila (2006), na história de São João del-Rei, o antigo arraial Novo do Rio das Mortes deu origem à referida cidade. Os primeiros sinais de sua ocupação remontam a 1704. Já bastante próspera em 1713, a localidade é elevada a vila e recebe o nome de São João del-Rei em homenagem a Dom João V, Rei de Portugal. No ano seguinte, é nomeada sede da Comarca do Rio das Mortes. Desde os tempos de sua formação, desenvolve-se aqui uma vasta produção mercantil e de gêneros alimentícios, resultantes tanto da atividade agrícola quanto da pecuária. Essa faceta vai possibilitar o contínuo crescimento da localidade, que não sofre grandes perdas com o declínio da atividade aurífera. Em 1838, a progressista Vila de São João del-Rei torna-se cidade. Nessa época, possuía cerca de 1.600 casas, distribuídas em 24 ruas e 10 praças. Ainda no século XIX, contava com casa bancária, hospital, biblioteca, teatro, cemitério público fora do núcleo urbano, além de serviços de correio e iluminação pública a querosene. Desenvolve-se, ainda mais, com a inauguração em 1881 da primeira seção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que liga as cidades da região a outros importantes ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1893, a instalação da Companhia Industrial São Joanense de Fiação e Tecelagem traz novo impulso à economia local, a ponto de a cidade ser indicada para sediar a capital de Minas Gerais. Em junho do mesmo ano, O Congresso Mineiro Constituinte aprova, em primeira discussão, a mudança da capital para a região da Várzea do Marçal, subúrbio de São João del-Rei. Mas, numa segunda discussão, o projeto inclui Barbacena e também Belo Horizonte, um planalto localizado no Vale do Rio das Velhas, onde existia o antigo Arraial do Curral del-Rei. Com a escolha da região do Curral del-Rei em dezembro de 1893, a importância econômica de São João del-Rei diminui gradativamente. A cidade permanece

com o charme colonial. Em 1943, seu acervo arquitetônico e artístico, composto por importantes edificações civis e religiosas, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Em 2006, foi eleita Capital da Cultura do Brasil.

Com tamanha representação local, regional e nacional, é também observada certa evolução na questão relacionada à violência, envolvendo principalmente jovens, ou seja, adolescentes em conflito com a lei. Assim, optamos nesta pesquisa por fazer um breve recorte com relação ao assunto, considerando os processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência em quatro momentos: 1980, 1995, 1999 e 2004, que apresentaremos a seguir.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Figura I – Número de processos autuados nos períodos estudados.

	1980	1995	1999	2004
Número de processos autuados – TJMG referente a delitos cometidos por adolescentes em São João del-Rei	18	77	204	245

Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), 1980, 1995, 1999, 2004.

Para ilustrar os dados apresentados, relataremos a história de um jovem, em três tempos: tempo de criança, em que viveu exposição à violência na comunidade e na família, entre 1987 – 1997, sentindo na pele a preocupação com a segurança de sua vida e de seus familiares, preocupação com vingança, tiros, descrença com proteção oferecida pela Polícia, ou pela sociedade de maneira geral. Tempo de adolescente, 1997 – 2002, por uns considerado frio, pelos homicídios que foi sendo acusado, que cometeu ou que assumiu e por outros considerado como ídolo, pela coragem, força, desprendimento de valores pessoais, para resolver questões pertinentes à “comunidade” a que pertencia. Tempo de jovem adulto, 2002 – junho/2006, privado de sua liberdade de ir e vir.

A construção da história aqui apresentada se deu a partir da análise de documentos judiciais, ou seja, processos aos quais o jovem respondeu ou responde pelos atos infracionais cometidos ou assumidos, entrevistas com o mesmo em períodos de internação na Cadeia Pública de São João del-Rei, ou em períodos de liberdade assistida no Fórum Carvalho Mourão, entrevistas com sua mãe, seu tio materno, contatos com escolas e pessoas ligadas a algum trabalho de intervenção com o adolescente. Coleta e análise de material artístico, produzidos pelo adolescente complementaram o trabalho, bem como associação a outras produções artísticas de outros grupos jovens que alcançaram a fama ou o sucesso.

Fogo Fogueira Raio, será o pseudônimo do jovem, marcando seus três momentos relacionados: Fogo: infância (conturbada), Fogueira: adolescência (com violência sofrida e cometida) e Raio: jovem adulto (com privação da liberdade física).

O início dos trabalhos com Fogo se deu em 2002, ocasião de sua primeira “internação” (detenção). Depois, os trabalhos foram se desenvolvendo de acordo com ordem judicial, permanência do adolescente em São João del-Rei, na cadeia ou em liberdade assistida. As entrevistas na cadeia se deram quinzenal ou mensalmente e as entrevistas em liberdade assistida se deram semanalmente, sendo que às vezes o adolescente faltava. Os atendimentos aconteceram até abril de 2006. Na cadeia, os atendimentos aconteciam inicialmente em sala destinada à escola. Depois, por medida de segurança, os atendimentos passaram a acontecer no parlatório (sala pequena dividida por uma parede em que a parte superior de um peitoril é dividida por uma tela, onde as pessoas se vêem e se escutam, podendo, assim, conversar, mas não se tocar), realizados de maneira individual, com duração entre 50 a 180 minutos.

Fogo Fogueira Raio é o segundo de um grupo de três irmãos, sendo o filho do meio de uma constelação familiar em que apenas o filho primogênito e ele são filhos do primeiro casamento.

A mãe teve sua primeira concepção ainda aos dezesseis anos de idade, permaneceu casada por cerca de treze anos, tempo em que concebeu seu segundo filho (Fogo Fogueira Raio). Vítima de violência doméstica cometida pelo marido, no entanto, optava em permanecer no casamento, pois sua família não aprovava a separação conjugal. O marido fazia uso de bebida alcóolica, tinha outras mulheres e agredia física e verbalmente esposa e filhos.

Foi nessa dinâmica que Fogo cresceu, de acordo com os padrões da normalidade, andando, falando por volta de um ano de idade, fazendo pré-escolar e primeiras séries do ensino fundamental sem qualquer sintoma que denunciase alguma dificuldade de comportamento ou de adaptação. Fogo teve seu primeiro contato com arma de “fogo” por volta de 1994 (com cerca de sete anos de idade), em sua própria casa, sendo a arma uma “espingarda” – calibre 20 (vinte), que seu pai usava para caçar. *“Ela ficava no guarda-roupas, quando não tinha ninguém vendo, eu ia lá e pegava e a montava e ficava brincando, depois guardava no mesmo lugar, dali pra frente vi mais algumas [armas] de pessoas de minha família...”* (Fogo)

Seus pais se separaram quando Fogo tinha entre oito e nove anos de idade. Com a separação, o pai não colaborou para o sustento dos filhos, nem os assistia afetivamente em visitas periódicas. Fogo era tido como filho preferido do pai, tendo em vista a fantasia do pai de que seu irmão mais velho não seria fruto do casamento com sua mãe.

Durante o casamento, sua mãe necessitou trabalhar para arcar com as despesas básicas dos filhos. Posteriormente, a família passou a residir com os avós maternos. Assim, à época da separação do casal, seu pai simplesmente saiu de casa.

Com o passar do tempo, sua mãe e seu irmão passaram a ocupar os cômodos dos fundos da casa dos familiares maternos. Fogo e seu irmão eram “olhados” pela avó materna. O irmão de Fogo, com cerca de onze, doze anos de idade, passou a se envolver com drogas, tendo inclusive sido internado em clínica especializada, pois, além da maconha, percorreu pela cocaína e pelo crack. O irmão de Fogo, com o vício, no ano de 2000, teve diversas

ocorrências policiais. Assim, a atenção da mãe durante tempo significativo esteve voltada ao primogênito. (Relato sobre adolescente: *Fogo, Fogueira, Raio*, 2002/2006).

As informações contidas na Figura II dizem respeito aos processos autuados em 1980, infrações cometidas por adolescentes em São João del-Rei/MG. Os dados foram retirados do livro denominado Tombo “FEITOS CRIMINAIS”. O registro dos delitos era feito no mesmo livro dos processos criminais. Não havia separação entre feitos da Infância e DA Adolescência. Na verdade, não existia ainda a Vara da Infância e Adolescência. O mesmo Juiz respondia pelas duas situações. Até então, delitos eram tratados como crimes e eram cuidados de acordo com o que determinava o Código de Menores. Nas colunas descritas no livro referido às folhas 09, 10, 11 e 12, constam os dados: Número do processo, Nome das vítimas, Nome dos Réus, Idade, Natureza do “crime”, Local do “crime”, Data do crime, Data da autuação, Data da denúncia, Artigo, Sentença e Data da sentença. Conforme A Figura II demonstra, suprimimos as iniciais do adolescente, a Idade, Data do Crime, Artigo/natureza. Tal procedimento se fez necessário pela questão ética em preservar a identidade dos adolescentes e também pela questão do segredo da justiça (Observa-se que o delito ainda era considerado, ou descrito como crime, daí a justificativa pelas aspas utilizadas.).

Figura II – “Crimes” cometidos por adolescentes em 1980.

Idade	Data do “crime”	Artigo/natureza
19 anos	19/2/1980	Furto
20 anos	20/1/1980	Tóxico 16 L 3638
19 anos	20/1/1980	Tóxico 16 L 3638
21 anos	27/2/1980	Tóxico 12 L 6368/76
18 anos	18/2/1980	Sedução
17 anos	3/2/1980	Não registrado
20 anos	18/2/1980	Sedução
18 anos	20/3/1980	Tóxico
19 anos	1/4/1980	Tóxico
19 anos	1/4/1980	Tóxico
19 anos	15/4/1980	Tóxico
21 anos	20/5/1980	Tóxico
21 anos	1978	Furto e receptação
21 anos	13/4/1980	Fruto
19 anos	23/6/1980	Tóxico
18 anos	17/7/1980	Tóxico
19 anos	25/7/1980	Tóxico
16 anos	15/6/1980	Não registrado

Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) 1980.

Podemos observar que durante o ano de 1980 foram autuados 18 (dezoito) processos na Secretaria da Vara Criminal (não existia ainda a Vara específica da Infância e Adolescência), referentes a crimes ou delitos cometidos por adolescentes de 16 (dezesseis) a 21 (vinte e um) anos de idade, sendo apenas um de dezesseis, um de dezessete, três de dezoito, sete de dezenove, dois de vinte e quatro de vinte e um anos de idade.

Figura III – Número de processos autuados, referente a adolescentes em conflito com a lei, segundo a idade em São João del-Rei em 1980.

16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos
1	1	3	7	2	1

Fonte: TJMG, 1980.

Dos 18 (dezoito) processos autuados: 03 (três) se referiram a furtos; 02 (dois) à sedução (o que hoje denominamos como assédio sexual) e 11 (onze) tóxico (ficando apenas três

identificados: dois registrados como uso e um como tráfico de drogas); os demais registros de autuação sem identificação do tipo de artigo (Salientamos que nos dados oferecidos pelo TJMG dois processos não tiveram a identificação dos artigos.).

Figura IV – Número referente aos processos autuados, de acordo com os tipos de infrações em São João del-Rei em 1980.

Furto	"Sedução"	"Tóxico"	Não identificado
3	2	11	2

Fonte: TJMG, 1980.

A respeito dos processos autuados em 1990, infrações cometidas por adolescentes em São João del-Rei/MG, os dados não tiveram como ser garimpados do livro denominado Tombo "FEITOS CRIMINAIS". O registro dos delitos era feito no mesmo livro dos processos criminais. Não havia separação entre feitos da Infância e Adolescência e Vara Criminal, sendo que, nos registros a partir das folhas 52 verso, datando as autuações a partir de julho de 1987, a coluna referente à idade dos "réus" passou a não ser preenchida, e às folhas 54 verso, a referida coluna, tão preciosa, deixou de existir no referido livro. Constam os dados: Número do processo, Nome das vítimas, Nome dos réus, Natureza do crime, Local do crime, Data do crime, Data da autuação, Data da denúncia, Classificação, Sentença e Data da sentença. Conforme folhas 70, iniciou-se o registro de autuações de feitos criminais em 1990. No entanto, não tem como ser garimpado o "crime" cometido por adolescente. Até as folhas 81 estão registradas as autuações de todos os feitos criminais autuados em 1990. O registro das autuações continuou no mesmo critério em 1991, nas folhas 80 verso até folhas 87, dando início aos registros referentes a 1992 com os mesmos critérios até folhas 92, sendo que de acordo com o termo de abertura do livro número 01, em 3/9/1992, passou a ser preenchido o Livro de Registro de IP. De Menores do Cartório do Crime desta Cidade. – Vara de Menores – Registro de Inquiridos policiais de menores – 1992.

As informações contidas na Tabela I (Anexo) dizem respeito aos processos autuados em 1995, infrações cometidas por adolescentes em São João del-Rei/MG. Os dados foram retirados do livro denominado Tombo "VARA DE MENORES – REGISTRO DE

INQUÉRITOS DE MENORES – 1992”. O registro dos delitos passou a ser feito em livro separado do livro dos processos criminais, pois já existia a Vara da Infância e Adolescência, que surgiu a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O mesmo Juiz passou a responder pelas duas Varas, ou seja: Vara Criminal e Infância e Adolescência. Os delitos já eram tratados como infrações e passaram a ser cuidados de acordo com o ECA. Nas colunas descritas no livro referido às folhas 04 verso, 05 frente e verso e 06 frente, constam os dados: Número do inquérito, Data do recebimento, Nome do adolescente, Número do processo e Observação. A partir de tal registro, um tanto mais enxuto se comparado aos dados contidos no livro referido na Figura II, foram consultadas fichas, formatadas para a Vara Criminal com os seguintes dados impressos a serem preenchidos: Réu, que era alterado para MI (Menor Infrator), Data do recebimento, Número da identificação, que também era alterado para Po. Esp. (Processo Especial), Filiação Data do Crime, Vítima; passaram a ser acrescentadas as informações: Data de nascimento e Tramitação do processo. Conforme Tabela I, selecionamos apenas as iniciais do adolescente, Data da autuação, Sentença, Número do processo, SISCO, Data do Crime, Data de Nascimento e Artigo. Ainda assim, pela questão ética em preservar a identidade dos adolescentes e também pela questão do segredo da justiça, os dados apresentados foram restringidos apenas ao nascimento, data do “crime”, data da autuação do processo, artigo e sentença.

Na coleta dos referentes dados, foi observado que houve mudanças nos parâmetros de informações. Percebemos o fato de algumas informações significativas não terem sido registradas, o que acaba comprometendo nossa análise. Ao que foi justificada a alteração nos registros que se deu também em função da alteração no tipo de registro, ou seja, os processos da Vara da Infância e Adolescência também passaram a ser cadastrados no SISCO.

Dos dados obtidos de 1995, foram autuados 77 (setenta e sete) processos envolvendo adolescentes, sendo que os registros que constam a data de nascimento dos adolescentes somam apenas 27 (vinte e sete) e a idade dos mesmos varia entre 15 (quinze) e 20 (vinte) anos.

Figura V – Número de processos autuados, referente a adolescentes em conflito com a lei, 1995, por idade.

15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	Não constou registro
4	5	7	6	3	2	50

Fonte: TJMG, 1995.

Figura VI – Relação entre o número de processos autuados e a identificação do artigo, 1995.

Número de processos autuados	Identificação do artigo	Descrição do artigo
50	Não constou	
13	Art. 155	Furto
03	Art. 129	Ofender integridade corporal ou saúde de alguém
03	Art. 180	Adquirir, receber ou ocultar em proveito coisa que sabe ser produto de crime
02	Art. 21	Erro sobre a ilicitude do fato (é inescusável)
02	Art. 32	Falta de carteira de habilitação de trânsito
02	Art. 288	Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha, em bando para fins de cometer crimes
02	Art. 12	Tráfico de drogas
02	Art. 16	Uso de drogas
01	Art. 163	Destruir, inutilizar, deteriorar coisa alheia
01	Art. 132	Seqüestro de bens
01	Art. 61	São circunstâncias que agravam a pena
01	Art. 157	Subtrair coisa móvel alheia mediante grave ameaça ou violência a pessoa
01	Art. 71	Quando agente mediante uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes
01	Art. 29	Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cometidas

Fonte: TJMG, 1995.

As informações contidas na Tabela II (Anexo) dizem respeito aos processos autuados em 1999, referentes a infrações cometidas por adolescentes em São João del-Rei/MG. Os dados foram retirados do livro denominado Tombo “VARA DE MENORES – REGISTRO DE INQUÉRITOS DE MENORES – 1992”. O registro dos delitos passou a ser feito em livro separado do livro dos processos criminais, pois já existia a Vara da Infância e Adolescência, que surgiu a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O mesmo Juiz passou a responder pelas duas Varas, ou seja: Vara Criminal e Infância e

Adolescência. Os delitos já eram tratados como infrações e passaram a ser cuidados de acordo com o ECA. Nas colunas descritas no livro referido às folhas 12 verso a 30, constam os dados: Número do processo, Nome do adolescente, Vítimas, Natureza, Número do inquérito policial, Data do delito, Data da representação, Classificação, Local, Autuação, Condenação/medida sócio-educativa e/ou número do processo cadastrado no SISCOM (Vide Tabela III). Esclarecemos que, pela questão ética em preservar a identidade dos adolescentes e também pela questão do segredo da justiça, os dados apresentados foram restringidos apenas ao nascimento, data do delito, data da autuação do processo, artigo e sentença e ocupação do adolescente.

Podemos observar que durante o ano de 1999 foram autuados 204 (duzentos e quatro) processos. Com relação à idade dos 204 (duzentos e quatro) adolescentes infratores que tiveram os processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência em 1999, na Comarca de São João del-Rei, temos 101 (cento e um) registros em que não constam a idade dos adolescentes ou a data de nascimento. Dos outros, temos:

Figura VII – Número de adolescentes, por idade, que tiveram processos autuados em 1999.

Não constou idade	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos
103	2	2	8	36	33	18	3	1

Fonte: TJMG, 1999.

Figura VIII – Identificação do artigo referente às infrações – 1999.

Número de processos autuados	Identificação do artigo	Descrição do artigo
40	Art. 16	Uso de drogas
37	Art. 129	Ofender integridade corporal ou saúde de alguém

31	Art. 309 da Lei 9503/97	Prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor
23	Art. 155	Furto – subtrair para si coisa alheia
09	Art. 21	Erro sobre a ilicitude do fato – é inescusável
08	Art. 129 cc 137	Agressão e participar de rixa
07	Art. 42	Computam-se, na pena privativa de liberdade e medida de Segurança – doença mental
05	Art.163	Destruir, inutilizar e/ou deteriorar coisa alheia
05	Art. 19	Agravação pelo resultado, que agrava especialmente a pena
04	Art. 10	Porte de arma
04	Art. 137	Participar de rixa
04	Art. 32	Falta de carteira de habilitação de trânsito
03	Art. 103 cc 121	L. 8.069/90 – infração penal – conduta descrita como crime ou contravenção penal e matar alguém
03	Art. 303	L. 9503/97 – prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor
02	Art. 171 cc 71 e 299	Obter para si ou outrem, vantagem ilícita, quando agente mediante uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, falsidade ideológica.
02	Art. 147	Ameaçar alguém, por alguém, por palavra, escrito ou gesto
02	Art. 31	Impunibilidade o ajuste, a determinação ou investigação e o auxílio salvo disposição expressa ao contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado
02	Art. 163 cc 147	Destruir, inutilizar e/ou deteriorar coisa alheia e ameaçar alguém, por alguém, por palavra, escrito ou gesto
01	Art 171 cc 14	Obter para si ou outrem, vantagem ilícita e crime consumado, tentativa, pena tentativa, desistência voluntária ou arrependimento eficaz
01	Art. 129 cc 21	Agressão e erro sobre a ilicitude do fato – é inescusável
01	Art. 19 cc 331	Agravação pelo resultado, que agrava especialmente a pena, e desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela
01	Art. 155 e 14	Furto – subtrair para si coisa alheia. Crime consumado, tentativa, desistência voluntária ou arrependimento eficaz.
01	Art. 103	L. 8.069/90 – infração penal – conduta descrita como crime ou contravenção penal
01	Art. 103 cc 155	L. 8069/90 – infração penal – conduta descrita como crime ou contravenção penal e furto – subtrair para si coisa alheia
01	Art. 103 cc 14	L. 8069/90 – infração penal – conduta descrita como crime ou contravenção penal
01	Art. 12	Tráfico de drogas
01	Art. 157	Subtrair coisa móvel mediante grave ameaça ou violência à pessoa
01	Art. 129, 139, 140	Agressão, difamação, injúria
01	Art. 150	Violação de domicílio
01	Art. 28	Não excluem a imputabilidade penal emoção ou paixão
01	Art. 155, 157 e 61	Furto – subtrair para si coisa alheia. Subtrair coisa móvel mediante ameaça ou violência à pessoa. Circunstâncias que agravam a pena

Fonte: TJMG, 1999.

Considerando a data da autuação, percebemos que, de acordo com os registros, 77 (setenta e sete) processos foram autuados no dia 18/03/1999, referentes a delitos cometidos entre o período de maio de 1995 a fevereiro de 1999. Esclarecemos que a autuação do processo que tramita na Vara da Infância e Adolescência pode se dar a partir de andamento/conclusão do Inquérito policial, ou seja, após realização e/ou término da investigação, do que consta na denúncia.

Em 1999, foram autuados processos referentes a delitos cometidos por adolescentes em anos anteriores, ou seja, com um intervalo de até quatro anos entre o cometimento do delito e a autuação do processo na Secretaria da Infância e Adolescência:

Figura IX – Número de processos autuados, em 1999, referente a infrações cometidas nos anos identificados.

Não constou	1995	1996	1997	1998	1999
03	04	03	26	105	63

Fonte: TJMG, 1999.

A consideração referente a tais dados se dá em função do intervalo de tempo entre o fato ocorrido (a autuação do processo) e seu início a ser considerado pela Justiça, com vistas a se definir uma sentença judicial, ou seja, a emissão de uma medida sócio-educativa. Entendemos que o intervalo de tempo é significativo e que às vezes quando chega a medida sócio-educativa, geralmente o adolescente já está em outro tempo de sua vida, ou já se reorganizou em não mais delinquir, ou de certa maneira já está inserido no lugar de infrator.

Dos 204 (duzentos e quatro) processos autuados, em 74 (setenta e quatro) registros de processos autuados em 1999, na Secretaria da Infância e Adolescência na Comarca de São João del-Rei, não encontramos o campo destinado aos registros com relação à sentença recebida pelos adolescentes. Em 09 (nove) processos, os registros indicaram a medida sócio-educativa como Advertência (referente aos artigos especificamente: 309, 4 – 129, 2 –

19, 2 – 155 e 163). Em 02 (dois) processos, os registros indicaram improcedência do processo referente à acusação de artigos 129, c/c 139, c/c 140 e 155. Improcedência significa suspensão e arquivamento dos autos, tendo em vista a acusação não conseguir provas contra o acusado. Em 01 (um) caso houve a internação – referente aos artigos 155, 157, 61 – e em outro houve a absolvição do adolescente, este era acusado no artigo 150. O restante recebeu a medida sócio-educativa de prestação de serviços na comunidade.

Enfim, em 1999, dos 204 (duzentos e quatro) processos autuados, 95 (noventa e cinco) processos autuados não foram registrados no SISCOM, ou seja, 110 (cento e dez) ações foram cadastradas no sistema. Apesar de não terem sido ainda cadastrados, os processos tiveram andamento dentro dos padrões estabelecidos pelo TJMG, sendo mais trabalhosa talvez a localização do procedimento (processo) em determinados momentos do cumprimento do rito processual.

Finalmente, vale observar que nos registros encontrados já passou a constar ação de adolescentes em conjunto, ou seja, adolescentes em grupos de dois ou mais cometendo infrações, 29 (vinte e nove) processos em que adolescentes agiram juntos da maneira apresentada na Figura X:

Figura X – Ação em conjunto dos adolescentes – 1999.

Duplas	Trios	Quarteto	Grupo c/ 08 componentes
21	06	01	01

Fonte: TJMG, 1999.

Os artigos referentes aos processos autuados de delitos cometidos pelas duplas por adolescentes ficaram assim distribuídos:

Figura XI – Artigos presentes nos processos autuados, referentes a delitos cometidos por adolescentes em duplas – 1999.

Identificação do artigo	8 duplas de adolescentes	3 duplas de adolescentes	2 duplas de adolescentes	1 dupla de adolescentes
Art. 16	X			
Art. 155		X		
Art. 309		X		
Art. 129			X	
Art. 42			X	
Art. 21				X
Art. 171, 71, 299				X
Art. 163, 147				X

Fonte: TJMG, 1999.

Figura XII – Artigos presentes nos processos autuados, referentes a delitos cometidos por adolescentes em trios - 1999.

Art. 155	Art. 42	Art. 129 c/c 121	Art. 137
01 trio de adolescentes			

Fonte: TJMG, 1999.

Figura XIII – Artigos presentes nos processos autuados, referentes a delitos cometidos por quatro e oito adolescentes em conjunto – 1999.

Art. 129	Art. 137 e 129 do CP
Quarteto de adolescentes	Grupo com oito adolescentes

Fonte: TJMG, 1999.

Com relação à ocupação dos adolescentes, os registros constaram o seguinte: em 104 (cento e quatro) processos autuados, os adolescentes não tiveram o registro de alguma ocupação:

em 40 (quarenta) processos, os adolescentes tiveram preenchidos seus cadastros como sendo estudantes e os demais com outras ocupações conforme podem ser observadas na Tabela II (Anexo).

Fogo relata que, por volta do ano 2000:

“... com alguns colegas compramos a primeira arma, um revólver calibre 32 (trinta e dois) marca Taurus de 6 (seis) tiros e uma garrucha 22 (vinte e dois) de 2 (dois) tiros que na mesma época usei para atirar em um menino da minha idade. No Calçadão próximo à Avenida do Centro, estava acontecendo um chopp grátis para o pessoal e tinha um certo movimento lá. Eu fui com um primo e alguns colegas. Chegando lá no Calçadão, um menino colocou uma faca no pescoço do meu primo e pediu o boné dele. Ai eu puxei a arma e apontei para ele, só que ele não parou de ameaçar, ai eu apertei o gatilho e não disparou. A garrucha ‘mascou’ [a bala não saiu da arma] e já na segunda vez houve o disparo e eu saí correndo, até hoje eu não sei se [o tiro] acertou nele {abaixou os olhos ao ouvir a leitura de tal parte de sua história}” (Relato sobre adolescente: Fogo Fogueira Raio, 2002/2006).

Continuando o relato, Fogo diz:

“Na época eu fui chamado apenas no Conselho Tutelar. Lá eles conversaram comigo, mas entrou tudo por um ouvido e saiu por outro. Mamãe também me xingou, até me deixou uns dias de castigo, sem nada, eu fiquei mais chateado por não poder andar a cavalo (eu tinha uma égua na época) que era tudo que eu mais gostava... eu até conversava com ela quando estava cuidando dela, conversava com meu pit bull. Ela [mãe] também não me deixou passear com ele nesta época e eu adorava ir para a Serra, lá perto do Quartel Escola... mas para mim não adiantava muito não [os castigos], pois se eu cismasse com alguma coisa ninguém tirava da minha cabeça, e eu era doido com armas, pois para mim era normal quase todo mundo que eu conhecia tinha [uma arma], desde criança eu via aquilo, então pra mim era normal” (Relato sobre adolescente: Fogo Fogueira Raio, 2002/2006).

Contudo, Fogo, em casa, com a família, sempre mostrou-se tranqüilo, ou a mãe não observava questões preocupantes no desenvolvimento do segundo filho. Parecia-lhe saudável, sempre foi muito carinhoso, afetivo, inclusive cuidador da terceira irmã. Sua mãe percebia também certa inquietude do filho em não permanecer muito tempo continuado dentro ou fora de casa, movimentando-se o tempo todo. Na vida escolar, Fogo saiu de uma escola estadual indo para uma escola municipal. Aí, então, passou a dar problemas. Com a

transferência para a referida escola, a convivência com colegas foi ampliada, bem como as brigas na rua e em bailes.

Fogo conta que:

“Em 2000/2001, atirei em um rapaz no baile. Não o conhecia. Ele estava com a turma dele e eu com a minha. Antes eles bateram em um amigo meu. Depois fomos lá e acabamos brigando com eles. Eu o derrubei com um chute. Depois saímos do baile. Já tinha um menino esperando a gente com uma arma, que quando o rapaz veio ao meu encontro eu a peguei e atirei nele. Acho que acertei uns quatro ou cinco tiros e saímos correndo para minha casa. Eu só queria sair dali, pois me sentia ameaçado. Só fui encontrar com meus ‘amigos’ na porta da minha casa. Os amigos me disseram que eu era ‘louco’ por ter feito aquilo. Outros disseram que os meninos de outra rua ainda bateram nele [o garoto que recebeu os tiros] antes da ambulância chegar. Eu estava preocupado com o que minha mãe pensaria de mim, se eu tinha matado aquela pessoa ou não, por causa de uma simples briga de baile. Eu tinha ido ao baile escondido da minha mãe. Depois de uns dias eu fui à delegacia e me apresentei {novamente abaixou os olhos, escondendo-se atrás da aba do boné}” (Relato sobre adolescente: Fogo Fogueira Raio, 2002/2006).

É como se a partir desse momento fosse crescendo a ciranda de problemas ou situações difíceis a que Fogo passou a se envolver. Vieram pedradas, tiros, ameaças, polícia, até chegar às tentativas de homicídio e aos homicídios que levaram Fogo à primeira internação [prisão]. As vítimas do primeiro homicídio foram os que atiraram pedras e feriram uma namorada de Fogo, levando-a à sutura no ferimento e posterior partida para outro Estado como medida de segurança promovida por seus familiares. As ameaças e os atentados passaram então a ser frequentes na família de Fogo, embora ele estivesse em internação (em uma cadeia pública).

O avô materno passou a pensar em se mudar de bairro. No entanto, não conseguiu viabilizar a providência, tendo em vista sua vida ter se solidificado ali, naquele lugar. É interessante realçar que, por volta de 1997, um tio materno de Fogo assassinou um jovem e, posteriormente, foi assassinado aos 40 (quarenta) anos pelo pai do garoto que foi morto primeiro.

As informações contidas na Tabela III (Anexo) dizem respeito aos processos autuados em 2004, referentes a infrações cometidas por adolescentes em São João del-Rei/MG. Os dados foram retirados do SISCOM – Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas. O registro dos delitos passou a ser feito no referido sistema, no qual o número de cada processo passa a ser composto por referências; por exemplo: os três primeiros dígitos se referem à identificação da cidade de SJDR, (625), um espaço, os dois próximos dígitos se referem ao ano de autuação ou cadastramento da ação no Sistema, outro espaço, os dois próximos dígitos se referem à Vara da Infância e Adolescência, e assim por diante, até completar 12 (doze) dígitos; esse sistema foi implantado em SJDR a partir de 1998, sendo que, na Secretaria comum à Vara da Infância e Adolescência e Vara Criminal, a prioridade foi para o cadastro dos processos referentes à Vara Criminal. O mesmo Juiz ainda responde pelas duas Varas, ou seja: Vara Criminal e Infância e Adolescência. Os delitos continuam sendo tratados como infrações e continuam a ser cuidados de acordo com o ECA. As telas do sistema são compostas por diversos dados, tendo que serem acionadas em cada processo, em suas quinze telas para o recolhimento dos dados que seguem identificados nas colunas. O recolhimento dos dados se deu entre os dias 19 de setembro a 11 de outubro de 2005, no terminal da Tesouraria, ou no terminal da Vara da Infância e Adolescência, de acordo com a disponibilidade do terminal no período das manhãs em dias de semana (Vide Tabela III – Anexo).

Conforme dito acima, houve mudanças nos parâmetros de informações colhidas. Passemos então às considerações. Foi autuado em 2004 um total de 245 (duzentos e quarenta e cinco) processos na Secretaria da Infância e Adolescência, referentes a delitos cometidos por adolescentes entre agosto de 2001 e dezembro de 2004, mas em que os processos puderam ser autuados no Poder Judiciário apenas durante o ano de 2004, em São João del-Rei. Pela questão ética em preservar a identidade dos adolescentes e também pela questão do segredo da justiça, os dados coletados foram restringidos apenas à data de nascimento, data do delito, data da autuação do processo, identificação do artigo, sentença e instrução do adolescente.

Com relação à idade dos 245 (duzentos e quarenta e cinco) adolescentes, apenas de 46 (quarenta e seis) não havia registro do ano de nascimento dos mesmos.

Figura XIV – Número de processos autuados, referente a adolescentes em conflito com a lei, ano 2004, por idade.

Não constou registro	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos
46	5	4	3	50	62	49	8	3

Fonte: TJMG, 2004.

Vale ressaltar que um adolescente de 15 (quinze) anos de idade tem registrados 15 (quinze) processos e em todos tem registrado sua data de nascimento. Na verdade, nascidos em 1989 são apenas 03 (três) adolescentes que tiveram processos autuados.

Do total de processos autuados, conseguimos garimpar dados referente aos artigos (tipos de delitos cometidos) apenas em 106 (cento e seis), tendo em vista que não havia registro dos referidos artigos em 139 (cento e trinta e nove) processos autuados e cadastrados no SISCOM. Certamente, a falta de registro desse quesito em muito prejudicou a análise no que diz respeito ao fato de que os adolescentes cometem maior número de infrações.

Assim, dos 106 (cento e seis) registros com identificação dos artigos encontrados, temos:

Figura XV – Relação do número de processos autuados referente ao tipo de artigo – 2004.

Número de processos autuados	Identificação do artigo	Descrição do artigo
23	Art. 155	Furto – subtrair para si coisa alheia
13	Art. 10	Porte de arma
10	Art. 121	Matar alguém
10	Art. 121 cc 14	Matar alguém e crime consumado / tentativa / pena tentativa / desistência voluntária ou arrependimento eficaz
08	Art. 16	Uso de drogas
06	Art. 129	Ofender integridade corporal ou saúde de alguém
06	Art. 157	Subtrair coisa móvel alheia mediante grave

		ameaça ou violência à pessoa
03	Art. 12	Tráfico de drogas
03	Art. 14	Crime consumado / tentativa / pena tentativa / desistência voluntária ou arrependimento eficaz
02	Art. 147	Ameaçar alguém, por alguém, por palavra, escrito ou gesto
02	Art. 21	Erro sobre a ilicitude do fato – é inescusável
02	Art. 42	Computam-se , na pena privativa de liberdade e na medida de segurança – doença mental
01	Art. 171	Obter para si ou outrem, vantagem ilícita
01	Art 121, 14, 69	Matar alguém, crime consumado / tentativa / pena tentativa / desistência voluntária ou arrependimento eficaz e 69
01	Art. 121, 14, 29	Matar alguém, crime consumado / tentativa / pena tentativa / desistência voluntária ou arrependimento eficaz) e quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cometidas
01	Art. 121, 14, 73	Matar alguém, crime consumado / tentativa / pena tentativa / desistência voluntária ou arrependimento eficaz e 73
01	Art. 121, 14, 71	Matar alguém, crime consumado / tentativa / pena tentativa / desistência voluntária ou arrependimento eficaz, quando agente mediante uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes
01	Art. 214	Atentado violento ao pudor
01	Art. 169	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza
01	Art. 303 cc 309	Prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e falta da carteira de habilitação
01	Art. 303	Prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor
01	Art. 139	Difamação
01	Art. 129 cc 331	Ofender integridade corporal ou saúde de alguém, desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela
01	Art. 155 cc 16	Furto – subtrair para si coisa alheia e uso de droga

Fonte: TJMG, 2004.

Com relação à autuação dos processos em 2004, de acordo com os registros pesquisados temos:

Figura XVI – Número de processos autuados em 2004, referente a delitos cometidos nos anos respectivos.

Não consta data do delito	2001	2002	2003	2004
68	02	03	39	133

Fonte: TJMG, 2004.

Tendo já considerado o artigo que define o delito cometido pelos adolescentes, consideradas a idade dos adolescentes que estiveram em conflito com a lei e a época da infração, entendemos ser importante esclarecer que em um mesmo processo foram indiciados 02 (dois) adolescentes em número total de 24 (vinte e quatro) processos. Em um mesmo processo sendo indiciados 03 (três) adolescentes, foram constatados 06 (seis) processos. Com ação de quatro adolescentes em um mesmo processo, constatamos 06 (seis) processos e um grupo de 07 (sete) adolescentes indiciados em um mesmo processo.

Figura XVII – Identificação do número de processos autuados em que os adolescentes agiram em grupos – 2004.

Duplas	Trios	Quarteto	Sete componentes
24	06	06	01

Fonte: TJMG, 2004.

Vale ainda ressaltar os dados referentes à instrução/ocupação dos 245 (duzentos e quarenta e cinco) adolescentes:

Figura XVIII – Instrução/ocupação dos adolescentes, identificados nos processos autuados – 2004.

Número de processos	Instrução/Ocupação
104	Estudantes
80	Não constou registro no item
17	Construção civil
11	Domésticas
06	Do lar
05	Acabadores de móveis
02	Babás
02	Comerciantes
16 – respectivamente “um” em cada uma das ocupações descritas a seguir:	Caceteiro, ferreiro, padeiro, lavador de carros, analfabeto, lê e escreve, auxiliar de escritório, serralheiro, vendedor, tatuador, balconista, ajudante de pintor, trabalhador rural, retireiro, lavrador, guarda mirim.

Fonte: TJMG, 2004.

Enfim, considerados os adolescentes, os delitos cometidos à época da infração, a idade, a ocupação/instrução dos mesmos, chegamos então à consideração da medida sócio-educativa indicada na Sentença Judicial. Considerando os processos autuados no ano de 2004, temos o fato de que os processos estão em tramitação; uns ainda em processo de investigação, produção de provas; outros estão suspensos, portanto sem a sentença judicial finalizada; outros aguardam apreensão de adolescentes, por estarem foragidos, ou ainda não terem sido encontrados pela polícia.

Figura XIX – Número de processos e sentença judicial – 2004.

Número de processos	Sentença
101	Prestação de serviços na comunidade
45	Maioridade decretada
21	Internação
41	Processos ainda em andamento
02	Absolvição
04	Advertência
07	Justiça aguarda apreensão do adolescente
15	Processos suspensos (de um adolescente apenas)
01	Arquivado por falta de objeto

01	Arquivado por morte do agente
02	“Nada consta”

Fonte: TJMG, 2004.

Já na adolescência, Fogo Fogueira foi internado (preso) e dividia cela com outro adolescente, recebendo visitas da mãe e avó materna, dentre outros parentes e amigos semanalmente. Ele trocava correspondências com a namorada, assistia à TV, lia a Bíblia e outros livros, gostando de desenhar e também trabalhar com artesanato. Nas visitas, Fogo Fogueira permanecia andando de um lado para outro com o objetivo de movimentar seu corpo. Era do tipo mais calado, fechado, e demonstrava sua preocupação com a segurança da mãe e da irmã menor, tendo em vista os atentados que a casa das mesmas sofreu em período em que ele já estava internado.

Poderíamos dizer que Fogo Fogueira desde cedo já apresentava autonomia em seus atos, não se submetendo a ordens verbais estabelecidas pela família, com o agravante do irmão mais velho ser dependente químico, levando a crer que à altura de sua pré-adolescência e adolescência não teve olhar orientador aos seus atos de maneira positiva e pontual. Sua mãe, além das preocupações com os desmandos de seu primogênito dentro e fora de casa, concebeu sua terceira gestação.

Fogo Fogueira, com o exercício de independência e autonomia cada vez maior apesar de sua pouca idade, se apegou aos colegas, com programas, ações e comportamentos convenientes aos interesses dos mesmos, ou seja, violentos. No ambiente familiar, aos olhos de sua mãe, Fogo Fogueira mostrava-se tranquilo, companheiro, carinhoso e afetivo.

Em diagnóstico psicológico, foi constatado que Fogo Fogueira era do tipo introvertido, inseguro, com sentimento de vazio, energia reduzida, enfrentando problemas, defesas pelo retraimento, podendo ter inteligência elevada, mas com problemas emocionais, desajuste ao meio, repressão à agressividade, sentimento de inferioridade, tentando manter sua personalidade inacessível, vivendo cerceamento e com depressão. Fogo Fogueira apresentava desajuste, dificuldade de inter-relação social, fraco controle diante do meio em que vivia [esclarece-se que a avaliação psicológica foi realizada no período em que o

adolescente estava internado – em cadeia pública – há cerca de cinco meses, o que altera significativamente crenças, pensamentos e sentimentos].

Em 2002, Fogo Fogueira recebeu Sentença Judicial em que a medida sócio-educativa aplicada ao adolescente pela primeira tentativa de homicídio [artigos 121 do CP, c/c. art. 14, II do CP] cometida foi a internação do mesmo pelo prazo de três anos. Assim, imediatamente foi requisitada em outro município do Estado de Minas Gerais vaga em estabelecimento próprio para atendimento de adolescente (em internação). Quatro meses após, foi conseguida vaga para o adolescente em tal estabelecimento. Com o falecimento de seu pai (cirrose), Fogo Fogueira esteve em São João del-Rei por três dias. Com sete meses de internação, Fogo Fogueira teve a oportunidade de ter uma saída do estabelecimento ao qual estava internado e pôde vir para sua cidade natal, onde permaneceu por cerca de três dias. Já havia a perspectiva de que em futuro breve aconteceria o desligamento de Fogo Fogueira da internação. Três meses depois, Fogo Fogueira teve outra oportunidade para vir à sua cidade natal. Nessa terceira saída temporária, Fogo Fogueira foi denunciado, ou representado (recebeu acusação), pelo fato de ter sido pego pela polícia com arma [artigo 10 lei 9.437/1997] no período em que estava liberado da internação – período de férias – e teria atirado contra dois outros adolescentes.

Das três vezes em que Fogo Fogueira teve oportunidade de sair temporariamente da internação em estabelecimento especial em outro município, retornou ao mesmo em tempo hábil, sem causar nenhum transtorno para aquela entidade. Completando um ano de internação naquele município, onde, segundo informações técnicas, Fogo Fogueira parecia “ter compreendido na íntegra o sentido da medida sócio-educativa de internação. Tal fato poderia ser confirmado em sua trajetória institucional (...) participou das oficinas externas com desenvoltura e interesse, mostrando-se bastante solícito (...) não havendo nos arquivos registro de algum envolvimento de Fogo Fogueira em circunstâncias ilícitas (...) sabido que sua família tem procurado se implicar com o momento em que Fogo Fogueira vem vivenciando (...) Assim, foi solicitado ao Juiz daquele Município de internação a progressão de Medida para Liberdade Assistida”. Então, foi solto em liberdade assistida, voltando para São João del-Rei.

Fogo Fogueira, tendo voltado para este Município em Liberdade Assistida, logo foi internado por 45 (quarenta e cinco) dias, novamente na cadeia pública da cidade, sob acusação de ter participado de outro homicídio. No entanto, Fogo Fogueira sempre afirmou não ter disparado a arma de fogo e que, após ter voltado da internação em finais de semana, estava dormindo na casa de tios que eram evangélicos, com o objetivo de não se envolver em situações de risco.

Em outubro de 2003, Fogo Fogueira, já com 16 (dezesesseis) anos de idade, havia concluído a 7ª série do ensino fundamental com aproveitamento “A” em todos os conteúdos e estava até setembro do mesmo ano freqüente à 8ª série regular do ensino fundamental na cidade onde estava internado.

Fogo Fogueira foi colocado em cela na cadeia pública junto com outros dois adolescentes, que também cometeram homicídios, residentes no mesmo bairro, portanto seus conhecidos.

Fogo Fogueira insistia que nada sabia com relação ao homicídio, que voltara da internação com intenção de estar limpo, tranqüilo, sem se meter em outras confusões, estudando, trabalhando e acompanhando sua mãe e sua irmã. No entanto, a trama familiar e social marcada pela delinqüência, pelo crime a que pertence, parece ser forte. Sua mãe entendia que o que prejudicava seus filhos era o lugar onde residiam e, infelizmente, o ocorrido com seu irmão (tio materno de Fogo Fogueira) de ter primeiro matado, depois morrido, sendo que o desagrado, o desentendimento partido da família do primeiro morto, ainda acontece com ameaças, provocações e perseguições. Passados os 45 (quarenta e cinco) dias, Fogo Fogueira foi solto, em liberdade assistida.

No mês em que Fogo Fogueira teve oportunidade de sair da cadeia pública, logo foi convidado a assistir à palestra com Sr. Roberto Carlos Ramos, ex-menino de rua, atualmente pedagogo, escritor e promotor de palestras sobre seu percurso de vida até que foi adotado por um estrangeira e pode finalmente construir sua vida.

Fogo Fogueira saiu da Cadeia Pública, em liberdade assistida, com encaminhamento para matrícula escolar, apesar da inicial resistência da escola em recebê-lo principalmente pelo temor quanto à reação de outros pais e alunos ao saberem que ele estaria matriculado e freqüente naquele estabelecimento. Fogo Fogueira se sentia constrangido pelo fato de quase todos os dias ser submetido à “geral” [vistoria] de policiais militares que, de certa maneira, fizeram o possível para estarem presentes na rotina do adolescente.

À época da progressão de medida sócio-educativa (de internação para liberdade assistida) de Fogo Fogueira pelo poder Judiciário do Município onde ele cumpria a internação, foi comunicado pelo Poder Judiciário de sua cidade natal de seus feitos nos períodos de liberdade temporária. No entanto, ainda assim, foi solto em liberdade assistida, voltando para sua cidade natal. Sendo acusado de outras infrações, foi preso (internado) e depois colocado novamente em liberdade assistida.

Em novembro 2003, houve uma representação em que Fogo Fogueira foi acusado de homicídio cometido (artigos 121 par. Caput CPB, artigo 14 Inc. II CPB). Ainda em setembro de 2003, Fogo Fogueira recebeu outra sentença de internação por um ano, pela acusação de ter, junto de outra pessoa, disparado arma de fogo contra dois adolescentes em bairro diferente do seu de moradia (fato ocorrido em 13/01/2002 – tentativa de homicídio).

Contudo, em dezembro de 2003, Fogo Fogueira, em liberdade assistida, não estava freqüente na escola e seu material escolar estava incompleto. Ele se sentia preso em casa, onde poderia e deveria percorrer. Sentia-se vigiado, perseguido, e não pretendia permanecer fechado (em casa ou na escola) apenas estudando. Ocupava seu tempo com os companheiros, desenvolvendo atividade artística. Em fevereiro do referido ano, houve o desligamento do adolescente da liberdade assistida (esteve foragido pela acusação de dois homicídios, sendo posteriormente inocentado).

Um primeiro trabalho artístico, desenvolvido com um grupo de amigos, acabou sendo difundido e dando problemas com a justiça, tendo em vista o conteúdo, pois, de certa maneira, se referiam à delimitação de território, de enfrentamento a outro grupo de

adolescentes residentes em outro bairro da cidade [Fogo Fogueira sorria de a produção ter sido um sucesso!].

No início de 2004, Fogo Fogueira não permaneceu na escola, iniciou trabalho com seu tio e sua mãe. Geralmente à noite, encontrava-se com amigos, dando continuidade à produção do grupo artístico.

Seu segundo trabalho artístico foi no sentido de se recordarem dos amigos presos. À época, grande parte do grupo estava solto. Assim, as produções foram no sentido de deixar claro para os companheiros presos que eles não estavam sós.

Fogo Fogueira foi novamente acusado de fatos ocorridos em 28/01/2004 (efetuação de disparos de arma de fogo contra outro adolescente, que faleceu, e em outros adolescentes, que não faleceram. Posteriormente, foi inocentado). No mesmo dia, foi ordenado que Fogo Fogueira fosse internado por 45 (quarenta e cinco) dias. Assim, em 03 de março de 2004, foi detido (internado-presos). Em final de março do ano referido, houve a acusação de um policial de que Fogo Fogueira, ao sair de uma audiência no Fórum, teria tentado fugir. Apesar das algemas, teria dado rasteira no policial que o acompanhava. Em 1º de abril, o denunciado que estaria com Fogo Fogueira no último homicídio referido informou que Fogo Fogueira não estava naquele crime, ou delito. Ainda assim, no mesmo mês, foi revogada a liberdade assistida em internação.

Em maio do ano referido, Fogo Fogueira escreveu ao Juiz responsável pela instituição onde esteve internado em outro Município:

“E aqui não existe qualquer meio de nenhuma recuperação possível, pois vivo a cada dia mais revoltado diante do tratamento que recebo aqui dos responsáveis por esta cadeia pública (...) neste centro o tratamento é digno, é paternal que o Ilustre Sr. Dr. Juiz e funcionários dispensam com tanto amor e profissionalismo humano aos internos daí deste centro. Tendo vontade própria e tendo tido exemplar comportamento aí neste centro durante o tempo que estive aí rogo encarecidamente ao Ilustre Dr. Juiz que conceda-me meu imediato retorno a este Centro, pois tenho confiança que aí com certeza conseguirei minha recuperação completa, pois confio e sei que ‘aí’ serei tratado como ser humano e receberei

carinho e assistência e o amparo que realmente necessito e busco...” (Relato sobre adolescente: Fogo Fogueira Raio, 2002/2006).

Na cadeia pública, ainda no mês referido, Fogo Fogueira reagiu aos policiais, desrespeitando-os, levando punição (cerceamento de banhos de sol e visitas). Em julho, ainda na cadeia, em horário de sol, Fogo Fogueira agrediu outro adolescente de bairro diferente com um pedaço de ferro. Fogo Fogueira tentou através de advogado recurso no sentido de ser revista sua situação em outra instância, pois entendia que já estava preso além do prazo que sua condenação, internação, determinava. No entanto, o resultado, ou a resposta do recurso interposto, foi negado, ou seja, os Desembargadores acolheram as decisões judiciais de 1ª Instância.

Assim, em janeiro de 2005, Fogo Fogueira se manifestou à Justiça no sentido de lhe ser permitida a visita em horário em que os presos recebem as mesmas, pois, com o fato de o irmão mais velho estar preso, ele – Fogo Fogueira Raio – completou a maioridade, 18 (dezoito) anos de idade. Sua mãe passou a freqüentar a cadeia em horários de visitas em dois dias, o dia destinado aos adolescentes e o dia destinado aos maiores. Sua mãe concordou com a manifestação, ou o pedido do filho, pois, de fato, ela estava desgastada. Apesar de o argumento agora da maioridade completada por Fogo Fogueira Raio, o Ministério Público opinou em manter Fogo Fogueira Raio detido. Em abril do último ano referido, o Centro de Internação do outro Município manifestou a impossibilidade de receber Fogo Fogueira Raio em função de sua lotação.

A mãe de Fogo continua trabalhando com parente. Não descarta a possibilidade de conseguir ocupação laborativa, ou seja, trabalho para o filho tão logo ele saísse da cadeia. Seu primogênito, acusado de homicídio dentro da própria cadeia, foi a Júri e foi absolvido, já estando, portanto, solto e infelizmente com retorno progressivo ao consumo de drogas. A mãe dos jovens, acredita que o filho do meio, saindo da cadeia, pretende se envolver com trabalho escola e sua atividade artística. Essa mãe verbaliza sua inconformidade, seu descontentamento em ver seu filho ainda preso. Entende que seu filho é boa pessoa, tranqüilo, colaborador dentro de casa, carinhoso e afetivo. Não compreende o motivo de o

filho estar preso, tendo em vista que o prazo da primeira condenação do filho já foi ultrapassado. Ele recebeu uma segunda condenação também de três anos de internação por homicídio e um ano por uma tentativa. Entende que, de acordo com o Estatuto, apesar das sentenças, o adolescente pode estar internado no máximo por três anos, e esse prazo Fogo Fogueira Raio já ultrapassou.

Fogo Fogueira Raio também manifesta sua incompreensão quanto à sua internação, pois compreende que, em maio de 2005, completou o tempo determinado de internação, ou seja, três anos, apesar de outras duas sentenças, uma de três anos e outra de um ano, respectivamente por homicídio e tentativa. Depois, foi sendo acusado de coisas que foram ficando comprovadas de que não participou, e ainda assim permanece preso (para além de três anos).

Ele afirma que:

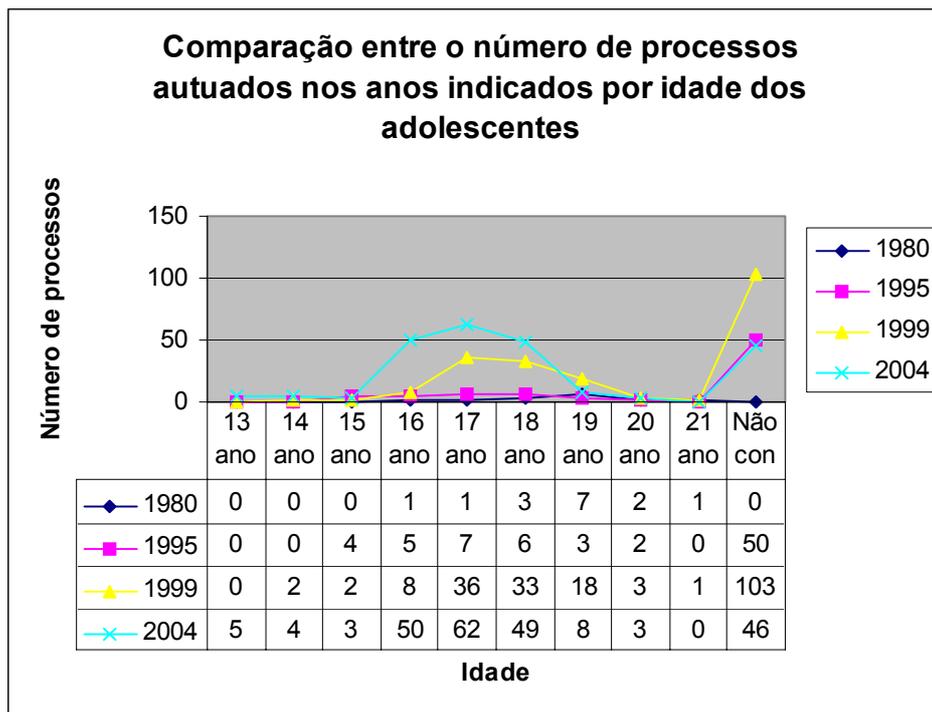
“sabe os impasses que o levaram a cometer os atos errados que fez. No entanto, percebe que os jovens de hoje em dia estão brigando, se matando sem terem um motivo explícito, daí sua intenção de expor em seu trabalho artístico suas experiências negativas com a violência e a marginalidade, no sentido de os mais novos não se meterem em tais confusões, ou seja, crime e violência não compensam, não valem a pena” (Relato sobre adolescente: Fogo Fogueira Raio, 2002/2006).

Fogo Fogueira Raio fala que:

“já perdeu muito em sua vida, seja em confiança das pessoas de maneira geral, seja em questão de namoradas. Atualmente, Fogo Fogueira Raio divide cela com outro jovem, residente próximo de sua casa, o que facilita a convivência. Diz fazer tatuagens e que seus trabalhos estão ficando cada vez melhores. Em si, não tatuou nada, pois não tem consentimento de sua mãe” (Relato sobre adolescente: Fogo Fogueira Raio, 2002/2006).

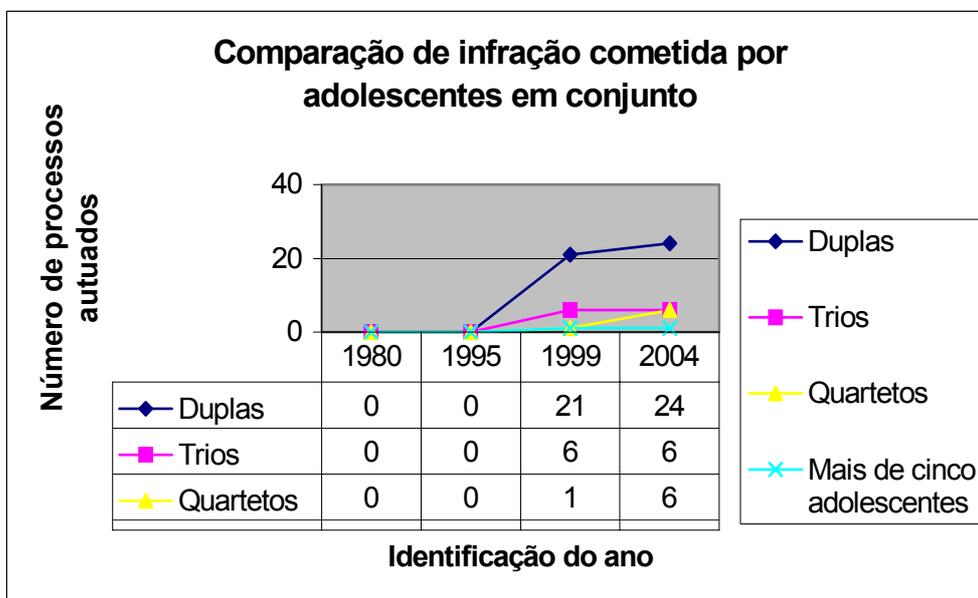
Apresentamos agora síntese dos dados analisados referentes à idade dos adolescentes em conflito com a lei nos anos pesquisados e identificados:

Gráfico I – Comparação entre o número de processos autuados nos anos indicados por idade dos adolescentes.



Fonte: TJMG, 1980, 1995, 1999, 2004.

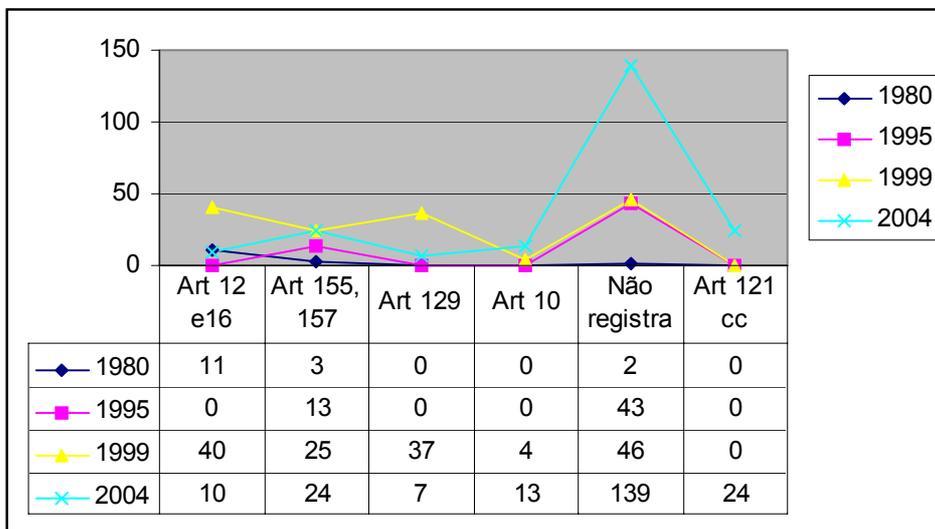
Gráfico II – Comparação de infração cometida por adolescentes em conjunto, nos anos pesquisados.



Fonte: TJMG, 1980, 1995, 1999, 2004.

Considerando o aumento na incidência em alguns artigos relacionados com drogas (uso e tráfico), furto e roubo, agressão física (brigas), porte de arma e homicídios, selecionando e condensando os referentes artigos, podemos identificar significativo aumento da ação dos adolescentes:

Gráfico III – Aumento de incidência de determinados artigos ao longo dos anos estudados.



Fonte: TJMG, 2005.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES: LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Em um olhar inicial, constatamos que existe significativa diferença entre os dados coletados e analisados em 1980, 1995, 1999 e 2004, com relação aos processos autuados na Secretaria da Infância e Adolescência em São João del-Rei. Ao ser identificado o procedimento para obtenção dos dados a cada ano, foi justificado o motivo da diversidade da coleta de dados. A coleta se deu de acordo com os dados existentes e disponíveis na Secretaria da Infância e Adolescência na Comarca de São João del-Rei durante o segundo semestre de 2005.

Um dos aspectos que dificultou a análise dos dados foi a expressiva falta de preenchimento de alguns dados referentes aos processos autuados nos documentos pesquisados, pois, como demonstram os gráficos referentes à identificação das idades dos adolescentes, bem como os gráficos referentes à identificações dos artigos, é notória a falta dos dados.

É interessante ressaltarmos que, com o passar dos anos, a complexidade dos dados registrados, ou o rigor na identificação dos sujeitos nos processos autuados, foi aprimorado, de maneira que, com relação aos dados referentes à idade, à data do delito, à data da autuação do processo, ao registro da identificação do artigo motivador da ação judicial e à sentença, foram sendo ampliados, chegando em 1999 e 2004, a apresentar dados relativos à ocupação dos adolescentes.

No Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais 2004 da Fundação João Pinheiro (p. 24), Governo do Estado de Minas Gerais, no box 2, no qual se discute a questão relacionada à Evolução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais – 1986-2004, afirma-se que, de 1995 a 2003, as taxas de crimes violentos por 100 mil habitantes aumentaram em 400% no Estado. Para os roubos, o aumento foi de 581%, enquanto que para o crime de homicídio, no mesmo período, observou-se um aumento de 96%. Tomado o ano de 1985

como base na comparação de crimes violentos, verifica-se um aumento em Minas Gerais de 446% se comparado ao ano de 2004

Mostra-se notória a diferença entre o número de delitos cometidos por adolescentes em 1980 e 2004, referente aos dados coletados em São João del-Rei, sendo compatíveis com as informações do Anuário acima referido. O número subiu e os tipos de delitos também foram diversificados, aparecendo inclusive número expressivo em 2004 de homicídios e tentativas de homicídios.

Embora os dados oferecidos pela Fundação João Pinheiro não esclareçam que os agentes dos crimes violentos são adolescentes, dados do IBGE (2006) nos indicam que a participação de adolescentes nos tipos de crimes cometidos é expressiva:

“De 1992 a 1998, a proporção de mortes causadas por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito entre adolescentes e jovens, na faixa etária de 15 a 19 anos, subiu de 63% para 68%. A região Sudeste tem a maior taxa dos óbitos dessa faixa etária que estão relacionados a causas violentas. Em todas as outras regiões, a mortalidade por causas externas nessas idades representam pouco mais de 60% do total de óbitos. Em 1988, as maiores taxas foram de São Paulo (77,4%), Pernambuco (74,7%), Distrito Federal (74,0%), Rio de Janeiro (73,7%)...”

Reportagens veiculadas na mídia indicam a preocupação com os dados referentes ao tipo de mortes, bem como do sexo dos envolvidos, dos que se tornam vítimas e muitas vezes também dos agressores. Em 18 de dezembro de 2003, o Correio do Povo, de Porto Alegre, trabalhando dados do IBGE, com relação ao ano 2002, diz que: “Entre 1990 e 2002, a proporção de óbitos masculinos relacionados a causas violentas subiu de 14,2% para 16,3%”.

“O crime de homicídio em Minas Gerais é o que vem apresentando maior crescimento entre todos os crimes analisados e o que tem se mantido em patamares mais elevados. O crescimento da taxa média de homicídio por 100 mil habitantes no ano 2004 em relação a 2003 foi de 5,62%, o que representa uma elevação da taxa média de homicídios de 18,38 ocorrências por 100 mil habitantes em 2003 para 19,41 em 2004” (FJP, 2004).

Ressaltamos que estamos apresentando considerações referentes a pesquisas que revelam preocupações com crimes violentos, sem a indicação de que estes tenham sido cometidos

unicamente por adolescentes. No entanto, pela análise concomitante do tema, constatamos que existe relação direta entre os dados das pesquisas gerais sobre a criminalidade e o aumento da participação de adolescentes como agentes e como vítimas nas estatísticas.

Assim, partimos para a tentativa de compreensão do que contribui para que o adolescente esteja cada vez mais envolvido em tais situações. O IPEA revela: desigualdade social é uma das maiores causas da violência entre jovens – maio e junho de 2004 – número 60:

“tratam com relação à vulnerabilidade a que estão expostos os jovens pela violência é salientada no Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras 2004, do UNICEF. De acordo com o documento, em 2000, 61,7% das mortes de adolescentes de 12 a 17 anos ocorreram por causas externas. Um dado importante diz respeito à questão do gênero, pois, entre aqueles do sexo masculino, 70,1% morreram por estes fatores, enquanto a taxa entre as mulheres é de 42%. O problema também se agrava quando se analisa o contexto étnico-racial. De acordo com o Ministério da Saúde, enquanto as taxas de assassinatos entre adolescentes brancos é idêntica à média nacional (61,7%), entre adolescentes negros chega a 67,3%” (IPEA, 2004).

As taxas de homicídios entre os jovens aumentaram de 20,3 (por 100 mil habitantes) em 1993, para 54,7 em 2002. Entre a população total, o crescimento foi bem menor: de 20,3 em 1993 para 28,4 em 2002. Vale lembrar que o aumento da população juvenil em relação à população total foi maior na década: 58,2% e 39,4%, respectivamente – o que também influencia no incremento do número de assassinatos.

Dos dados apresentados tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, a questão relacionada à criminalidade, principalmente no que diz respeito a infrações cometidas por adolescentes, é preocupante, pois vem crescendo assustadoramente. As pesquisas ou considerações sempre se referem a grandes centros ou capitais. Observa-se que as ponderações são sempre em relação a 100 mil habitantes, de maneira que a apreciação dos dados coletados referentes à histórica cidade de São João del-Rei vem corroborar no sentido de esclarecer que a situação também é preocupante nas cidades menores do interior e que até a década de 80 era ou mostrava-se um tanto pacata ou com baixo índice de delinquência.

Figura XX – Dos dados levantados referentes a processos autuados, na Secretaria da Infância e Adolescência da cidade de São João del-Rei – MG.

Informações referentes aos anos	Variação dos delitos	Idade mais freqüente	Ação de adolescentes em conjunto
1980	04 tipos de delitos	19 anos	Não registrado
1995	14 tipos de delitos mais freqüentes art. 155	17 anos	Não registrado
1999	31 tipos de delitos mais freqüentes art. 16, 129, 309, 155, 21, 129 cc 137 já aparecendo o art. 10	17 anos (segundo lugar) = 18 anos – tendo aparecido também 14 anos	29 ações em conjunto
2004	24 tipos de delitos mais freqüentes art. 155, 10, 121 e 121 cumulados com outros artigos	17 anos (segundo lugar) 16 e 18 anos – tendo aparecido também 13 anos	37 ações em conjunto

Fonte: TJMG, 1980, 1995, 1999, 2004.

Observa-se, assim, com relação aos dados levantados sobre a cidade de São João del-Rei, com relação ao aumento do número de adolescentes em conflito com a lei:

- a) o aumento na diversidade dos delitos cometidos pelos adolescentes;
- b) a evolução no aparecimento das possibilidades aumentadas de delitos cada vez mais violentos;
- c) o decréscimo na idade dos adolescentes em conflito com a lei;
- d) o aumento do número de agrupamentos de adolescentes para agirem em conjunto.

Figura XXI – Dos processos autuados, nos anos levantados, referente a adolescentes de 17 anos de idade e artigo da infração.

	1980	1995	1999	2004
Artigo não identificado	01	01	-	41
Art. 155	05	08	05	-
Art. 16	-	01	08	02
Art. 129	-	-	10	03
Art. 10	-	-	02	04
Art. 21	-	-	01	02
Art. 309	-	-	01	-
Art. 12	-	-	01	-
Art. 147	-	-	01	01
Art. 28	-	-	01	-
Art. 137	-	-	01	-
Art. 31	-	-	01	-
Art. 171	-	-	-	01
Art. 14	-	-	-	02
Art. 157	-	-	-	02
Art. 121	-	-	-	06
Art. 121 cc	-	-	-	04
Outros				

Fonte TJMG, 1980, 1995, 1999, 2004.

Observa-se que, embora seja expressivo o número de processos autuados de adolescentes com 17 anos ao longo dos anos sem a devida indicação do artigo do delito, em 1995, houve um acréscimo no número de processos referentes ao artigo 155 (furto); em 1999, acréscimo significativo referente ao artigo 129 (ofender integridade física de alguém) e 16 (uso de drogas), aparecendo significativamente o porte de arma, artigo 10 em 2004 concomitantemente com o número expressivo do artigo 121 (homicídio) e 121 cumulado com 14 (tentativa de homicídio). Na cidade de São João del-Rei, considerando-se apenas processos autuados referentes a adolescentes com 17 anos de idade, das últimas décadas passadas, não houvera tentativas de homicídio ou homicídio, sendo que em 2004 o número apareceu em 06 (seis) homicídios e 04 (quatro) tentativas, apenas com agentes com 17 anos de idade.

“Taxa de homicídios mais que dobra em 20 anos

Dados dos censos e do Datasus comprovam o aumento da violência no país. Entre 1980 e 2000, a taxa de mortalidade por homicídio cresceu 130%, passando de 11,7 por cada 100 mil habitantes para 27 por 100 mil. As maiores taxas estão nos estados de PE (54), RJ (51), ES (46) e SP (42).

Considerando-se apenas os homens, a taxa de homicídios cresceu 134%, no mesmo período: enquanto, em 1980, 21,2 a cada 100 mil homens que morriam assassinados, em 2000, a proporção cresceu para 49,7 por 100 mil.

Os homens jovens, de 15 a 24 anos, são os mais afetados: em 2000, 95,6 a cada 100 mil homens dessa faixa de idade morreram, vítimas de homicídio, sendo 71,7 em cada 100 mil (ou seja, 75%) mortos com armas de fogo. Em relação a 1991, cresceu 46% a taxa de homicídios de homens jovens (era de 65,5 a cada 100 mil) e aumentou 95% a taxa dos realizados com armas de fogo (era de 36,8 por 100 mil, ou 56,2% do total)” (IBGE – Comunicação social, 13/04/2004).

A comunicação social continua, esclarecendo que a distribuição dos tipos de causas externas, os homicídios, vêm aumentando, enquanto a dos acidentes de trânsito vem caindo. Entre 1991 e 2000, a proporção de mortes por acidentes de transporte, no total de causas externas, caiu 10,4%, passando a 25% do total, enquanto a de homicídios cresceu 27,2% e chegou a 38,3% do total.

Nos óbitos masculinos, a participação das mortes por causas externas aumentou de 13% para 18% do total, entre 1980 e 2000. A faixa de 15 a 39 anos representa 59% das pessoas que morrem por esse tipo de causa, sendo 27% apenas o grupo de 15 a 24 anos. Nessa faixa mais jovem, 78,5% das mortes ocorrem por causas externas. Embora não tenha sido nosso objeto de pesquisa, esclarecemos que do total de homicídios, ou tentativas, cometidos por adolescentes em São João del-Rei, no período estudado que foi de 1980, 1995, 1999 e 2004, 100% dos adolescentes, em conflito com a lei e das vítimas, de tais homicídios ou tentativas, eram do sexo masculino. Assim como o uso de armas de fogo, que começou a aparecer em 1999 (vide figura VIII, p. 63) e foi aumentado significativamente em 2004, (vide figura XV, p.68), denuncia a maior vulnerabilidade dos adolescentes em conflito com a lei e que passam a estarem potencializados para os homicídios e tentativas que também tiveram aumento significativo (vide Figuras VIII e XV).

Com relação à arma de fogo, no Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais de 2004, da Fundação João Pinheiro no Box 4 – Homicídios em MG e a presença de armas de fogo:

“Os dados da Polícia Civil mostram que a utilização de arma de fogo para o cometimento de homicídios em MG vem crescendo de forma sistemática. De 1999 a 2004, houve um aumento de pouco mais de 50% no número de homicídios cometidos com arma de fogo em MG. Em janeiro de 1999, aproximadamente 50% dos homicídios cometidos no Estado tinham uso de arma de fogo, enquanto em dezembro de 2004 esse montante subiu para 76% dos homicídios registrados (...) Estes patamares são preocupantes, pois indicam que o aumento das ocorrências de homicídios no Estado (Box 1) pode estar diretamente associado à letalidade do meio empregado no seu cometimento” (FJP, 2004, p. 60).

De maneira singular, os dados que foram coletados, referentes à realidade dos adolescentes em conflito com a lei, na cidade de São João del-Rei, mais um vez são compatíveis com as pesquisas realizadas no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

Embora os dados coletados estejam um pouco prejudicados pela falta de registros nos documentos pesquisados, observamos que existe “intervalo de tempo significativo entre a data do delito e a autuação do processo”: conseqüentemente, a data da sentença judicial fica muito distante da época em que o delito foi cometido, o que leva, às vezes, ao entendimento da ineficácia da aplicação da medida sócio-educativa.

Considerando a medida sócio-educativa, na maioria das vezes ficou registrada como sendo a prestação de serviços à comunidade e à maioridade decretada. Em casos de necessidade da MSE (medida sócio-educativa) ser a internação, o município é desprovido de entidade específica para o atendimento adequado dos adolescentes.

É notório o aumento significativo de delitos cometidos por adolescentes, bem como a gravidade dos mesmos. De acordo com todo trabalho desenvolvido acerca de adolescência e violência, bem como com o recorte referente à realidade infracional na cidade de São João del-Rei entre 1980 e 2004, ainda com o dado extra-oficial em que acusam que de janeiro a março de 2006 aconteceram 14 (quatorze) homicídios e 28 (vinte e oito) tentativas de homicídios, denunciando os inquéritos policiais de que agressores e vítimas são adolescentes, estamos certos de que se faz necessária a reflexão ampliada, seja pelas famílias, autores, ou vítimas de tais situações; seja pelos estabelecimentos escolares, que

acolhem ou deixaram de atender aos adolescentes que passam a compor grupo de risco pela delinquência ou pela situação de vítimas.

Com a possibilidade de coletarmos dos dados oficiais (1999 e 2004) que grande parte dos adolescentes se identificam com a ocupação de “estudante” (vide Tabela II – Anexo – e Figura XVIII), ou seja, o público-estudante é composto também por adolescentes em conflito com a lei. Muitas vezes, as escolas não identificam a situação dos alunos, aumentando a possibilidade de intervirem de maneira pertinente com os adolescentes que estão prestes a cometer alguma infração. Quando tomam conhecimento, muitas vezes não têm habilidades desenvolvidas para conduzir o aluno, sofrendo, assim, o abandono da mesma por parte do aluno, que ainda necessitaria do atendimento ou simplesmente da frequência.

Gallo e Williams (2005, p. 85) se referem a estudo de Straus realizado em 1994, com o título: *Dificuldades de Aprendizagem e Baixa Escolaridade*, no qual esse autor esclarece que a capacidade verbal baixa e problemas de aprendizagem também se associam fortemente a outros fatores que contribuem para a conduta infracional. Quando tais dificuldades estão presentes, surgem dificuldades na escola e, por sua vez, tais dificuldades podem levar a uma série de problemas escolares, culminando em problemas de comportamento. Do mesmo modo, as habilidades verbais inadequadas associam-se a uma multiplicidade de problemas psicossociais. Ou seja, para a escola, a visibilidade com relação à possibilidade de algum aluno estar vivendo, ou passar a viver situação de risco, é perceptível, abrindo a possibilidade de alguma intervenção a nível de prevenção.

Na família que se escandaliza e sofre com as ações dos filhos, a falta de compreensão e habilidade em lidar com o adolescente faz com que o mesmo fuja, se afaste, se distancie. Silva (2000), na revista *American Psychological Society*, com o artigo “Violência na Família” refere a pesquisa de Straus (1994), na qual o autor afirma que os adolescentes com vínculos pouco afetivos com a família têm maior probabilidade de se envolver em infrações do que aqueles com relações familiares estreitas. Continua o autor da pesquisa: os pais de filhos em conflito com a lei têm maior probabilidade de exercer uma supervisão

inconsistente, uma disciplina incoerente e inadequada e menor probabilidade de saber onde seus filhos estão ou com quem eles estão. Assim, o autor do artigo conclui que estudos mostram que a disciplina pouco consistente e ineficiente imposta pelos pais está associada ao comportamento delituoso.

“Gallo e Williams (2004a, 2004b) constataram que 40,7% dos adolescentes em conflito com a lei de uma cidade de porte médio viviam com ambos os pais e 43,1% viviam somente com a mãe. As famílias monoparentais sofrem impacto mais severo de inúmeros fatores de risco” (*apud* Gallo, 2005, p. 87-88).

A sociedade atual vive apreensiva, preocupada, amedrontada, tentando entender o que de fato está acontecendo, tecendo ingenuamente “diagnósticos” pontuais a cada notícia de homicídio, na maioria das vezes em relação ao agressor, não se dando conta de que o sintoma da violência vivido em São João del-Rei pode estar similar ao fenômeno que ocorre com adolescentes em todas as capitais e grandes centros do Brasil, denunciando assim, o abandono, a falta de desenvolvimento de política pública que possa de maneira dinâmica, diversificada, continuada, atender às necessidades básicas para o desenvolvimento adequado de qualquer ser humano.

Gallo (2005, p. 89, 90) cita Gomide (2000) quando considera a Violência no Meio Social. Na pesquisa, Gomide afirma que a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura auxilia na compreensão do efeito de filmes violentos para o desenvolvimento de comportamentos agressivos. Os espectadores aprendem a se comportar agressivamente a partir de um modelo que é reforçado pelo seu comportamento agressivo. A maioria dos heróis de filmes violentos justifica seu comportamento violento por estar em defesa de valores ligados à família, governo, território etc. Gomide continua mencionando dois trabalhos de Bandura, afirmando que essa justificativa permite que, após assistir a muitas horas de programas violentos, os espectadores deixam de considerar aqueles comportamentos agressivos como sendo desviantes, passando a aceitá-los como maneira apropriada para resolver problemas reais. É importante ressaltar que a informação exibida pela mídia é mediada por fatores como família, escola e percepção individual, e a mera exposição não é suficiente para desenvolver comportamentos agressivos. Assim, com a inconstância do olhar da família que passa por transformações, com a banalização da violência pelos meios de comunicação e

pela sociedade, é como se o adolescente estivesse mais vulnerável à prática delituosa, inclusive com a justificativa da defesa própria.

É certo que o adolescente é inserido em contexto familiar, escolar e social que, por sua vez, está inserido em contexto histórico e geográfico. Fatores como drogas e pobreza são significativos. Costumam ser apontados como fatores de risco para a conduta infracional.

Meneguel *et al.* (1998, p. 327-335) asseguram que, nas escolas, o discurso é construtivista, embora a violência simbólica esteja explícita ou mascarada, e o aluno ‘agressivo’, que não se reenquadra nas normas vigentes, acaba expulso ou convidado a se retirar. Citam Fernandez (1992): “Os mesmos professores que, em teoria, consideram que ser um bom aluno não tem nada a ver com submissão, valorizam positivamente situações que incluem a obediência e repetição e desvalorizam alunos em situações de agressividade, porque não se encaixam no modelo inconsciente do que é ser um bom aluno”. Assim, caracterizar o comportamento de um jovem como agressivo na escola pode ser uma forma velada de violência, um estigma de desprestígio, que os discrimina no mesmo rótulo de marginalizados, delinquentes, infratores ou perigosos. Portanto, é necessário o cuidado nas observações, no trato com os “diagnósticos”, pois a escola estaria para educar, e não para rotular. Observamos que o lugar ocupado por alguns alunos, nos bancos de escolas, que são adolescentes em conflito com a lei, são lugares estigmatizados, o que em nada colabora para a recuperação ou a reeducação dos adolescentes; muito pelo contrário, pode fascinar outros adolescentes.

Esses autores (1998, p. 327-335) se referem a Eisenstein e Souza (1993) quanto à disciplina na família: a disciplina necessária na educação dos filhos fundamenta-se na idéia, culturalmente aceita, da dominação dos pais sobre os filhos, perdendo-se o limite entre punição física como norma educativa ou agressão. Considera-se abuso as agressões infligidas pelos pais no processo disciplinar dos filhos. Na definição de abuso físico, estão presentes a intencionalidade e as conseqüências do ato agressivo, assim como os critérios de valor da sociedade. “A sociedade em que vivemos, com seu quadro de violência e destruição, não oferece garantias suficientes de sobrevivência e cria uma nova dificuldade

para o desprendimento. O adolescente, cujo destino é a busca de ideais para identificar-se, depara-se com a violência e o poder e também os usa” (ABERASTURY, 1981, *apud* LEVISKY, 1997).

“Neste tema tão complexo e sujeito a vieses, fica difícil explicitar até onde o adolescente está exteriorizando uma conduta “agressiva” como uma reação de defesa à violência estrutural da sociedade, ou quando há uma intenção deliberada de infligir dano ou sofrimento a outrem. Em suma, em que momento eles são transformados de vítimas em réus. “A percepção da sociedade em relação aos menores infratores é a de pivetes que roubam e matam; logo, incomodam o bem-estar social. A sociedade os vê como agentes da violência. Pouco se fala destes indivíduos enquanto vítimas ou potenciais cidadãos” (Minayo & Assis, 1993). O comportamento agressivo dos adolescentes certamente está articulado com as múltiplas formas de violência, explícitas ou não, que eles vivem no âmbito da família, da escola e de outras instituições da sociedade, muitas das quais com a função precípua de protegê-los” (MENEGUEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

É difícil localizarmos um início da questão que implica violência no comportamento dos adolescentes. No entanto, o conjunto da pesquisa teórica sempre indicou a questão relacionada com a violência doméstica ser um indicativo, de possibilidade, de compor uma das causas da violência vivida pela comunidade. Entendemos ser importante situarmos a constelação de pais dos adolescentes hoje, em grande parte foram pais ainda na adolescência ou em início da vida jovem, são sujeitos simples e carentes de referências que poderiam alterar o ciclo de estilo em criar filhos. Trazem o agravante de terem incorporado o discurso de que “não podem bater”, assim como era o modelo que tinham de educar filhos. Infelizmente, não batem, “mas também não olham” o que está sendo feito ou vivido pelos próprios filhos, pois, se verem o que está sendo feito de errado, não contam com recursos pertinentes à correção adequada do comportamento dos filhos. Faltam modelos, referências, de educarem seus filhos “sem baterem”.

A população de adolescentes atualmente de 15 (quinze) anos são filhos que nasceram em grande parte junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Os de 16, 17 e 18 anos (que mais aparecem como infratores em 2004), estavam com um, dois ou três anos, respectivamente à época da implementação da lei. Portanto, presumimos que já vêm sendo criados com a perspectiva de “não poderem apanhar”. Da perspectiva do pais, lemos assim: “não podemos olhar, pois não podemos mais corrigir nossos próprios filhos”, perfazendo uma desorganização generalizada no ato de criar filho.

Pesquisas vêm sendo desenvolvidas no sentido de se compreender como, onde e quando intervir, ou comprometer adultos responsáveis pela educação de crianças e adolescentes de maneira adequada, sem exposição a violências que, em nosso dia-a-dia, estão banalizadas pela desvalorização das relações duradouras, pelos meios de comunicação como a TV e pelos discursos e referências de valorização à vida de marginalidade presente em grupos de músicas que são amplamente divulgadas e que pela realidade transmitida fazem tanto sucesso.

Uma pesquisa desenvolvida por Meneguel *et al.* (1998, p. 327-335) constatou que, na existência de comportamentos agressivos em adolescentes, não se deve deixar de pensar em violência doméstica. No entanto, outros autores já consideram em suas pesquisas que a violência doméstica não tem sido citada como fator de distúrbios emocionais em jovens (Assis, 1991). Assim, eles chegaram à sugestão de se olhar a violência doméstica e propor formas educativas alternativas no âmbito da escola, da família e da sociedade, para que essa sociedade “não precise se fundamentar na ética perversa que necessita promover a morte do novo na figura de seus jovens”.

“Ficou evidente que o trabalho com adolescentes em crise deve ser realizado junto à família. O adolescente com comportamento violento está denunciando alguma coisa, quer seja maus-tratos, abuso sexual, solidão, dor. Articulando-se com a família, a escola e a equipe de saúde somam esforços e, certamente, muitos nós poderão ser desatados. O papel do professor é valioso: identificando situações, encaminhando, ouvindo a família, acolhendo. Começa aqui a atuação interdisciplinar” (CRUZ NETO *et al.*, 1993, *apud* MENEGUEL *et al.*, 1998, p. 327-335).

Como já foi descrito, os homicídios cometidos por adolescentes têm aumentado significativamente, de acordo com a pesquisa desenvolvida em Ribeirão Preto, por Kodato e Silva (2000, p. 505, 515). Quanto aos homicídios cometidos por adolescentes e fatores associados à discussão, nos esclareceram que o contexto social, onde acontecem os fatos, mostra evidente pobreza, não se assumindo relação direta entre miséria e criminalidade.

“A criminologia crítica, Taylor, Walton & Young (1980), há muito, apontaram com clareza que a questão fundamental é a produção das leis e a atuação

enviesada das instituições de controle social da violência, ‘que só identifica como criminoso o delinqüente oriundo das classes populares’ (Zaluar, 1996, p. 67). Tal reconhecimento, contudo, não exclui aquele relativo à existência de configurações infracionais ligadas a determinadas classes sociais. E, na problemática estudada, ou seja, homicídios, fica bastante clara a sua relação com as condições de extrema pobreza, bem como com os fatores a ela inerentemente vinculados, em especial a busca por uma alternativa econômica e de sobrevivência, encontrada por esta população no mundo do comércio das drogas.

Os autores da referida pesquisa continuam: a exposição aos estímulos e as oportunidades de pequenos delitos e de envolvimento com o comércio das drogas parecem ainda vinculadas também à constituição familiar, ou melhor, à rede de apoio dos adolescentes, em especial à ausência de figuras que possam exercer um papel de apoio e proteção à vulnerabilidade e ao risco. Kodato e Silva se referem ao início do envolvimento dos jovens com o tráfico, coincidindo com o momento de introdução do jovem na vida adulta. Assim se referem a Pinheiro (1997):

“muitos jovens tentam compensar a marginalidade aderindo às gangues de rua, enquanto outros se envolvem no tráfico de drogas. O crime se torna a maneira mais fácil e rápida de ter mobilidade social e canais ‘respeitáveis’ para tal mobilidade são cortados amplamente” (p. 46).

Kodato e Silva, assim, chegam à constatação de que, numa predestinação ao ilícito, a extrema pobreza e a falta de opções empurram o adolescente para a marginalidade e a criminalidade, ao mesmo tempo em que ele é ideologicamente capturado pelos sonhos de consumo e grandeza, veiculados pela mídia e valorizados socialmente como sinônimo de felicidade e sucesso.

“Para Castro (1998, p. 18), ‘as construções identitárias da contemporaneidade apontam, também, na direção da radicalização do individual, onde o sujeito apenas se reconhece na apoteótica realização dos ditames da cultura de consumo’. A falta de condições dignas de sobrevivência, a frustração diante de tantas oportunidades virtuais de consumo são elementos para se pensar a prática infracional, de certa forma, enquanto uma conduta reativa. A atividade ilícita é perpetrada no sentido de suprir uma falta, uma carência no plano material e simbólico, busca desesperada de satisfação que acaba redundando em morte” (KODATO e SILVA, 2000, p. 505-515).

Na discussão com relação aos fatores associados na questão da violência entre adolescentes, a medida sócio-educativa aplicada ao adolescente infrator, também é

considerada pelas autoras. Asseguram que, de maneira geral, as escolas não oferecem condições para os adolescentes mudarem a trajetória de envolvimento com o crime. De acordo com a amostragem estudada, os adolescentes são insuficientemente instruídos, compõem contingente de alunos repetentes, que acabam evadindo ou sendo expulsos da escola. Piora a situação quando o adolescente já teve envolvimento com a Justiça na Vara da Infância e Juventude, e as medidas aplicadas não são suficientes para oferecer novos referenciais e possibilidades de ressignificação do papel social desses adolescentes. Quando internados, a medida é marcada pela inatividade, pelo ócio, não conseguindo cumprir, assim, o caráter sócio-educativo de reeducação. A maioria dos adolescentes reincide e procura fugir da instituição ou, quando saem, retornam ao mundo do crime.

“Com relação ao autor do homicídio, a maior parcela não é identificada pela morosidade nas investigações, sendo poucos os casos de efetivação da prisão do autor do homicídio. Além de dificuldades técnicas, articulam-se a falta de recursos materiais, a ausência de vontade política de setores da polícia que, capturados por determinados agenciamentos ideológicos, podem vir a entender a morte de adolescentes infratores como ‘higiene social’. Ao mesmo tempo, há que se considerar que, quando ocorre a identificação, poucas são as possibilidades de re-socialização destes autores, sejam eles adultos ou adolescentes. Cumprindo pena ou medida sócio-educativa em instituições com reconhecida dificuldade de efetivação de seu papel, numa cultura infracional e num contexto extremamente complexo de disputas, dificilmente os autores de homicídios conseguirão romper com o círculo repetitivo do fenômeno, podendo sempre ser a próxima vítima” (*idem*).

As autoras também se referem, além das questões referentes às escolas, às instituições, à polícia, à questão dos processos que parecem não se completarem, inexistindo informações e finalizações, desde o abandono ou exclusão da vida escolar, até o próprio inquérito que investiga o homicídio.

“Essa realização parcial indica o descaso com a efetiva recuperação e reintegração do adolescente. Se a prioridade na proteção, execução de políticas sociais e destinação preferencial de recursos públicos não está sendo executada, isto certamente implica uma deterioração maior ainda no nível de vida dos adolescentes, em especial dos provenientes de camadas pobres. Nesse sentido, podemos considerar os homicídios como decorrentes diretamente do fracasso das instituições que não cumprem com seu papel prescrito socialmente. Mais do que isto, algumas delas criminalizam ainda mais o adolescente, ao invés de lhe oferecer um atendimento adequado” (*idem*).

Assim, na situação em que adolescente mata adolescente, existe a mediação de adultos, seja através de quadrilhas, seja através de instituições que desvirtuam seu papel. Kodato e Silva (2000) asseguram que o aumento de adolescentes que assumem a autoria dos homicídios é assustador, indicando que em anos de políticas e práticas institucionais e sociais mal conduzidas e eivadas de equívocos geraram e repetiram, em determinados segmentos populacionais, como mecanismo de sobrevivência e canal de ascensão social, formando, assim, uma geração de adolescentes submetidos à vitimização e/ou à propensão à infração e ao delito.

“Como conclusão, pode-se afirmar que a delinquência e as condições de vida que levaram à morte os adolescentes são fruto de uma sincronização de fatores, onde, além da fragilidade institucional, observa-se como determinantes a disputa pela apropriação de bens materiais, o embate de interesses financeiros e de comercialização de entorpecentes e um modo determinado de produção de subjetividades, cujo destaque pode ser dado à recorrência à resolução de conflitos de forma não mediada e violenta” (p. 505-515).

Nos estudos de Nogueira e Pimenta, apresentados na ANPED 2005, são extrapoladas as questões relativas aos fatores socioeconômicos ou comportamentais. No entendimento referente ao comportamento agressivo de adolescentes, trabalham em torno da relação da Escola e a Violência. Os autores chegaram à conclusão que existem outras expressões de socialização que gravitam no “clima escolar” além das violências na escola. Assim, aceitam que a violência é a resultante das agressões não-físicas de pessoa-pessoa, grupo-pessoa ou grupo-grupo e que seus fatores geracionais só podem ser banalizados por indicadores de desigualdades sociais, do dinheiro e do poder ou pela falta de atividades para jovens e pela discriminação. O recorte dos autores se dá mais especificamente na violência na escola. Esclarecem que não é possível isolar as violências na escola das violências existentes na sociedade. Ou seja, relação entre sociedade-escola, tempo e espaço, histórico-institucional, socioeconômico, político e cultural resultam em manifestações de violências. Culturalmente, devemos buscar a revelar os enigmas, o simbólico ou o significado das teias que o próprio homem teceu. Qualquer compreensão da violência só é consistente se capturarmos suas dimensões plurais.

Nogueira e Pimenta acrescentam que, no espaço da solidão, cada vez mais presente nos mundos da contemporaneidade, a violência se constitui. Ou seja, as sugestões aplicadas no contexto escolar demonstram que a instituição não percebeu que os processos de socialização já não residem na “homogeneização”, na “monovalência” da razão ou na “padronização” dos comportamentos. Assim, as manifestações no espaço escolar podem ser entendidas como inversão de ordem, podendo se dar na forma de silêncio, de astúcia, de luta, de passividade, de humor e de resistência à imposição de um poder autoritário que exclui, marginaliza e impõe uma determinada cultura. Ou seja, os processos se estabelecem num misto de sentimentos, ritos, paixões, imagens, símbolos, diferenças que questionam as certezas (religiosas, políticas, teóricas, educacionais e trabalhistas).

“Ao analisarmos as pesquisas sobre violências na escola, observamos que o trato com esse tema enfrenta uma série de dificuldades e equívocos. As dificuldades aparecem quando o pesquisador não reconhece que a violência é um fenômeno complexo, multifacetado, ambíguo e polissêmico e os equívocos ocorrem quando os olhares são preestabelecidos, em face da visão de ordem social, de mundo ou da posição sociocultural de quem observa.

Resta-nos deixar consignado que as violências não são fatos isolados ou resultantes de desigualdades econômicas. Caso insistamos nessa trajetória, perderemos – pesquisadores, instituição e envolvidos nesse processo –, a oportunidade de contribuirmos na configuração de um modelo de sociedade que evite a instauração definitiva de uma cultura individualizante, intolerante e técnica”.

Marília Pontes Sposito, da Faculdade de Educação – USP, em trabalho realizado em 2001, com relação a trabalhos científicos produzidos sobre o tema Juventude e Educação, a distribuição da produção em juventude por tema/período com relação a “Jovens e violência” ficou assim distribuída: em 1980/1984 = 1,8%, 1985/ 1989 = 1,4%, 1990/1994 = 3,9% e 1995/1998 = 3,3%. Outras observações que a pesquisadora faz, sendo pertinentes e significativas, são quanto ao

“conjunto de temas considerados emergentes, compreendendo 10% do total da produção, porque alargam o espectro de investigações e revelam, ao mesmo tempo, eixos ainda pouco explorados, como é o caso dos jovens em sua relação com a mídia, os grupos juvenis e a violência. No entanto, surpreende a minguada participação da temática racial ou étnica – crucial para uma compreensão mais densa da sociedade brasileira e das desigualdades educacionais – nas pesquisas sobre os jovens e adolescentes, perfazendo 1% do total da produção sobre juventude, somando apenas 4 trabalhos. Os estudos sobre juventude e gênero

estão escassamente disseminados em alguns dos subtemas, evidenciando, ainda, sua fraca presença na pesquisa discente.

(...) a pesquisa discente retrata, na verdade, a inércia do sistema escolar público no Brasil, que não consegue enfrentar essa realidade de modo satisfatório. Mas é evidente que experiências de políticas públicas recentes, sobretudo no âmbito municipal, poderiam estar apontando outros caminhos, demandando, assim, um conjunto novo de investigações.

(...) Assim, apesar do volume significativo de teses e dissertações, pode-se afirmar que ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude”.

A ciência tenta desenvolver trabalhos que possam indicar fatores que interferem ou favorecem a questão da violência. Enquanto a compreensão está sendo construída, percebemos a inquietude das pessoas da sociedade de maneira geral, desenvolvendo mecanismos de se protegerem a qualquer custo, tornando as diferenças entre as pessoas ou entre os grupos cada vez mais significativas e preocupantes. Assim, a confiabilidade das pessoas infelizmente não aposta na justiça, conforme dados do IBGE:

“Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE-PNAD, 1990) investigou o comportamento social face à Justiça Pública. Os resultados são surpreendentes. Eles revelaram que, no período de outubro de 1983 a setembro de 1988, 55,20% de todas as pessoas que se envolveram em diferentes conflitos (trabalhista, criminal, conjugal, desocupação de imóvel, pensão alimentícia, conflito de vizinhança, conflitos por posse de terra, cobrança de dívida, herança) não recorreram à justiça. Entre estes, o motivo preponderantemente alegado foi: ‘resolveu por conta própria’. 42,69% das razões alegadas para não interpor ação judicial se classificam nessa ordem de motivos. Acresce notar que 23,77% dos entrevistados revelaram não confiar nos serviços jurídicos e judiciais. Esses dados são indicativos da baixa confiabilidade nas instituições públicas e, em particular, na Justiça. A Justiça não é vista, pelos cidadãos, como instrumento adequado de superação da conflitualidade social” (IBGE, PNAD, 1990).

Sérgio Adorno (2002), em levantamento realizado sob o título: “Exclusão socioeconômica e violência urbana”, chega ao desvendamento de alguns mitos com relação aos estudos realizados que sustentavam a causalidade entre violência, delinquência e pobreza. Estudos de Zaluar (1994, 1999), de Coelho (1987), de Beato (1998) e Saporì e Wanderley (2001) contestam profundamente essa associação.

“Observando o comportamento da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1980 e 1983, período caracterizado pela crise econômica e por elevadas taxas de desemprego, Coelho constatou o declínio das taxas de

homicídio, de estupro e de roubo. Estudando os determinantes da criminalidade no Estado de Minas Gerais, Beato concluiu que os municípios de menor incidência de crimes são justamente os mais pobres; ao contrário, a riqueza e a circulação de dinheiro estão mais associadas à maior incidência e prevalência de crimes, em especial os violentos. Beato e Reis (1999) não identificaram qualquer correlação positiva entre as taxas de desemprego urbano no Município de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, e as taxas de criminalidade. Saporì e Wanderley, por sua vez, observando quatro regiões metropolitanas do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul – aplicaram testes estatísticos (medida de Granger e testes econométricos) e não encontraram indícios significativos de que as variações nas taxas de desemprego implicassem variações, presentes ou futuras, nas taxas de criminalidade. Por fim, em seu estudo sobre as relações entre renda, desigualdade social e violência letal, Cano e Santos (2001) afirmam não ser possível identificar clara influência da renda sobre as taxas de homicídio” (p. 84 -135).

Recente estudo (PAES DE BARROS, *et al.*, 2000, p. 123, *apud* ADORNO, 2002) desenvolve a hipótese segundo a qual “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. Em segundo lugar, acreditamos que os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira – uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social (p. 84-135).

As diferenças que promovem a exclusão de sujeitos favorecem ao crescimento de grupos compostos por excluídos que de certa maneira tentam se organizar para viverem situação da condição social de existência de vida com qualidade adequada:

“Registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com déficits sociais e de infra-estrutura urbana, como aliás sugerem os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras (CEDEC, 1996 e 1997; vide também Dillon Soares, 2000; Cano, 1998; Cano e Santos, 2001; Cardia e Schiffer, 2000). Por exemplo, no Município de São Paulo, no ano de 1995, enquanto a taxa de homicídios era de 42,59 ocorrências por 100.000 habitantes, alguns bairros da periferia urbana acusavam taxas muito mais elevadas: Jardim Ângela, 111,52 ocorrências/cem mil; Grajaú, 101,68 ocorrências/cem mil; Parelheiros, 96,80 ocorrências/cem mil. Trata-se de bairros onde é precária a infra-estrutura urbana, onde são elevadas as taxas de mortalidade infantil, onde a ocupação do solo é irregular e, quase sempre, ilegal e onde é flagrante a ausência de instituições públicas encarregadas de promover o bem-estar – sobretudo acesso a lazer para crianças e adolescentes – como também de instituições encarregadas de aplicar lei e ordem. A presença destas agências é, não raro, associada aos fatos que denotam violência desmedida, repressão inconstante e descaso de atendimento nos postos policiais. Em compensação, em um bairro como Perdizes, onde habitam preferencialmente

cidadãos procedentes das classes médias profissionalizadas, a taxa é de 2,65 homicídios/cem mil habitantes (CEDEC, 1996). Nesse bairro, predominam adequadas condições de vida, circulação e acesso ao comércio e ao lazer. Como se vê, é acentuada a distribuição desigual do direito à vida” (*idem*).

Com tais resultados, podemos passar a pensar questões relacionadas aos direitos humanos, que sempre estão em evidência, mas as que os trabalhos apresentados denunciam são extremamente significativas aos fatos que vêm ocorrendo na sociedade, principalmente tendo os adolescentes como atores. Como falar de direitos humanos, numa sociedade onde são evidentes e extremas as desigualdades sociais, onde os direitos fundamentais – ao trabalho, à educação, à saúde, direitos fundamentais ligados à dignidade da pessoa, não estão universalizados, assegurados para todos os cidadãos. Tais carências não resultam exclusivamente de um modelo de desenvolvimento econômico-social incompleto. Pobreza, exclusão, desigualdades sociais são da ordem da Justiça Social. Além do reconhecimento dos direitos e a superação de tais questões, seria necessário também o reconhecimento do espaço – o espaço – público, como um lugar possível de realização do bem comum. Ou seja, construção de repertório de normas, princípios gerais, onde poderia se dar intolerância e resistência moral dos cidadãos para com a violação de seus direitos fundamentais – principalmente o direito à vida. A vida, então, como bem mais precioso, onde se encontram edificados os demais direitos como: liberdade, igualdade, propriedade e segurança. Daí as conexões entre justiça social e justiça penal, entre a redução do hiato entre direitos políticos e direitos sociais, por um lado, e a preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana, assim não seria uma exigência apenas de pacificação social, mas de cidadania democrática. Na sociedade brasileira, onde não prevalece o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, onde muitos se encontram à mercê de poucos, onde a vida de muitos não tem o mesmo valor e o significado da vida de alguns, somente pode ser instituída a “guerra de todos contra todos como modo de funcionamento regular e normal. Daí que a violação de direitos humanos não seja menos escandalosa que a desigualdade social e o espectro de pobreza”, conclui Adorno (2002, p. 84-135).

Frente a tais aspectos, à problemática apresentada pela sociedade, às diferenças sociais, à exclusão social, consideramos também a questão relacionada ao cumprimento das medidas sócio-educativas. Para tal, trabalhamos pontos relacionados ao trabalho desenvolvido por

Denise Maria Fonseca Paiva, em trabalho apresentado na ANPED em 2003, assegura que, além de questões como a superlotação, maus tratos, tortura e falta de capacitação dos recursos humanos, ainda existem casos de violência culminando com rebeliões e mortes de adolescentes, que ainda se apresentam fragilizadas a integração operacional e a articulação entre os operadores do sistema. Assim, muitas são as queixas ou críticas de representantes desses diversos segmentos dos sistemas, destacando-se a omissão dos Conselhos de Direitos, conflitos com a sociedade civil ou entre o Judiciário e o Ministério Público, por exemplo. Vale dizer sobre a fragilidade do sistema de aplicação de medidas sócio-educativas, não privativas de liberdade, a baixa municipalização do sistema e a falta de unidades descentralizadas nos “Estados.

“Os conselhos de direitos ainda estão frágeis para exercer de fato o seu papel de fiscalizador da política de atendimento sócio-educativo e a integração dos diversos órgãos necessita ser buscada em diversas unidades da Federação. Nessa mesma linha, o direito ao devido processo legal e as garantias estatutárias do adolescente, inclusive de acesso à defesa, precisam ser disponibilizados aos adolescentes com a máxima urgência.

Não houve ainda a assimilação por parte do Estado do princípio constitucional da prioridade absoluta e da incompletude institucional. As lentas mudanças ocorridas devem-se a movimentos de pressão, principalmente por parte do Ministério Público, do Judiciário e dos Conselhos, em alguns estados.

Pode-se afirmar que a adequação do sistema de atendimento do Estatuto é um processo ainda em curso e, em alguns casos, lento e penoso, com avanços e retrocessos. Há importantes progressos conceituais e formais, algumas mudanças positivas nos programas e na sua operacionalização, e muito ainda por fazer no que diz respeito às instituições e às práticas cotidianas.”

É certo que frente os delitos apresentados, cada vez mais requintados e ousados, a idade dos adolescentes em conflito com a lei é cada vez menor e o impacto perante a sociedade cada vez mais significativo. Faz-se necessário pensar e analisar as possibilidades de aplicação de medidas sócio-educativas, pleiteando sempre a recuperação dos adolescentes. É necessário, portanto, visibilidade dos recursos existentes e como têm funcionado.

A situação das unidades de internação brasileiras pode ser assim sintetizada:

“No que se refere ao Ambiente Físico das unidades, 71% não são consideradas adequadas às necessidades da proposta pedagógica. As inadequações variam desde a inexistência de espaços para atividades esportivas e de convivência até as péssimas condições de manutenção e limpeza. É preciso ainda salientar que,

dentre aquelas consideradas adequadas, algumas o são mais para a manutenção da segurança do que para o desenvolvimento de uma proposta verdadeiramente sócio-educativa, visto que muitas unidades mantêm características tipicamente prisionais. Além disso, em muitas unidades, em que pese possuïrem equipamentos para atividades coletivas, os mesmos não são utilizados.

Quanto à Educação Escolar, 99% das unidades oferecem o Ensino Fundamental e 63% oferecem o Ensino Médio. A maioria o faz através da inserção de escolas públicas dentro das unidades. Não obstante o avanço deste percentual, em especial no que se refere ao Ensino Fundamental, 14% ainda não oferecem certificação e inúmeras dificuldades são enfrentadas, destacando-se a freqüente inadequação da escola às especificidades dessa população e a pouca articulação com as outras atividades desenvolvidas na unidade. Além disso, são referidos problemas com relação à inadequação e/ou insuficiência de salas para desenvolvimento das atividades escolares, além da falta de professores nas unidades e a insuficiência da capacitação dos mesmos para atuarem junto a esses adolescentes.

O Mapeamento revela que 85% das unidades pesquisadas oferecem ações de Profissionalização. Neste item, revela-se a maior ou menor capacidade para o estabelecimento de parcerias, seja com organizações governamentais ou não-governamentais. Muitas vezes, as ações de profissionalização são realizadas de forma não sistemática e não inseridas em uma política estadual de profissionalização, dependendo da iniciativa de cada direção ou dos próprios funcionários, que ministram cursos de forma voluntária.

Entre os critérios adotados para encaminhar os adolescentes para os cursos, destaca-se o comportamento/disciplina, utilizado por 42% das unidades – o que indica, muitas vezes, a utilização da profissionalização como ‘prêmio’ por um comportamento considerado ‘bom’ – e a escolarização, registrando-se que a baixa escolaridade dos adolescentes constitui grande obstáculo para o oferecimento de cursos profissionalizantes. O critério gênero, embora referido apenas por 6% das unidades, na verdade é revelado ao se observar que os cursos oferecidos às meninas em geral são diferentes dos oferecidos em unidades masculinas.

As principais dificuldades apontadas para o oferecimento da profissionalização apontam para a não-relação com as necessidades regionais e locais do mercado de trabalho, com o número reduzido de vagas e com a insuficiência da carga horária dos cursos, que não permite uma verdadeira preparação para o trabalho” (*idem*).

Podemos, assim, constatar que as dificuldades vão de questões administrativas passando por problemas de adequação de profissionais devidamente preparados, treinados com aptidão e conhecimento teórico e prático para atendimento das necessidades de jovens que necessitam construir novos modelos de referências, para finalmente incorporarem a necessidade e possibilidade de “mudarem de vida”.

“A Compilação das Denúncias de Violação de Direitos nas Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei (estudo nº 2) foi realizada com base em documentos que tratavam de denúncias a respeito das unidades de

privação de liberdade destinadas a adolescentes em conflito com a lei, especialmente os relatórios da IV Caravana Nacional dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (2001) e Brasil – desperdício de vidas, da Anistia Internacional (2000), além de outros trabalhos acadêmicos, artigos e reportagens de periódicos.

Buscou-se, nesse estudo, fazer um levantamento e sistematização de denúncias sobre a violação de direitos nas unidades de internação de adolescentes” (*idem*).

Fica-nos evidente que, para o sucesso da aplicação da medida sócio-educativa, é necessário ter trabalho paralelo com a comunidade, mas principalmente com a família no sentido de alterar significativamente as relações, os limites, a organização, a disciplina no dia-a-dia do adolescente quando estiver de volta ao seu meio, indicando a necessidade de trabalho em rede, ou seja, o desenvolvimento de várias frentes, todas convergindo à recuperação de grupo maior, não apenas pontualmente o adolescente tido como “infrator”, ou “sujeito de situação de risco”.

“Perspectiva de Jovens do Rio de Janeiro e seus Familiares, realizado por um grupo de pesquisadores da FIOCRUZ, tinha como objetivo compreender como os adolescentes em conflito com a lei e seus familiares vivenciam o período de restrição de liberdade e como pensam o futuro do jovem após o término do cumprimento da medida sócio-educativa.

O trabalho foi desenvolvido no mês de outubro de 2002, como um aprofundamento do estudo nº 1, em cinco unidades de cumprimento de medida sócio-educativa de restrição de liberdade existentes no Estado do Rio de Janeiro, pertencentes ao Departamento Geral de Ações Sócio-educativas – DEGASE.

Em cada uma das cinco unidades, foram feitos: um grupo focal (entrevistas em grupo) com adolescentes internados e um com familiares de adolescentes em restrição de liberdade, totalizando dez encontros, que foram gravados, transcritos e analisados. Participaram dos grupos trinta adolescentes (seis do sexo feminino), vinte e cinco mães, dois pais e três avós.

A noção de ‘cadeia’ revela a falha sistemática em relação à proposta sociopedagógica. Por outro lado, as falas dos jovens, que se repetem nos depoimentos dos familiares, refletem, de um lado, a realidade com que são tratados durante a passagem pelo sistema; de outro, a visão punitiva cristalizada na sociedade e exercida por um segmento de funcionários das unidades. Todas as imagens das famílias estão imersas em expressões utilizadas no universo prisional. O perfil predominante das percepções dos pais entrevistados é o de que o período passado na instituição seria uma chance de o adolescente refletir sobre seus atos e mudar a orientação da sua vida” (*idem*).

Assim, ampliando a visibilidade do que vivem os adolescentes e seus familiares, percebemos que a aplicação da medida sócio-educativa em determinados casos fica muito

próxima à noção de cadeia, inclusive com a utilização de “gíria” comum. Precário também é o retorno de adolescentes que estiveram internados, pois são restritos os programas que podem facilitar a inclusão social dos mesmos.

Segundo o estudo apresentado por esses autores, a maioria dos adolescentes não consegue estabelecer metas para o futuro. Geralmente, são encaminhados para a escola e para algum tipo de trabalho. Falta um plano estratégico que dê sustentação às ações educativas que incentivem atividades concretas, capazes de dar respostas positivas ao crescimento e desenvolvimento de jovens internados ou em semiliberdade.

O impasse vivido pelos adolescentes já se tornou tema de preocupação em nível de saúde pública, como mostra o trabalho “Mortalidade de adolescentes no Brasil, 1977, 1980 e 1985”. Magnitude e tendências foi o tema trabalhado por Lolio *et al.* (1997):

“Foi analisada a mortalidade da população adolescente (10-19 anos) residente em nove Unidades brasileiras nos anos de 1977, 1980 e 1985, segundo estratos de idade (10-14, 15-19), sexo e causa básica da morte. A mortalidade foi maior para o grupo etário 15-19 anos, masculino. A mortalidade por causas externas predominou em todos os estratos, sendo maior para as regiões metropolitanas do sudeste urbano, e crescente no decorrer dos anos para essas regiões. As doenças crônicas (câncer e doenças do aparelho circulatório) foram também freqüentes como causa de morte neste grupo, embora em muito menor proporção do que as causas não-naturais.

A análise das causas externas, quanto à circunstância das mesmas, ficou prejudicada pela má qualidade da certificação dos óbitos, por causas não-naturais, em três Unidades da Federação; onde a qualidade era boa e o número de óbitos flutuava pouco (populações maiores com taxas mais estáveis), grande parte dos óbitos devia-se a homicídio e acidentes de trânsito, notadamente ao primeiro. Como indicado por Wong (1988), para São Paulo, aumentos da mortalidade de adolescentes, sobretudo devido às causas violentas, dependem do processo de metropolização por que passa o país, em especial o Sudeste urbano. E o maior risco está associado à condição de ser homem e ser adolescente. Infelizmente, devido à limitação dos dados, não foi possível o estudo das mortes violentas no Estado do Rio de Janeiro, onde se esperariam altas taxas de mortalidade por homicídios, quer na Capital, quer no Interior.

O presente estudo alerta para a precária situação de vida da população metropolitana dos grandes centros urbanos do País, especialmente em relação à violência em adolescentes” (p. 48-489).

Corroboraria os dados até então apresentados algumas informações como: “33,49% da população carcerária sob custódia da subsecretaria de administração penitenciária, segundo a faixa etária está entre 18 e 25 anos de idade – p. 66 – Subsecretaria de Administração Penitenciária (SUAPE) – janeiro 2005” e ainda:

“o grau de escolaridade dos presos é excessivamente baixo. Conforme demonstra o quadro, 7,78% dos criminosos não possui, sequer o 1º grau, o que parece confirmar a hipótese de serem os indivíduos jovens e com baixa escolaridade os mais vulneráveis ao sistema criminal” (p. 66). Na página 68, 2ª parte indica: “a maioria dos internos exerciam profissões que exigem baixo nível de instrução formal, tais como trabalhadores no comércio (16,52%), ocupações relacionadas à construção civil (13,85%), empregado no campo (10,34%), entre outras.

De acordo com os dados fornecidos, se analisa que mais de 50% da população carcerária tem entre 18 e 30 anos e, ainda, que 60,20% da população total de presos possui 1º grau incompleto. Como a maioria dos presos tem baixo nível de escolaridade e grande parte trabalha como trabalhadores no campo, comércio, e na construção civil (somados chegam a 40,71% do total), é possível então concluir que uma razão para o cometimento do crime é a necessidade de manter um padrão de vida mínimo, que não poderia ser conseguido somente no exercício das profissões formais” (FJP, 2004, p. 70).

Em suma, esta pesquisa, que teve como objetivo apresentar uma breve análise do quadro de violência cometida por adolescentes do Município de São João del-Rei, vem nos mostrar a necessidade de outros estudos sobre esse tema. Não procuramos, durante a pesquisa, considerando seus limites e lacunas, responder às questões relacionadas ao aumento de violência cometida por adolescentes, mas apresentar através dos dados oficiais que houve realmente um aumento bastante significativo de crimes cometidos por jovens. No entanto, muitas perguntas continuam sem respostas. O que houve durante esse período (1980-2004) com a juventude de São João del-Rei? A família e a escola estão instrumentalizados para lidar com essa questão? Enfim, o que a sociedade, e em particular a academia, vem fazendo para compreender esse fenômeno e para tentar buscar possíveis soluções? Na perspectiva das pesquisas discutidas, o fenômeno está presente, marcando a adolescência no Brasil. Assim delineando os tipos de infrações, bem como a flutuação da idade, em que os adolescentes passam a estar em conflito com a lei, entendemos ser oportuna a viabilização de desenvolvimento de políticas públicas que possam atender a tal público, facilitando para

que passem pelo período de desenvolvimento mais afastados dos possíveis conflitos com a lei.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ADORNO, Sérgio. **A violência na sociedade brasileira**: Um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, 10, 1995.

_____. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. *Sociologias*, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002, ISSN 1517-4522. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2006.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASSIS, Simone G. de. **Crianças e adolescentes violentados**: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cad. Saúde Pública*, v.10 supl.1, p. 126-134, 1994. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500008&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 15 mar. 2006.

AVELAR, Fábio Avelar. **Reunião especial comemora 15 anos do ECA** – Notícias – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

ÁVILA, Cristina. **Cidades Históricas Brasileiras, São João Del-Rei**. História. Disponível em: <http://www.cidadeshistoricas.art.br/saojoaodelrei/sjdr_his_p.htm>. Acesso em: 22 mar. 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado. O mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BALLONE, GJ – Violência e Agressão; da criança, do adolescente e do jovem. **Psiqu Web Psiquiatria Geral**, Internet, 2001 – disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/conduta2.html>>. Acesso em: 9 mar. 2006.

BELLONI, Maria Luiza (Org.). A formação na sociedade do espetáculo. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 22, 2003.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

BRASIL. Lei número 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

Brasil. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2005.

CANDAU, Vera M. **Direitos Humanos, Violência e Cotidiano Escolar.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_dhviolencia.html>. Acesso em: 23 mar. 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 3 ed. 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3 ed. São Paulo: Global, 1984.

ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira; SOUZA, Maria de Fátima de. Representações sobre a Adolescência a partir dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia e Educação** [on line] v. 9 n. 3, p. 357-367, set/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

FANDINO MARINO, Juan Mario. Ciclos históricos da violência na América Latina. *São Paulo Perspec.*, jan./mar. 2004, vol.18, no.1, p.31-38. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 set. 2006.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CALVOSO, Genilda Garcia; GONZALES, Carlos Batista Lopes; Caminhos da Pesquisa e contemporaneidade. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 2002.

FRANCO, A. S. **La Violencia, Una Realidad Social. Violencia Intrafamiliar.** Medellín: Litoarte, 1993.

FRÍOLI, Paula Maria de Almeida. **Conflito e reconciliação entre crianças pré-escolares.** Tese (Doutorado em Psicologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário de informações Criminais de MG.** 2004. Governo Estado Minas Gerais.

_____. **Anuário de informações Criminais de MG de 2004**, Box 4 – Homicídios em MG e a presença de armas de fogo, 2004.

_____. **Subsecretaria de Administração Penitenciária (SUAPE)** – janeiro 2005.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIANMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática** – Revista Semestral da Faculdade de Psicologia e do

Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 7(1): 81-95, 2005.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; COSTA, Luciana Scarlazzari. Homicídios e desigualdades sociais no Município de São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. 191-197, abr. 2005. ISSN 0034-8910.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>> . Acesso em: 23/03/2006.

_____. **Correio do Povo, 2003**. Porto Alegre. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A109>>. Acesso em: 23 mar. 2006

_____. **Comunicação social 13/04/2004**.

_____. Departamento de Estatísticas e de Indicadores Sociais. **Participação político-social no Brasil, 1988**. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE-PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990**.

IPEA. **Desigualdade social é uma das maiores causas da violência entre jovens** maio/jun. 2004 – n. 60. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/noticias>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representação Social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

KODATO, Sergio; SILVA, Ana Paula Soares da. Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 13, n. 3, p. 505-515, 2000. ISSN 0102-7972. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300018&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 23 mar. 2006.

KRAMER, Sonia. **TEIA: Revista da Faculdade de Educação**, Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Educação, n. 1, jun. 2000.

LACAN, Jacques. **O Seminário – livro 20 – mais ainda**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

_____. **Os complexos familiares**. Tradução Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOLIO, Cecília Amaro de; SANTO, Augusto Hasiak; BUCHALLA, Cássia Maria. Adolescent mortality in Brazil, 1977, 1980 and 1985: magnitude and tendencies. **Rev. Saúde Pública**, v. 24, n.6, p. 481-489, Dec. 1990. ISSN 0034-8910. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101990000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2006.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de uma pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1999.

MADEIRA, Felícia Reicher. **Sistema Estadual de Análise dos Dados de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/inicamp/canal>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

MELLO JORGE, M. H. **Mortalidade por Causas Violentas no Município de São Paulo**. 1979. Tese (Doutorado)- Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

_____. **Investigação Sobre a Mortalidade por Acidentes e Violências na Infância**. 1988. Tese (Livre-Docência)-Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MENEGHEL, Stela Nazareth; GUIGLIANI, Elsa J.; FALCETO, Olga. The relationship between family violence and teenage aggressiveness. **Cad. Saúde Pública**, v. 14, n. 2, p. 327-335, Apr./June 1998. ISSN 0102-311X. Acesso em: 25 fev. 2006.

MERCY, J. A.; ROSENBERG, M. L.; POWEL, K. E.; BROOME, C. V. & ROPER, W. L., **Public health policy for preventing violence**. *Health Affairs*, 12: 07-29, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. **Informações de saúde** [on-line]. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabnet/tabnet.htm#EstatVitalis>>. Acesso em: 11 ago. 2004.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MUSZKAT, Malvina Éster (Org.) **Mediação de Conflitos** – pacificando e prevenindo a violência. São Paulo: Summus, 2003.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciênc. Saúde coletiva**, v. 7, n. 2, p. 285-297, Apr./June 1998. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 set. 2006.

NUNES, Mônica and PAIM, Jairnilson Silva. An ethno-epidemiological study on urban violence in Salvador, Bahia State, Brazil: summary executions as an object of study. **Cad. Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 459-468, Mar./Apr. 2005. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2006.

NOGUEIRA, Rosana M. C.; DEL PICCHIA A. PIMENTA; MÁXIMO, Carlos Alberto. **Escola e Violências**: uma reflexão possível. GT: Sociologia da Educação, n.14 ANPED 2005.

OLIVEIRA, João Batista de. **Reunião especial comemora 15 anos do ECA**. (Subsecretário de Direitos Humanos e presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Criança e Adolescente). Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

ONU. **Divulga considerações preliminares sobre relatório brasileiro**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/noticias>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Sociológica**, v. 25, n. 105-106, 1990.

PAIVA, Denise Maria Fonseca – Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, ANPED, 2003 – **Mapeamento nacional da situação do atendimento dos adolescentes em cumprimento dos adolescentes em cumprimento de MSE** – Sumário Executivo.

PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural”. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED, n 5 e 6, 1997.

SOUZA, E. R. **Impacto da Violência Social na Saúde Pública do Brasil: Década de 80**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano** – as representações sociais na perspectiva da Psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e Educação**. ANPED 2001, Faculdade de Educação – USP.

TJMG. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Secretaria da Infância e Adolescência de São João del-Rei**. 2005.

UNICEF. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira. Diversidade e equidade**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.bireme.br/bvs/adolesc/p/eletorselecionado>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

VIOLANTE, M.L.V. A perversidade da exclusão social. Em D. L. Levisky (Org.), **Adolescência e violência**: Conseqüências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 53-62.

YUNES, J. Mortalidad por causas violentas en la región de las Américas. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, 114: p. 302-316, 1993.

Disponível em: <<http://www.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

_____; RAJS, D. **Tendencia de la Mortalidad por Causas Violentas en la Poblacion General y entre los Adolescentes y Jovenes de la Region de las Américas**. Washington, D.C.: Opas., 1994. (Mimeo)

ZALUAR, A. **Crime, medo e política. Sociedade e Estado**. Um Século de Favela. 1 ed. Rio de Janeiro, 1998.

Tabela I – Processos autuados em 1995 – Secretaria da Infância e Adolescência – SJDR

Data do Nascimento	Data do "crime"	Data da autuação	Artigo	Sentença
30/9/1978	31/12/1994	jan/95	Não registrado	Não registrado
28/4/1980	31/12/1994	jan/95	155	Não registrado
Não registrado	Não registrado	jan/95	Não registrado	Arquivado
1/3/1977	22/8/1994	jan/95	Não registrado	Arquivado
18/3/1979	13/8/1994	jan/95	Não registrado	Arquivado
14/1/1980	13/8/1994	jan/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	jan/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	jan/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	jan/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	jan/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	fev/95	Não registrado	Rep. Danos
24/4/1978	27/9/1994	mar/95	155	Arquivado
24/4/1978	27/9/1994	mar/95	155	Não registrado
Não registrado	Não registrado	mar/95	Não registrado	Advertência
Não registrado	Não registrado	mar/95	Não registrado	Advertência
Não registrado	Não registrado	mar/95	Não registrado	Remissão
Não registrado	Não registrado	mar/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	mar/95	Não registrado	Advertência
11/10/1979	15/11/1996	mar/95	32 LCP	Medida sócio-educativa
19/1/1979	1/10/1994	mar/95	163 CPB	Medida sócio-educativa
Não registrado	Não registrado	abr/95	Não registrado	Procedente
Não registrado	Não registrado	abr/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	abr/95	Não registrado	Advertência
Não registrado	Não registrado	abr/95	Não registrado	Não registrado
Não registrado	Não registrado	abr/95	Não registrado	Arquivado
15/7/1977	25/12/1995	abr/95	129, 132 CPB	Arquivado
Não registrado	Não registrado	abr/95	Não registrado	Arquivado
	29/10/1994	maio/95	21 L 3688	Arquivado
	29/10/1994	maio/95	21 L 3688	Arquivado
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Arquivado
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Rep. Danos
13/9/1979	26/8/1996	maio/95	155 CPB	Sentença
1/1/1977	25/4/1994	maio/95	129, 61,29 CP	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Sentença
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Rep. Danos
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Rep. Danos

Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Rep. Danos
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Rep. Danos
Não registrado	Não registrado	maio/95	Não registrado	Rep. Danos
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
9/6/1976	31/1/1994	ago/95	129, I CPB	Sentença
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Advertência
11/7/1977	1993	ago/95	288 CPB	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
7/11/1978	18/3/1995	ago/95	16 L 6368/76	Sentença
1/11/1978	13/6/1994	ago/95	155 CPB	Faleceu
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
4/6/1977	28/5/1995	ago/95	12 L 6368/76	Improcedente
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Sentença
16/8/1980	2/10/1996	ago/95	155 CPB	Prest. Serv. Comum.
17/1/1975	22/6/1995	ago/95	16 L 6368/76	Não registrado
4/6/1977	28/4/1995	ago/95	12 L 6368/76	Arquivado
Não registrado	Não registrado	ago/95	Não registrado	Não registrado
Não registrado	25/7/1995	ago/95	155 CPB	Não registrado
18/9/1975	3/9/1993	ago/95	155, 180 CPB	Prest. Serv. Comum.
17/1/1976	3/9/1993	ago/95	155, 180 CPB	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	31/3/1994	ago/95	Não registrado	Não registrado
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Sentença
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
1/1/1978	10/5/1993	nov/95	4x 155, 180 CPB	Arquivado
Não registrado	25/11/1992	nov/95	Não registrado	Arquivado
5/3/1979	22/2/1997	nov/95	157 CP	Arquivado
1/1/1978	10/5/1995	nov/95	4x 155 CPB	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Advertência

Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Comum.
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Com.
Não registrado	Não registrado	nov/95	Não registrado	Prest. Serv. Com.
15/6/1980	2/12/1995	dez/95	32	Sentença
Não registrado	Não registrado	dez/95	Não registrado	Sentença
11/5/1976	29/11/1995	dez/95	155, 71, 288 CPB	Arquivado

Fonte: TJMG, 1995.

Tabela II – Processos autuados em 1999 – Secretaria da Infância e Adolescência – SJDR

Data do nascimento	Data do delito	Data da Autuação	Artigo	Sentença	Ocupação
17/1/1982	3/7/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	-	Não registrado
Não registrado	16/9/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	12/2/1999	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
18/8/1981	19/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Jardineiro
19/1/1982	20/9/1998	18/3/1999	10 L 9437/97	Prest. Serv. Comum.	Ajudante Ped.
Não registrado	25/8/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	31/1/1998	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	24/9/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
9/12/1980	16/6/1998	18/3/1999	163 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	3/9/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
24/1/1980	set/97	18/3/1999	155 CPB	-	Acabador de móveis
Não registrado	6/3/1998	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	6/3/1998	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
26/7/1981	3/4/1998	18/3/1999	19 CP, 331 CPB	Prest. Serv. Comum.	Estudante
Não registrado	29/11/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Advertência	Não registrado
Não registrado	2/8/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
14/7/1982	8/2/1999	18/3/1999	155 CPB	Não registrado	Estudante
Não registrado	25/10/1998	18/3/1999	137 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	25/10/1998	18/3/1999	não registrado	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	25/10/1998	18/3/1999	não registrado	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
25/7/1980	10/5/1998	18/3/1999	163 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	28/7/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
4/9/1981	25/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Balconista
Não registrado	17/12/1997	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	24/12/1998	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
19/4/1981	27/12/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Estudante

Não registrado	28/12/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
28/10/1985	9/2/1999	18/3/1999	129 CPB	Advertência	Ajudante geral
Não registrado	11/6/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
28/7/1980	5/11/1997	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Vendedor ambulante
Não registrado	26/9/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
30/11/1982	17/2/1999	18/3/1999	129 CPB	Não registrado	Ajudante Ped.
16/12/1980	23/1/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Ourives
Não registrado	8/2/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
26/7/1981	25/12/1998	18/3/1999	129 CPB	Não registrado	Estudante
1/7/1980	11/6/1998	18/3/1999	303 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Servente ped.
21/11/1980	1/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Acabador de móveis
30/6/1982	1/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
16/12/1980	23/1/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Ourives
10/10/1980	2/1/1999	18/3/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Estudante
Não registrado	9/1/1999	18/3/1999	19 CP	Advertência	Não registrado
13/10/1981	Não consta	18/3/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Não registrado
Não registrado	Não consta	18/3/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Não registrado
Não registrado	Não consta	18/3/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Não registrado
Não registrado	16/9/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	30/1/1998	18/3/1999	155 CPB	Improcedente	Não registrado
23/9/1981	16/11/1998	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Servente ped.
28/1/1983	16/11/1998	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Estudante
9/10/1980	3/1/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
14/5/1980	3/1/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
9/5/1980	2/2/1997	18/3/1999	103 L 8069/90, 121 CPB	Não registrado	Servente ped.
16/1/1981	2/2/1997	18/3/1999	103 L 8069/90, 121 CPB	Não registrado	Servente ped.
8/9/1980	2/2/1997	18/3/1999	103 L 8069/90, 121 CPB	Não registrado	Estudante
12/12/1980	2/9/1998	18/3/1999	155 CPB	Não registrado	Servente ped.
12/7/1982	2/9/1998	18/3/1999	155 CPB	Não registrado	Estudante
Não registrado	8/12/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não	26/6/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não

registrado					registrado
Não registrado	18/2/1995	18/3/1999	155 CPB	Não registrado	Não registrado
Não registrado	8/12/1997	18/3/1999	32 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
25/1/1982	1/11/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Office boy
Não registrado	abr/98	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	21/11/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	28/3/1998	18/3/1999	155 CPB	Advertência	Não registrado
Não registrado	13/9/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
20/4/1981	27/1/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
17/11/1984	25/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Maioridade	Estudante
1/12/1982	25/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Maioridade	Estudante
7/7/1985	25/2/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Maioridade	Estudante
6/10/1982	11/9/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Estudante
1/1/1982	11/9/1998	18/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Jardineiro
Não registrado	22/11/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	7/6/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
27/11/1977	31/8/1995	18/3/1999	103 L 8069/90 ART 14	Maioridade	Servente ped.
28/11/1978	11/5/1995	18/3/1999	171, 71, 299 CPB	Maioridade	Servente ped.
27/5/1980	11/5/1995	18/3/1999	171, 71, 299 CPB	Maioridade	Balconista
Não registrado	29/8/1998	18/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	15/12/1997	18/3/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	10/3/1999	25/3/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	17/12/1999	25/3/1999	150 CP	Absolvido	Não registrado
18/8/1981	12/12/1998	25/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Jardineiro
Não registrado	27/11/1998	25/3/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	18/7/1997	14/3/1999	129,139,140	Improcedente	Não registrado
22/11/1981	14/2/1999	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
3/9/1981	14/2/1999	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
30/4/1982	16/3/1999	29/4/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	22/5/1998	29/4/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
22/12/1981	18/1/1998	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
28/2/1981	18/1/1998	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante

27/8/1982	15/11/1997	29/4/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
19/1/1982	23/6/1998	29/4/1999	155, 147 CP	Não registrado	Ajudante ped
Não registrado	2/12/1997	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Não registrado
Não registrado	2/12/1997	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Não registrado
11/6/1982	14/11/1997	29/4/1999	103 L 8069, 155 CPB	Não registrado	Não registrado
20/3/1983	27/3/1999	29/4/1999	171, 14 CP	Prest. Serv. Comum.	Estudante
Não registrado	7/3/1999	29/4/1999	155 CPB	Advertência	Não registrado
28/3/1981	13/2/1999	29/4/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
28/7/1982	9/3/1999	29/4/1999	31 CP	Prest. Serv. Comum.	Estudante
Não registrado	9/3/1999	29/4/1999	31 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
18/4/1979	6/2/1997	29/4/1999	19 CP	Não registrado	Servente ped.
16/1/1981	6/2/1997	29/4/1999	19 CP	Advertência	Servente ped.
Não registrado	3/1/1999	29/4/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	6/1/1999	29/4/1999	129 CP	Advertência	Não registrado
16/6/1982	6/3/1999	29/4/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Aux. Mec. Motos
30/6/1981	29/11/1996	29/4/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
13/9/1979	29/11/1996	29/4/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Estofador
Não registrado	12/4/1997	29/4/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	12/4/1997	27/5/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	
Não registrado	14/11/1996	18/6/1995	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	
5/3/1979	10/4/1998	12/8/1999	103, 155	-	Serviços gerais
26/5/1981	29/8/1997	1/9/1999	21 CP	-	Estudante
9/3/1982	13/5/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
21/11/1982	13/5/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Carroceiro
Não registrado	25/7/1998	1/9/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	25/7/1998	1/9/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
7/6/1982	19/5/1999	1/9/1999	12 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Pedreiro
Não registrado	11/1/1999	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
27/6/1982	8/10/1998	1/9/1999	129 CP	Advertência	Estudante

Não registrado	3/5/1999	1/9/1999	32 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
20/3/1983	11/4/1999	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Estudante
19/8/1981	27/12/1998	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Estudante
15/11/1983	3/4/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Não registrado	Estudante
Não registrado	31/3/1999	1/9/1999	19 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	22/12/1998	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
3/5/1981	2/4/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Servente ped.
Não registrado	26/11/1998	1/9/1999	129 CP	Não registrado	Office Boy
25/1/1982	4/3/1999	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	12/12/1998	1/9/1999	303 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
19/9/1981	28/9/1998	1/9/1999	157 CP	Prest. Serv. Comum.	Pintor
3/5/1981	30/4/1999	1/9/1999	10 L 9437/97	Não registrado	Servente ped.
4/8/1981	11/4/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Office Boy
Não registrado	19/4/1999	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	19/4/1999	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	19/4/1999	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	19/4/1999	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
29/8/1980	24/1/1998	1/9/1999	129 CPB	Não registrado	Servente ped.
Não registrado	21/9/1998	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	9/11/1997	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	9/11/1997	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	15/2/1999	1/9/1999	10 L 9437/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
15/12/1981	5/2/1999	1/9/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Do lar
Não registrado	26/4/1999	1/9/1999	129 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	28/5/1999	1/9/1999	309 L 9503/97	Não registrado	Não registrado
Não registrado	18/7/1997	1/9/1999	129 CP	Não registrado	Não registrado
Não registrado	11/6/1999	1/9/1999	32 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
14/7/1982	12/6/1999	1/9/1999	155 14 CPB.	Não registrado	Estudante
22/5/1982	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante
18/8/1984	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante
14/1/1982	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante

14/12/1983	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante
9/12/1983	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante
29/6/1982	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Comerciante
18/8/1983	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante
10/1/1982	20/7/1998	1/9/1999	137,129 CP	Maioridade	Estudante
Não registrado	29/8/1998	1/9/1999	163 CP	Não registrado	Estudante
9/3/1982	4/4/1998	1/9/1999	129 CP	Não registrado	Não registrado
13/10/1981	15/2/1999	1/9/1999	32 CP	Não registrado	Não registrado
16/6/1982	26/6/1999	1/9/1999	10 L 9437/97	Prest. Serv. Comum.	Aux. Mec. Motos
Não registrado	19/12/1998	1/9/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
1/2/1982	8/5/1998	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Estudante
Não registrado	4/7/1998	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	28/1/1999	1/9/1999	129 CP	Não registrado	Não registrado
Não registrado	25/7/1998	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	22/11/1998	1/9/1999	129 CP	Não registrado	Não registrado
15/6/1981	28/11/1998	1/9/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Pintor
Não registrado	31/1/1999	1/9/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	31/1/1999	1/9/1999	309 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	10/12/1998	1/9/1999	147 CP	Não registrado	Não registrado
Não registrado	12/11/1998	1/9/1999	42 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	12/11/1998	1/9/1999	42 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	12/11/1998	1/9/1999	42 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
7/10/1981	3/12/1998	1/9/1999	163 147 CP.	Maioridade	Não registrado
12/3/1981	18/7/1997	1/9/1999	42 CP	Maioridade	Retireiro
7/9/1981	18/7/1997	1/9/1999	42 CP	Maioridade	Servente ped
15/6/1981	21/9/1997	1/9/1999	19 CP	Prest. Serv. Comum.	Pintor
2/4/1982	15/2/1999	1/9/1999	28 CP	Não registrado	Não registrado
3/5/1982	20/9/1998	1/9/1999	137 CP	Não registrado	Estudante
Não registrado	26/7/1998	1/9/1999	129, 21 CP.	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	26/7/1998	1/9/1999	129, 21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado

Não registrado	2/8/1998	1/9/1999	129 CP	Advertência	Não registrado
Não registrado	21/3/1998	1/9/1999	129, 163 CP.	Não registrado	Não registrado
Não registrado	12/7/1997	1/9/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
21/11/1982	18/4/1997	1/9/1999	147 CP	Prest. Serv. Comum.	Servente ped
Não registrado	11/4/1999	1/9/1999	21 CP	Não registrado	Não registrado
Não registrado	23/3/1998	1/9/1999	163 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	16/4/1999	1/9/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
Não registrado	16/4/1999	1/9/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
27/12/1981	16/4/1999	1/9/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Servente ped
19/1/1981	1/5/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Servente ped
Não registrado	20/7/1998	1/9/1999	163 CP	Advertência	Não registrado
Não registrado	3/3/1998	1/9/1999	21 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
29/6/1981	2/5/1999	1/9/1999	10 L 9437/97	Prest. Serv. Comum.	Aux. Serv. Gerais
Não registrado	24/4/1999	1/9/1999	303 L 9503/97	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
12/11/1982	21/3/1999	1/9/1999	163 CP	Não registrado	Ajudante mecânico
23/2/1980	3/3/1998	1/9/1999	42 CP	Maioridade	Servente ped
6/8/1983	3/3/1998	1/9/1999	42 CP	Maioridade	Não registrado
Não registrado	20/1/1999	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
12/3/1981	13/2/1999	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Retireiro
Não registrado	13/2/1999	1/9/1999	129 CP	Prest. Serv. Comum.	Servente ped
Não registrado	12/6/1999	1/9/1999	155 CPB	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
14/7/1982	13/6/1999	1/9/1999	129 CP	Não registrado	Estudante
Não registrado	16/4/1999	1/9/1999	16 L 6368/76	Prest. Serv. Comum.	Não registrado
14/7/1982	12/6/1999	1/10/1999	155 CPB	Não registrado	Estudante
4/8/1982	Jun/99	19/10/1999	155, 157, 61 CPB	Internação	Estudante

Fonte: TJMG, 1999.

Tabela III – Processos autuados em 2004 – Secretaria da Infância e Adolescência – SJDR

Data do nascimento	Data do delito	Data da autuação	Artigo	Sentença	Instrução
4/9/1985	20/5/2003	8/1/2004	Não registrado	Internação	Não registrado
12/3/1988	24/11/2003	9/1/2004	Não registrado	Aguarda apreensão do menor	Analfabeto
2/9/1985	22/2/2003	9/1/2004	121, 14, 73 CPB	Concluso para despacho	Não registrado
13/3/1990	10/11/2003	12/1/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com. UFSJ	Estudante
11/10/1991	10/11/2003	12/1/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com. UFSJ	Estudante
6/6/1990	10/11/2003	12/1/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com. UFSJ	Estudante
27/6/1986	26/5/2003	13/1/2004	121 CPB	Aguarda resposta ofício	Não registrado
23/2/1987	21/10/2003	20/1/2004	155 CPB	Processo suspenso	Não registrado
1/3/1988	21/10/2003	20/1/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
1/9/1989	26/11/2003	21/1/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
20/1/1984	26/8/2001	21/1/2004	Não registrado	Baixado - maioria	Lê/escreve
2/5/1987	17/12/2003	22/1/2004	171 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
24/12/1988	Não registrado	28/1/2004	10 - 9437/97	Prest. Serv. Com.	Não registrado
17/10/1985	Não registrado	28/1/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Não registrado
23/3/1986	Não registrado	4/2/2004	10 - 9437/9	Majoridade decretada	Não registrado
20/6/1987	Não registrado	5/2/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Servente
17/6/1984	Não registrado	9/2/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Não registrado
15/1/1989	Não registrado	13/2/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Ajudante pintor
16/10/1987	Não registrado	13/2/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
3/7/1988	Não registrado	13/2/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
1/9/1989	Não registrado	13/2/2004	16 - 6368/76	Prest. Serv. Com.	Não registrado
20/11/1988	10/1/2004	18/2/2004	147 - CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
13/6/1987	28/9/2003	19/2/2004	155 - CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
12/10/1987	25/1/2004	19/2/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Não registrado
20/11/1988	12/2/2004	26/2/2004	42 LPC	Prest. Serv. Com.	Estudante
13/4/1989	12/2/2004	26/2/2004	42 LPC	Prest. Serv. Com.	Servente
24/4/1989	29/9/2003	4/3/2004	Não registrado	Aguarda apreensão do menor	Estudante
3/3/1986	30/11/2003	4/3/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Não registrado
18/6/1988	30/11/2003	4/3/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
30/7/1988	27/2/2004	5/3/2004	157 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
5/2/1986	16/11/2003	5/3/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Comerciante
1/6/1986	16/11/2003	5/3/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Estudante
30/5/1985	19/12/2003	8/3/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Estudante
16/8/1986	Não registrado	10/3/2004	Não registrado	Majoridade decretada	Trabalhador Rural
10/1/1988	Não registrado	10/3/2004	Não registrado	Arquivado por falta de objeto	Estudante
23/11/1989	Não registrado	10/3/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
721/5/1988	Não registrado	10/3/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
17/12/1986	10/9/2003	10/3/2004	303 CPB	Prest. Serv. Com.	Servente
9/3/1988	Não registrado	10/3/2004	129 CPB	Aguarda apreensão do menor	Doméstica

15/4/1988	Não registrado	10/3/2004	129 CPB	Aguarda apreensão do menor	Do lar
7/11/1986	Não registrado	10/3/2004	129 CPB	Aguarda apreensão do menor	Do lar
24/1/1987	27/10/2003	10/3/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
16/6/1988	27/10/2003	10/3/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
7/12/1989	27/10/2003	10/3/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
3/10/1986	6/3/2004	11/3/2004	10 CPB	Em andamento	Não registrado
7/5/1989	16/2/2004	11/3/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
21/4/1987	5/2/2004	15/3/2004	10 CPB	Em andamento	Estudante
20/7/1988	5/2/2004	15/3/2004	10 CPB	Em andamento	Estudante
23/7/1988	29/10/2003	17/3/2004	10 CPB	Aguarda apreensão do menor	Estudante
24/11/1986	14/7/2003	17/3/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Não registrado
15/4/1988	1/12/2003	17/3/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Do lar
9/3/1988	1/12/2003	17/3/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Não registrado
5/11/1987	1/12/2003	17/3/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Doméstica
22/5/1987	Não registrado	17/3/2004	Não registrado	Em andamento	Não registrado
20/6/1986	23/2/2004	17/3/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
18 11 1986	9/2/2004	17/3/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
8/1/1987	22/12/2003	17/3/2004	10 CPB	Absolvição	Não registrado
24/8/1987	10/10/2003	19/3/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
7/6/1986	12/3/2004	19/3/2004	16 L 6368/76	Prest. Serv. Com.	Não registrado
12/11/1987	26/1/2004	23/3/2004	129, 331 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
8/10/1986	19/1/2004	23/3/2004	129 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
23/7/1986	Não registrado	24/3/2004	155 CPB, 16 6368/76	Prest. Serv. Com.	Estudante
9/10/1986	Não registrado	24/3/2004	12 L 6368/76	Prest. Serv. Com.	Não registrado
30/7/1988	Não registrado	24/3/2004	12 L 6368/76	Prest. Serv. Com.	Não registrado
2/1/1988	9/1/2004	24/3/2004	303, 309 CTB	Prest. Serv. Com.	Estudante
19/8/1989	18/10/2003	24/3/2004	155 CPB	Internação	Lavador de carro
26/1/1987	24/3/2004	31/3/2004	14 CPB L 10.826/2003	Internação	Estudante
14/4/1986	24/3/2004	31/3/2004	14 CPB L 10.826/2003	Internação	Estudante
4/3/1987	24/3/2004	31/3/2004	14 CPB L 10.826/2003	Internação	Estudante
28/8/1986	Não registrado	1/4/2004	139 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
5/11/1987	15/1/2004	2/4/2004	157 CPB	Prest. Serv. Com.	Doméstica
5/1/1990	Não registrado	6/4/2004	16 L 6368/76	Prest. Serv. Com.	Estudante
25/5/1986	Não registrado	13/4/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
21/6/2004	19/2/2001	13/4/2004	10 CPB	Maioridade decretada	Não registrado
14/4/1986	9/3/2004	15/4/2004	121, 14 CPB	Internação	Não registrado
26/1/1987	9/3/2004	15/4/2004	121, 14 CPB	Internação	Não registrado
12 10 1987	29/2/2004	16/4/2004	Não registrado	Prest. Serv.	Servente
14/4/1986	17/3/2004	19/4/2004	121 CPB	Internação	Estudante

26/1/1987	17/3/2004	19/4/2004	121 CPB	Internação	Estudante
4/3/1987	17/3/2004	19/4/2004	121 CPB	Internação	Estudante
24/3/1991	31/3/2004	20/4/2004	155 CPB	Prest. Serv.	Estudante
24/12/1986	26/12/2003	26/4/2004	121, 14 CPB	Em andamento	Carroceiro
27/6/1987	19/3/2004	26/4/2004	121 CPB	Internação	Servente
14/7/1988	18/3/2004	5/5/2004	Não registrado	Arquivado por falta de objeto	Não registrado
17/12/1986	23/2/2004	6/5/2004	157 CPB	Prest. Serv.	Servente
22/5/1987	8/4/2004	10/5/2004	Não registrado	Prest. Serv.	Não registrado
4/2/1989	19/4/2004	11/5/2004	Não registrado	Prest. Serv.	Estudante
13/7/1987	8/5/2004	17/5/2004	121 CPB	Absolvição	Não registrado
21/1/1988	2/4/2004	17/5/2004	Não registrado	Em andamento	Acabador de móveis
30/8/1988	6/5/2004	21/5/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
31/8/1989	Não registrado	25/5/2004	16 L 6368/76	Prest. Serv. Com.	Estudante
7/4/1987	10/4/2004	25/5/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
8/1/1987	Não registrado	26/5/2004	121, 14, 69 CPB	Internação	Estudante
16/4/1989	11/1/2004	26/5/2004	Não registrado	Prest serv com	Do lar
23/10/1988	3/5/2004	26/5/2004	Não registrado	Advertência	Estudante
25/4/1991	3/5/2004	26/5/2004	Não registrado	Advertência	Estudante
4/12/1986	27/3/2004	26/5/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
31/12/1986	3/5/2004	26/5/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
3/2/1987	3/5/2004	26/5/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
5/8/1989	3/5/2004	26/5/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
24/3/1987	3/5/2004	26/5/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
23/7/1986	18/5/2004	28/5/2004	157 CPB	Em andamento	Estudante
7/3/1986	17/1/2004	31/5/2004	121,14 CPB	Em andamento	Estudante
1/9/1987	23/4/2004	31/5/2004	Não registrado	Arquivado por falta de objeto	Estudante
22/4/1988	25/3/2004	2/6/2004	157 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
5/1/1987	25/3/2004	2/6/2004	157 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
10/6/1986	4/4/2004	4/6/2004	16 L 6368/76	Maioridade decretada	Não registrado
12/9/1988	4/4/2004	4/6/2004	16 L 6368/76	Prest. Serv. Com.	Não registrado
9/3/1988	6/3/2004	4/6/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
26/6/1987	18/1/2004	8/6/2004	147 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
20/6/1986	6/2/2004	8/6/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Padeiro
22/12/1988	Não registrado	8/6/2004	214 CPB	Prest. Serv. Com.	Estudante
13/12/1986	Não registrado	9/6/2004	169 CPB	Prest. Serv. Com.	Não registrado
29/3/1988	8/5/2004	14/6/2004	121 CPB	Em andamento	Não registrado
12/6/1985	15/10/2002	15/6/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
7/5/1989	23/5/2004	16/6/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Não registrado
12/10/1987	3/6/2003	17/6/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Servente
21/3/1987	6/6/2004	21/6/2004	10 CPB	Advertência	Servente
26/6/1987	26/5/2004	23/6/2004	121 CPB	Em andamento	Estudante
3/8/1988	2/6/2004	30/6/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Do lar
18/6/1987	2/4/2004	1/7/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
2/7/1986	3/4/2004	1/7/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante

18/8/1986	Não registrado	5/7/2004	12 L 6368/76	Maioridade decretada	Não registrado
18/2/1987	Não registrado	5/7/2004	Não registrado	Em andamento	Tatuador
5/11/1987	Não registrado	5/7/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Doméstica
25/6/1987	Não registrado	5/7/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Ajudante geral
7/8/1988	Não registrado	12/7/2004	Não registrado	Advertência	Não registrado
18/6/1986	Não registrado	13/7/2004	121 CPB	Em andamento	Balconista
13/12/1986	Não registrado	14/7/2004	Não registrado	-	Retireiro
26/1/1987	Não registrado	15/7/2004	21 LCP	Em andamento	Estudante
10/2/1987	Não registrado	15/7/2004	21 LCP	Em andamento	Não registrado
8/1/1987	Não registrado	15/7/2004	129 CPB	Em andamento	Estudante
4/3/1987	Não registrado	15/7/2004	129 CPB	Em andamento	Não registrado
12/11/1988	Não registrado	15/7/2004	121, 14 CPB	Internação	Não registrado
23/10/1988	9/7/2004	20/7/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Doméstica
23/2/1987	9/7/2004	20/7/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Doméstica
12/9/1991	9/7/2004	20/7/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Doméstica
12/9/1986	9/7/2004	20/7/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Doméstica
1/3/1988	9/7/2004	20/7/2004	155 CPB	Prest. Serv. Com.	Doméstica
12/11/1986	Não registrado	27/7/2004	121 CPB	Em andamento	Não registrado
28/10/1986	4/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Lavrador
12/7/1986	1/7/2004	9/8/2004	121, 14 CPB	Em andamento	Guarda Mirim
1/7/1988	Não registrado	9/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
11/1/1990	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
4/3/1988	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
30/4/1989	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
12/3/1988	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
3/6/1988	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
24/4/1991	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
10/10/1986	25/7/2004	9/8/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Não registrado
25/5/1986	14/10/2003	10/8/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Servente
5/11/1987	16/4/2004	16/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Doméstica
21/1/1988	16/4/2004	16/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Acabador de móveis
23/7/1988	28/3/2004	17/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
9/5/1989	28/3/2004	17/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
14/3/1987	21/4/2004	17/8/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
5/5/1988	21/4/2004	17/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
4/12/1986	8/8/2004	18/8/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
9/3/1988	19/8/2004	20/8/2004	Não registrado	Extinto/morte do agente	Estudante
15/7/1988	Não registrado	24/8/2004	155 CPB	Em andamento	Não registrado
21/1/1988	5/8/2004	26/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Acabador de móveis
24/1/1987	5/8/2004	26/8/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Acabador de móveis
20/5/1985	1/4/2004	30/8/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Comerciante
6/10/1986	27/8/2004	2/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Acabador de móveis

13/2/1986	26/7/2003	17/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Não registrado
1/12/1986	Não registrado	17/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
9/1/1985	13/11/2002	17/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
30/5/1986	13/11/2002	17/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
7/3/1986	25/6/2003	17/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
27/6/1987	5/5/2004	20/9/2004	16 L 6368/76	Processo suspenso	Servente
13/7/1987	5/5/2004	20/9/2004	16 L 6368/76	Processo suspenso	Não registrado
15/7/1989	9/6/2004	20/9/2004	155 CPB	Em andamento	Não registrado
21/3/1988	4/8/2004	20/9/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
27/2/1989	4/8/2004	20/9/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Babá
1/12/1987	4/8/2004	20/9/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Babá
15/2/1988	4/8/2004	20/9/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
27/6/1987	28/7/2004	21/9/2004	Não registrado	Internação	Servente
16/10/1987	19/9/2004	27/9/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
4/5/1987	21/9/2004	27/9/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Estudante
16/1/1987	9/7/2003	28/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Do lar
28/8/1986	14/11/2003	28/9/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
29/7/1987	13/8/2004	29/9/2004	Não registrado	Em andamento	Servente
23/1/1988	Não registrado	1/10/2004	Não registrado	Prest.serv.com	Vendedor
5/9/1988	Não registrado	1/10/2004	Não registrado	Prest.serv.com	Estudante
29/7/1987	24/9/2004	4/10/2004	121 CPB	Aguarda apreensão do menor	Servente
9/1/1988	12/9/2004	4/10/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com	Não registrado
20/3/1987	4/10/2004	7/10/2004	Não registrado	Prest. Serv. Com.	Servente
8/10/1986	24/9/2004	13/10/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Não registrado
24/11/1989	Não registrado	18/10/2004	121, 14, 71 CPB	Em andamento	Estudante
9/12/1987	Não registrado	18/10/2004	121, 14, 29 CPB	Em andamento	Serralheiro
19/1/1987	Não registrado	20/10/2004	Não registrado	Internação	Estudante
13/10/1988	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Prest.serv.com.	Não registrado
13/3/1988	5/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Prest.serv.com.	Não registrado
11/7/1987	5/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Prest.serv.Com.	Não registrado
12/6/1988	5/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Prest.Serv.Com.	Não registrado
25/7/1987	5/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Prest.Serv.Com.	Não registrado
19/8/1989	17/8/2004	28/10/2004	Não registrado	Internação	Lavador de carro
19/8/1989	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Internação	Lavador de carro
19/8/1989	29/9/2004	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	6/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	13/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Internação	Lavador de carro
19/8/1989	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro

19/8/1989	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	22/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	Não registrado	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	26/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
19/8/1989	5/7/2003	28/10/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
26/7/1985	5/7/2003	28/10/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Auxiliar eletricista
5/11/1987	9/10/2004	28/10/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Doméstica
8/3/1987	30/10/2004	4/11/2004	Não registrado	Em andamento	Não registrado
8/3/1987	30/10/2004	4/11/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Não registrado
14/8/1986	31/7/2004	9/11/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
20/6/1988	18/10/2004	10/11/2004	Não registrado	Prest Serv Com	Estudante
16/2/1987	Não registrado	10/11/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
19/8/1989	Não registrado	11/11/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
11/10/1986	Não registrado	18/11/2004	121, 14 CPB	Internação	Estudante
19/8/1989	10/8/2004	19/11/2004	Não registrado	Internação	Lavador de carro
15/3/1990	16/7/2004	19/11/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Estudante
22/12/1988	16/7/2004	19/11/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Estudante
24/11/1986	Não registrado	19/11/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Auxiliar escritório
19/8/1989	Não registrado	19/11/2004	Não registrado	Processo suspenso	Lavador de carro
17/10/1987	19/9/2004	19/11/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Estudante
16/9/1987	19/9/2004	19/11/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Não registrado
8/5/1987	23/9/2004	19/11/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
27/6/1987	28/7/2004	24/11/2004	121, 14 CPB	Em andamento	Servente
19/1/1987	Não registrado	24/11/2004	121 CPB	Internação	Não registrado
13/7/1987	22/11/2004	29/11/2004	Não registrado	Internação	Não registrado
24/10/1990	Não registrado	6/12/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Estudante
20/3/1983	Não registrado	13/12/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
6/11/1984	Não registrado	13/12/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Serviços gerais
5/2/1984	Não registrado	13/12/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
27/9/1984	Não registrado	13/12/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
10/6/1988	Não registrado	13/12/2004	Não registrado	Prest serv com	Estudante
9/5/1989	7/11/2004	13/12/2004	10 CPB	Em andamento	Retireiro
23/1/1989	7/11/2004	13/12/2004	10 CPB	Em andamento	"Caceteiro"
14/5/1987	13/11/2004	14/12/2004	10 CPB	Maioridade decretada	Estudante
16/5/1988	13/11/2004	14/12/2004	10 CPB	Prest Serv. Com.	Estudante
12/2/1987	1/10/2004	22/12/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Ferreiro

12/11/1987	7/12/2004	27/12/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Não registrado
29/7/1987	17/9/2004	27/12/2004	Não registrado	Em andamento	Não registrado
4/10/1987	22/8/2004	30/12/2004	Não registrado	Em andamento	Estudante
2/10/1986	22/8/2004	30/12/2004	Não registrado	Maioridade decretada	Estudante
11/8/1990	27/12/2004	30/12/2004	Não registrado	Prest Serv. Com.	Estudante

Fonte: TJMG, 2004.